

SIRLANE DE FÁTIMA MELO BRÜGGEMANN

**O ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA COMO POSSIBILIDADE DE ACESSO À
JUSTIÇA À POPULAÇÃO CARENTE, NA CIDADE DE LAGES (SC)**

Florianópolis, 2001

SIRLANE DE FÁTIMA MELO BRÜGGEMANN

**O ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA COMO POSSIBILIDADE DE ACESSO À
JUSTIÇA À POPULAÇÃO CARENTE, NA CIDADE DE LAGES (SC)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Turma Especial - Convênio UFSC/UNIPLAC, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientador:

Prof. Dr. ANTONIO CARLOS WOLKMER

Florianópolis, outubro de 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PROGRAMA DE MESTRADO
TURMA ESPECIAL – CONVÊNIO UFSC/ UNIPLAC

O ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA COMO POSSIBILIDADE DE ACESSO À
JUSTIÇA À POPULAÇÃO CARENTE, NA CIDADE DE LAGES (SC)

SIRLANE DE FÁTIMA MELO BRÜGGEMANN

Essa dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada pelo curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de outubro de 2001

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. ANTÔNIO CARLOS WOLKMER - Orientador

Prof. Dr. JOSÉ ISAAC PILATI - Membro da Banca

Prof. Dr. JOSEL MACHADO CORRÊA - Membro da Banca

PROFESSOR ORIENTADOR:

Prof. Dr. ANTONIO CARLOS WOLKMER

COORDENADOR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Prof. Dr. CHRISTIAN GUY CAUBET

Prof^a. Dr^a. Olga M^a. B. A. de Oliveira
Coordenadora CPGD/CCJ/UFSC

AGRADECIMENTOS

Ao findar este trabalho, depois de tantas dificuldades enfrentadas e superadas com o auxílio e apoio de algumas pessoas, importante que sejam feitos alguns agradecimentos. Estas pessoas só fizeram fortalecer meu sonho, fazendo com que nos momentos de angústia e inquietação o desânimo não tomasse conta de minha alma e meu ser, por isso faço os mais sinceros agradecimentos.

Ao gentil e competente professor Antônio Carlos Wolkmer, meu afetuoso orientador, por ter acreditado nas minhas idéias, e por ter participado de maneira ímpar na sua concretização. Os seus imensos conhecimentos aliados à sua sabedoria e humildade foram de grande importância para que o trabalho fluísse naturalmente. Minha carinhosa gratidão;

À Universidade do Planalto Catarinense, por ter propiciado e incentivado na participação do Projeto Interinstitucional de Turma Especial de Curso de Mestrado em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, nossa admiração pelo empenho;

Aos professores do Curso de Mestrado, que ajudaram a ver o Direito de forma mais arejada, muito obrigada;

Aos colegas de turma com quem compartilhei dificuldades, alegria e sonhos, especialmente, Aline, Salim e Vicente, minha saudade;

Aos monitores do Escritório Modelo de Assistência Jurídica pela compreensão, e especialmente à Sandra Eble de Liz, nossa paciente e competente secretária, Cláudia Patrícia Rosal, nossa dedicada Assistente Social, o envolvimento, comprometimento e as lições de companheirismo de ambas, tornou possível a realização deste trabalho. Perdoem-me pelas falhas e omissões que por ventura ocorreram nesse momento desafiador porque passei; o meu sincero reconhecimento;

Ao amigo e incentivador Dr. José Maria Cassiano da Silva, nosso juiz colaborador no Escritório Modelo, pelas discussões que travamos a respeito do tema Acesso à Justiça, que compartilhou comigo seu saber, meu afetuoso agradecimento;

À Leila Regina Portal, professora da Universidade do Planalto Catarinense, minha “advogada do diabo”, que fez com que eu não abandonasse esse desafio, incentivando-me e participando dos momentos de angústia, obrigada;

À Tânia Arruda Kotchergenko, minha espetacular amiga, que incansavelmente dividiu comigo seus conhecimentos, meu “até sempre”;

Aos nobres e dignos clientes do Escritório Modelo, verdadeiros guerreiros nessa corrida desigual que tem se mostrado ser a vida, por terem atendido ao chamado para responder à pesquisa, meu sincero agradecimento;

Aos meus pais, onde quer que estejam, aos meus irmãos e Maria, minha mãe emprestada, obrigada por torcerem por mim sempre;

Ao meu esposo, Neri José Brüggemann Júnior, pelo companheirismo e paciência que demonstrou durante esse período de quase três anos, onde dois deles eu viajava quinzenalmente para assistir as aulas do mestrado. Por ter desempenhado, além do papel de pai, o de mãe, pelas tantas vezes que não estive presente, porém meu coração nunca se afastou do nosso lar. Pelas leituras e críticas, que em muito enriqueceram meu trabalho, meu amor eterno;

À Marina e Vitória, minhas filhas amadas, pela ausência involuntária, mas necessária, todo o meu amor. Obrigada.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – <i>Ranking da Desigualdade</i>	38
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - <i>Procura anterior de outros profissionais</i>	99
GRÁFICO 2 - <i>Primeiro Atendimento EMAJ</i>	100
GRÁFICO 3 - <i>Origem do encaminhamento</i>	101
GRÁFICO 4 - <i>Outras origens do encaminhamento</i>	102
GRÁFICO 5 - <i>Obteve no EMAJ orientação clara a respeito dos seus direitos?</i>	103
GRÁFICO 6 - <i>Foi orientado através do EMAJ sobre as possibilidades jurídicas de resolução de seus problemas?</i>	104
GRÁFICO 7 - <i>Quanto às orientações e informações sobre o andamento do seu processo prestadas pelo EMAJ</i>	105
GRÁFICO 8 - <i>Quanto ao ajuizamento da sua ação, no que dependeu do serviço do EMAJ, teve agilidade?</i>	106
GRÁFICO 9 - <i>Quando da conclusão do processo, obteve orientação do EMAJ sobre seus encaminhamentos?</i>	107
GRÁFICO 10 - <i>Se solicitou arquivamento do processo antes do seu término, por quê o fez?</i>	108
GRÁFICO 11 - <i>Se solicitou o não ajuizamento da ação por que o fez?</i>	109
GRÁFICO 12 - <i>Qualidade do atendimento prestado pelo EMAJ</i>	110
GRÁFICO 13 - <i>Se tivesse outro problema na área jurídica, procuraria o EMAJ novamente?</i>	111

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - <i>Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo e cor - 1999</i>	41
TABELA 2 - <i>Indicadores Sociais Mínimos - Educação e Condições de Vida - Educação - 1999</i>	41
TABELA 3 - <i>Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade por anos de estudo - 1999</i>	42
TABELA 4 - <i>Unidade domiciliar – 1999 - Famílias por classes de rendimento médio mensal familiar - 1999</i>	42
TABELA 5 - <i>Indicadores Sociais Mínimos - Trabalho e Rendimento - Informações Gerais - 1999</i>	43
TABELA 6 - <i>Processos na Comarca de Lages</i>	83
TABELA 7 - <i>Casos Atendidos no EMAJ</i>	84
TABELA 8 – <i>Ações Ajuizadas</i>	84
TABELA 9 – <i>Perfil dos Clientes - Sexo</i>	87
TABELA 10 – <i>Perfil dos Clientes - Idade</i>	88
TABELA 11 – <i>Perfil dos Clientes - Estado Civil</i>	88
TABELA 12 – <i>Perfil dos Clientes - Naturalidade</i>	88
TABELA 13 - <i>Perfil dos Clientes - Número de Filhos</i>	89

TABELA 14 – <i>Perfil dos Clientes - Grau de Escolaridade</i>	89
TABELA 15 - <i>Perfil dos Clientes Rendimento Mensal</i>	90
TABELA 16 – <i>Ações Protocoladas e Consultas</i>	94

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - ACESSO À JUSTIÇA.....	8
1.1 Estado e Funções Jurisdicionais	8
1.2 O Acesso à Justiça à Luz da Constituição Brasileira de 1988.....	15
1.3 Cidadania e o Efetivo Acesso à Justiça	24
1.4 Barreiras ao acesso à justiça	36
CAPÍTULO 2 - ACESSO À JUSTIÇA: AS NOVAS PRÁTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA	45
2.1 Crise do Judiciário e as Novas Práticas de Democratização da Justiça.....	45
2.2 A Criação e o Histórico da Assistência Judiciária.....	56
2.3 Acesso à Justiça e Assistência Jurídica	63
2.4 Assistência Judiciária no Estado de Santa Catarina	68

CAPÍTULO 3 - ESCRITÓRIO MODELO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA NA CIDADE DE LAGES - SC	77
3.1 Experiência do Estágio de Prática Jurídica da cidade de Lages (SC)	77
3.2 Perfil dos Clientes do Escritório Modelo	85
3.3 Os mecanismos de efetivação da cidadania através do estágio e da prática jurídica	91
3.4 Pesquisa de campo: conhecendo na prática a construção do acesso à justiça	95
3.5 Metodologia de Pesquisa.....	96
3.5.1 Objetivos da Pesquisa.....	96
3.6 Natureza da Pesquisa	96
3.7 Perguntas de Pesquisa.....	97
3.8 Delimitação da Pesquisa.....	98
3.9 Plano de Coleta e Análise de Dados.....	98
3.9 Análise dos dados Amostrais.....	99
3.11 Estágio de prática jurídica: potencialidades	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126

RESUMO

O presente trabalho apresentou o tema “O estágio de prática jurídica como instrumento de acesso à justiça”. Objetivou responder à seguinte questão de pesquisa: o estágio do Curso de Direito da Universidade do Planalto Catarinense promove efetivamente o acesso à justiça, à população carente da cidade de Lages, cumprindo seu objetivo sócio-pedagógico? Alicerce primordial residiu na prerrogativa de que o acesso à justiça está assentado na Constituição brasileira, sendo esta garantia insuficiente para proporcionar o acesso à justiça, este entendido como sendo não só a admissão ao processo, mas que um maior número de pessoas possam ir em busca de seus direitos, incluindo-se a orientação pré e pós-processual. Entretanto, vários obstáculos interferem diretamente no acesso à justiça, destacando-se o poder econômico, o desconhecimento das pessoas sobre os seus direitos e a disposição psicológica das pessoas para acessarem o judiciário. Porém, esses obstáculos hão de ser enfrentados de forma articulada, com visão humanística sempre com vistas às desigualdades sociais. Enfocou-se a Assistência Jurídica no Estado de Santa Catarina, que não criou a Defensoria Pública, cuja incumbência constitucional é prestar Assistência Jurídica aos necessitados, incluindo-se aí a orientação jurídica, sendo no Estado de Santa Catarina exercida pela Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita, organizada pela OAB/SC. Por outro lado o trabalho desenvolvido no estágio do Curso de Direito da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, vem promovendo o Acesso à Justiça, através da Assistência Jurídica por meio de seus estagiários. A pesquisa de campo realizada com os clientes do Escritório Modelo de Assistência Jurídica, buscou investigar se a prestação dessa assistência com orientação jurídica pré e pós-processual existe, e em sendo positiva a resposta, se essa prestação pelo EMAJ é de qualidade. Restou comprovado, através da análise dos dados da pesquisa, que o EMAJ de Lages (SC) é um instrumento de conscientização da cidadania, sendo um elo importante de aproximação da população pesquisada com a Justiça, demonstrando assim que ele cumpre seu objetivo sócio-pedagógico e promove o acesso à Justiça através da Assistência Jurídica Gratuita.

ABSTRACT

This work introduces the following subject: “The traineeship in the juridical practice as an instrument to access justice”. It aimed to answer the following research query: “Does the traineeship of the Universidade do Planalto Catarinense Law Course promote effectively the access to justice for the needy people in Lages, accomplishing this way its social and pedagogic objective?” The primary basis lays on the prerogative that the access to justice is assured in the Brazilian Constitution, being this guarantee insufficient to promote the effective access to justice, being this understood not only as the admission of a process, but also as the fact that a higher number of people be able to search for their rights, including advice before and after the processes. However, many obstacles interfere directly on the access to justice, mainly the economic power, the lack of knowledge of people about their rights and psychological disposition of people to access the judiciary. Even though, such obstacles must be faced in an articulated way, with a humanistic view over the social inequalities. The Juridical Assistance in the state of Santa Catarina was focused, which has not created the Public Defense whose constitutional incumbency is to offer Juridical Assistance to those in need, including juridical advice, which by its turn is offered by the Dative Defense and Free Juridical Assistance organized by OAB/SC in the state of Santa Catarina. On the other hand, the work developed in the traineeship of the Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) Law Course has been promoting the access to justice through the juridical assistance from its trainees. The field research with the clients of the Escritório Modelo de Assistência Jurídica, tried to investigate if the offer of that assistance with juridical advice before and after the processes really exists, and being that answer positive, if that offer by the EMAJ is a good quality one. It was demonstrated, through the analyses of the data from the research, that the EMAJ in Lages (SC) is an instrument for the conscientiousness of citizenship, being it an important link for the approximation of the researched people to justice, showing this way that it accomplishes its socio-pedagogic objective as well as promotes the access to justice through the Free Juridical Assistance.

INTRODUÇÃO

É inegável que a sociedade contemporânea sofre transformações que atingem os valores, antes considerados essenciais na convivência e no estabelecimento da ordem democrática. Conseqüentemente, há uma crise de valores onde alguns desaparecem e outros são questionados, prevalecendo, muitas vezes, os interesses pessoais em detrimento dos princípios que até então tem norteado o cotidiano das pessoas.

Ora, se a sociedade passa por uma crise de valores, não há como dissociá-la da crise da justiça, pois esta é reflexo daquela e, como tal, carrega em si todas as especificidades inerentes a ela. Desse modo, é evidente que o cidadão também sofre a crise de valores que envolvem a Justiça.

Aqui, ancorou-se uma das razões que moveram esta pesquisa, pois além de entender a justiça como uma continuidade da sociedade que aí está posta, ela se imbrica à vida da pesquisadora em dois momentos. No primeiro, envolve o trabalho dedicado ao exercício da advocacia e, num segundo momento, refere-se à sua atuação enquanto professora e também como orientadora de estágio do Curso de Direito.

A dissertação que ora se apresenta, tem como tema: **O Estágio de prática Jurídica como possibilidade de acesso à Justiça à população carente, na cidade de Lages (SC)**, e seu objetivo foi analisar a prestação da assistência jurídica através do estágio e o acesso à justiça que ele proporciona, uma vez que a Constituição de 1988 estabeleceu como garantia fundamental do indivíduo comprovadamente necessitado a

assistência jurídica integral e gratuita como obrigação do Estado, em seu artigo 5º, inciso LXXIV, incluindo a Defensoria Pública entre as funções essenciais à Justiça no artigo 134, tendo sido editada a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, disciplinando seu funcionamento.

É sabido que o fato de ter sido editada norma jurídica, não indica o seu cumprimento imediato por parte daqueles que deveriam pugnar pela sua pronta execução. Faz-se referência às unidades da Federação, uma vez que, de uma maneira geral, não estão cumprindo a determinação constitucional ao não estruturar as Defensorias Públicas permitindo ao necessitado o acesso à Justiça.

Por outro lado, não se deve esperar que a assistência jurídica gratuita, prestada através da Ordem dos Advogados, solucione o problema do acesso à Justiça pelos necessitados, muito embora seja realidade que a inexistência do serviço em muito agravaria a situação.

Em relação ao trabalho desenvolvido pelos estágios dos Cursos de Direito, que estão atendendo à população carente, acabam sendo vistos pela comunidade em que se encontram inseridos como verdadeiros responsáveis pela solução de todos os problemas de assessoria pré-processual, ajuizamento e assessoria pós-processual às camadas economicamente desfavorecidas, quando, constitucionalmente, não têm tal obrigação, assim como não é o objetivo primeiro do estágio.

Partindo do acima exposto e da constatação de como se organiza e constrói a sociedade que se fala em “assistência jurídica integral e gratuita”. Há, porém, que se questionar sobre que tipos de acesso à justiça estão tendo estas pessoas que mal sabem ler e escrever e, muitas vezes, precisam bater às portas do Judiciário?

Nesse sentido, por ser essa uma questão inquietante e por saber que a assistência jurídica aos carentes engloba não só o acionamento do poder judiciário mas também uma assessoria preventiva e extrajudicial, é que se pretendeu estudar o acesso à justiça.

Buscar o resgate ou implantar mecanismos no sentido de fazer valer os direitos do cidadão, com o efetivo acesso à justiça envolve não só os cursos de Direito, mas ultrapassa

a academia e atinge toda a sociedade, pois é evidente que há um descompasso entre o que seria ideal e o que realmente acontece no estágio do Curso de Direito que presta Assistência Jurídica Gratuita.

Confunde-se, ainda, esse tema, com a história de vida da pesquisadora, enquanto educadora que se propõe a despertar nos educandos uma consciência geradora de mudanças sociais, pois entende ser função da Universidade a transformação da sociedade. E, para tanto, há necessidade de formar profissionais conscientes e capazes de tomar posturas que não se contraponham à Ética Profissional e, sabedores de seu papel, lutem pelo exercício da cidadania dos desfavorecidos econômica e juridicamente, fazendo com que a justiça se concretize, deixando de ser apenas um sonho .

Além disso, vinculou-se o tema à experiência profissional no exercício da advocacia e da orientação do estágio, observando-se que proporcionar o acesso à justiça é importante à população carente e se constitui num fator preponderante para o desenvolvimento do indivíduo e para o reconhecimento da sua condição de cidadão.

A justiça deve estar ao alcance de todos, ricos e poderosos, pobres e desprotegidos, mesmo porque, na sociedade contemporânea reservou-se ao Estado o direito de administrá-la, não se consentindo que ninguém faça justiça com as próprias mãos.

Considerando que a população carente é mais afetada pela ignorância e falta de informações e que, o Estado, ao deixar de cumprir a determinação constitucional de implantação das defensorias públicas, encontra também nas atividades universitárias, através da assistência jurídica gratuita, meio impar de acesso à justiça. É certo afirmar porém, que a tutela judicial não é, e nem deve ser a principal função do estágio. Antes de tudo, ele tem caráter pedagógico de inserir os desprovidos no processo social. Nesse sentido, o Escritório Modelo de Direito da Universidade do Planalto Catarinense promove, efetivamente, o acesso à Justiça, cumprindo seu objetivo sócio-pedagógico?

Feita a análise central do problema, a dissertação pretendeu também responder às seguintes perguntas:

- a) O estágio de prática jurídica da UNIPLAC, através da Assistência Jurídica Gratuita, contribui para o exercício da cidadania de seus clientes?
- b) O estágio de prática jurídica da UNIPLAC promove o acesso à Justiça aos seus clientes?

Considerando, ainda, que o estágio do Curso de Direito têm deveres éticos com a sociedade, cabe aos operadores do direito atuar com ética, além de buscar alternativas para repensar o estágio do Curso de Direito sem com isso abandonar o acesso à justiça que ele promove. É nesse sentido que se encontra o elemento gerador dessa pesquisa e, talvez, seu fator maior de contribuição para o funcionamento do estágio com mais qualidade, visando a atender não só às suas funções didático-pedagógicas, mas também a longa faixa da população que quando necessita busca os serviços oferecidos pelo Escritório Modelo.

A integração do conhecimento explícito ao conhecimento tácito do acadêmico encontra no desenvolvimento dos estágios do Curso de Direito, através dos serviços do Escritório Modelo da Uniplac, a práxis da assistência jurídica gratuita e a manutenção do interesse do aluno pela construção de seu saber.

Assim, é também pela disponibilização destes serviços, que a Universidade Cidadã ganha identidade pela redefinição de sua missão social, a qual deve somar o compromisso com a excelência no atendimento das necessidades dos clientes à permanente elevação dos níveis de seus serviços.

Depreendeu-se a viabilidade deste trabalho também na necessidade posta de avaliação e busca de melhorias na qualidade dos serviços prestados pelo Escritório Modelo da Uniplac, e do efetivo acesso à justiça que ele deve oportunizar a população carente.

Tais entendimentos fundaram-se no pressuposto de que o processo ensino-aprendizagem leva à mudança, e a mudança deve resultar em melhorias. É por isso que todas as pessoas, em todos os níveis devem ter habilidade, competência, conhecimento necessário e oportunidades para o correto exercício da cidadania, fazendo com que a justiça se concretize de forma humanizada, deixando de ser apenas um sonho.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é norteado no acesso à justiça proporcionado pelo Estágio de Prática Jurídica, através da assistência jurídica gratuita, seu comprometimento com vistas a ofertar um estágio diferenciado e de qualidade aos acadêmicos, assim como prestar o acesso efetivo à justiça à população carente que procura pelo serviço no escritório Modelo de Assistência Jurídica da Universidade do Planalto Catarinense –UNIPLAC.

O tema abordado abrange vários ramos das ciências jurídicas e sociais, o que torna inadequada, para a compreensão do instituto da Assistência Jurídica Gratuita e do estágio de prática jurídica, como formas de acesso à justiça, a delimitação do tema em marco teórico único, tendo em vista as diferentes correntes (sócio, econômica, política e jurídica) que o tema sugere.

A fim de alcançar os objetivos deste estudo, serão utilizados parâmetros científicos que possam servir de guia para organizar as reflexões e tornar compreensíveis as conclusões que uma pesquisa científica enseja.

O método utilizado para a realização da pesquisa foi o indutivo, pois de acordo com o raciocínio indutivo, a generalização há de ser constatada partindo-se de casos concretos que confirmem a suposta realidade. Significa que utilizou investigações e observações da prática jurídica desenvolvida pelo estágio no Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ, buscando parâmetros fidedignos que validassem as perguntas norteadoras da pesquisa.

Desta forma, o trabalho desenvolve-se em três capítulos, sendo focado no primeiro que o acesso à justiça é assentado na Constituição brasileira, na categoria de direitos e garantias fundamentais entendido aquele, como não só a admissão ao processo, mas que um maior número de pessoas possa ir em busca de seus direitos, incluindo-se a orientação pré e pós-processual. Entretanto, a fixação desses princípios e garantias constitucionais tem sido insuficientes para proporcionar, realizar e garantir o efetivo acesso à justiça. Após, buscou-se demonstrar os obstáculos encontrados para que o acesso à justiça se efetive.

No segundo capítulo abordou-se a crise do judiciário e suas implicações para que o acesso à justiça se concretize, assim como se procurou discutir as novas práticas de democratização do judiciário, onde algumas são elencadas, sem a pretensão de esgotar o assunto. Abordou-se ainda a criação e o histórico das assistências judiciária e jurídica, sendo esta última de maior amplitude, e por último, pretendeu-se enfocar o modelo catarinense de prestar a Assistência Judiciária.

Já no terceiro capítulo, descreveram-se as atividades desenvolvidas no estágio do Curso de Direito da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac, privilegiando as experiências do estágio e os mecanismos de efetivação da cidadania que ele tem procurado proporcionar.

Dentre as atividades desenvolvidas no EMAJ, salienta-se a execução do Projeto “A Universidade vai ao bairro”, sob a supervisão dos professores orientadores, os estagiários prestam serviços jurídicos à população residente na periferia de Lages, bem como desenvolvem um programa de cidadania junto a estas pessoas, a partir de palestras sobre Direitos Fundamentais, Direito de Família, Direito do Trabalho e Direito das Sucessões.

Após, demonstrou-se o perfil dos clientes do Escritório Modelo de Assistência Jurídica, assim como a pesquisa de campo constituída de uma amostra de 50 clientes do EMAJ, os quais receberam atendimento nos anos de 1999 e 2000, totalizando a população alvo em 601 clientes. Os sujeitos da pesquisa foram: a) indivíduos cujas ações ajuizadas tiveram seus processos concluídos durante os anos de 1999 e 2000; b) indivíduos cujas demandas não resultaram em ações ajuizadas, ou seja, aqueles que independente dos motivos, não tiveram encaminhamento a juízo, durante os anos de 1999 e 2000 e c) indivíduos cujas ações ajuizadas em 1999 e 2000, ainda estão em andamento.

Os dados primários foram coletados através de entrevistas estruturadas, conduzidas por meio de instrumento elaborado especificamente para este fim, na forma de questionário composto por 12 perguntas fechadas. Já os dados secundários foram coletados mediante a consulta de documentos oficiais, publicações periódicas, relatórios técnicos e didático-pedagógicos das atividades e registros do Escritório Modelo, objetivando a análise documental, bem como o levantamento bibliográfico.

E finalmente, buscou-se abordar as potencialidades do Estágio e as formas para incrementar seu funcionamento.

Por fim, encontram-se registradas as conclusões que este trabalho propiciou, com base em referencial teórico científico.

CAPÍTULO 1

ACESSO À JUSTIÇA

1.1 Estado e Funções Jurisdicionais

A conceituação de Estado de DALLARI converge perfeitamente ao que se pretende, pois se trata de conceito bastante objetivo e preciso. “*Estado é uma ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território*¹”. A objetividade e singeleza deste conceito é salutar, pois se muito detalhado, muitos modelos de Estado concretos e atuais ficariam à margem da matéria tratada.

Com isto fica claro que esta ordem jurídica soberana utiliza todos os meios de que dispõe para agir com eficácia, não importando em qual regime está inserida (democracia, autoritarismo ou totalitarismo).

Prima facie, o Estado apresenta-se como forma de garantia da ordem externa à sociedade, já que esta perdeu a capacidade de auto regular-se em função de suas contradições internas. No entanto, numa análise mais pontual, verifica-se que o Estado é criação da própria sociedade, ou de parte dela.

¹DALLARI, Dalmo de Abreu. **O futuro do estado**, São Paulo: Moderna, 1980, p. 56.

Dentro dos limites espaciais do Estado, esta ordem jurídica se sobrepõe a todas as demais e mesmo nas relações internacionais não admite que alguma lhe seja superior.

A afirmação quanto ao caráter instrumental do processo revela-se, conforme observado ao longo do tempo, inconsistente quando desacompanhada das finalidades, dos alvos a serem atingidos por ocasião de sua utilização. Considerando tal afirmação, verifica-se que o processo é eminentemente “instrumento” da jurisdição. Isto é, o **meio**, pelo qual o Estado põe fim aos conflitos e diz o direito; e como tal, só verificar-se-á sua legitimidade, mediante a análise dos **fins** propostos para o desenvolver do processo.

Pela regra do menor esforço, observa-se que quanto mais útil, valioso, imperativo o objetivo a ser atingido, maior a relevância da utilização do processo.

Não há como se referir à jurisdição, ainda menos em suas finalidades, sem recorrer aos fins do próprio Estado. Os fins sempre se encontram eivados de inúmeras variáveis no espaço e no tempo, em função dos interesses do Estado.

Outro elemento a ser destacado é o bem comum. É necessário reconhecer que o significado desta expressão varia no tempo e no lugar. Isto permitirá que se possa diferenciar o Estado contemporâneo dos que o precederam. Aliás, destacam-se três elementos do Estado contemporâneo, conforme RODRIGUES: “(a) *sua condição instrumental, a indicar que ele não é um fim em si mesmo, mas sim, um instrumento da sociedade, através do qual, essa busca concretizar seus objetivos*; (b) *seu compromisso intrínseco com o bem comum e* (c) *sua intervenção na sociedade*”².

De acordo com PASOLD, o Estado é caracterizado “*com fundamento na sua condição instrumental, no seu compromisso intrínseco com o bem comum e na sua interferência na sociedade*”³.

² RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Acesso à justiça no direito processual brasileiro*, São Paulo: Acadêmica, 1994, p. 20.

³ PASOLD, César Luiz. *A função social do estado contemporâneo*, Florianópolis: Ed. do Autor, 1984, p. 03.

Esta condição instrumental indica que o Estado contemporâneo deva ser a “ponte de ouro” entre a sociedade constituída e os seus anseios de bem comum, tais como o acesso a bens materiais e imateriais, necessários à plena realização da pessoa humana.

O caráter intervencionista será variável conforme o Estado adote o modelo liberal, que tem por função garantir as liberdades coletivas e individuais, ou o modelo socialista, tendo como escopo a função social do Estado, sendo, por isso, extremamente intervencionista.

A função estatal, por sua vez, conforme denomina a doutrina é, de acordo com ROCHA *“o exercício do poder do Estado, através de procedimentos típicos, previamente estabelecidos pelo direito, tendo em vista a consecução de seus fins⁴”*.

As funções estatais tradicionalmente são três, ainda conforme ROCHA *“(a) editar normas gerais e abstratas; (b) administrar e (c) decidir em caráter definitivo os conflitos concretos de interesses mediante a aplicação do direito e, eventualmente, executar decisões⁵”*.

Dentro da teoria da tripartição de funções, na qual se vêem separadas a administrativa da legislativa e da jurisdicional, abordar-se-á exclusivamente esta última, que, dentro do Estado de Direito, é atribuída a órgãos especializados. Através do Poder Judiciário, o Estado – Juiz dirime os conflitos e dá a cada um o que é seu.

Porém, o modelo jurisdicional adotado pelo Estado contemporâneo é fruto de profundas e freqüentes modificações ao longo do desenvolvimento das sociedades. Atualmente, nota-se uma monopolização – e neste aspecto nem poderia deixar de ser – por parte do Estado na tarefa de disciplinar a convivência social.

MORAIS, enfatiza que

(...) nasce a jurisdição, vista como uma das funções do Estado. É através dela que o mesmo entra como um terceiro substituto das partes titulares dos interesses envolvidos, solucionando o conflito

⁴ ROCHA, José Albuquerque. **Estudos sobre o Poder Judiciário**, São Paulo: Malheiros, 1995, p.12.

⁵ ROCHA, José Albuquerque. Obra citada, p. 12

concreto, fazendo a atuação da vontade do direito objetivo que rege a lide, caracterizando-se, ainda, pela imparcialidade e neutralidade⁶.

Numa visão geral, a jurisdição é entendida como uma atividade exclusiva do Estado, com vistas à solução de conflitos de interesses. ROCHA faz crítica a essa conceituação de jurisdição, uma vez que a solução de conflitos não é sua atividade privativa. Exemplifica com os conflitos decididos pela administração pública e também que nem sempre a atividade jurisdicional é de solução de conflitos. Assim, a solução de conflitos de interesses é um elemento da jurisdição, porém não serve como forma de conceituá-la.

À medida que foi acontecendo um burilamento nas relações sociais, surgiu uma necessidade de criar uma **ordem**, pressuposto inarredável de qualquer agrupamento humano, já que não se pode permitir que todos ajam de forma individual e voluntarista. Esta ação implica muitas variáveis, pois o conceito de ordem deve ser bastante flexível, já que o consenso e o conflito dividem os mesmos espaços na vida em sociedade.

A aceitação da existência desse dualismo ordem e conflito são inclusive, o pressuposto teórico da corrente sociológica da ordem e da integração, que tem em Durkheim o seu expoente, entre outras. Com a função de apaziguamento desta parcela de conflito, a função estatal de monopólio da jurisdição surge auto atribuindo-se o poder de coerção. Para dar cumprimento à sua função social de garantir a ordem, o Estado emite regras de conduta ou de direito, cuja aplicação se legitima pela aceitação do grupo social em reprimir determinado comportamento ou pela sua imposição, coercitivamente até, em casos de desobediência. Sendo que “(...) o Estado toma para si esta função, passando a monopolizar a Jurisdição, ditando o Direito para o caso concreto de forma impositiva, com o intuito de assegurar a convivência social através da neutralização do conflito pela aplicação forçada do Direito Positivo⁷”.

Desta forma, começa o enfraquecimento da defesa privada, a assim chamada “justiça pelas próprias mãos”, antigamente conhecida como garantia e execução pessoal do

⁶ MORAIS, José Luis Bolzan de. **Mediação e arbitragem: alternativas à Jurisdição**, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p. 73.

⁷ MORAIS, José Luis Bolzan de. *Idem*, *ibidem*, p. 73.

direito, o que, historicamente, acarretou à vitória da força sobre a Justiça e se tornou insuportável devido ao alto nível de pressão social, gerado pela intranquilidade provocada pelo uso da defesa privada no desenrolar dos conflitos.

Para fazer frente a uma possível deterioração do Estado como concebido até então, surge a jurisdição como sua exclusiva função. A solução de conflitos e o apaziguamento das lides passam a ser exercidos por órgãos estatais distintos dos de legislação e de administração.

A jurisdição, conforme CINTRA, DINAMARCO e GRINOVER se “*distingue das demais funções do Estado (legislação e administração). É precisamente, em primeiro plano, a finalidade pacificadora com que o Estado a exerce*⁸”.

Pela jurisdição, o Estado-Juiz chama a si a solução dos conflitos e atua como substituto das partes legitimadas a agir, fazendo a atuação da vontade imparcial, neutra e concreta da Lei, através da execução de seus julgados.

CHIOVENDA defende a jurisdição como “atividade substitutiva”, tecendo o seguinte conceito: “*função do Estado que tem por escopo a atuação da vontade concreta da Lei por meio da substituição, pela atividade de órgãos públicos, da atividade de particulares ou de outros órgãos públicos, já no afirmar a existência da vontade da Lei, já no torná-la, praticamente, efetiva*⁹”.

Essa atividade substitutiva traduz-se, como a própria nomenclatura sugere, na substituição da atividade particular pela atividade estatal. O órgão jurisdicional avoca a responsabilidade de dirimir o conflito, bem como, de pronunciar-se sobre a querela havida entre os particulares, substituindo as partes. Dessa forma, afasta-se a hipótese de utilização da autotutela, fator de extrema turbulência social, que deve ser mantido afastado definitivamente.

⁸ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini; *Teoria geral do processo*, São Paulo: Malheiros, 2001, p.24.

⁹ CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II- tradução de J. Guimarães Menegale, São Paulo: Saraiva, 1943, p.11.

Observadas as diferentes concepções do perfil da jurisdição traçado até aqui, faz-se necessário verificar tais entendimentos com a Constituição brasileira.

O art. 5º, inciso XXXV afirma que *a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito*. Com isso, privilegia a jurisdição no **processo de aplicação concreta e definitiva do direito**, este sim, o principal escopo da jurisdição. Note-se aqui que estão reunidas como que por conexão as atividades de aplicação e execução do direito. Se o conceito de jurisdição se contentasse apenas com a primeira, cairia no vazio e esta tornar-se-ia inócua.

Assim, pois, o direito à prestação jurisdicional do Estado não esgota seu conteúdo apenas com o acesso ao Poder Judiciário, nem tampouco com a consecução da solução de mérito quanto ao litígio. Ele reclama, para ser pleno, a execução do seu julgado.

O objeto da jurisdição é o mais amplo possível, porém, pode-se afirmar que basicamente é o conflito de interesses caracterizado pela pretensão de um, resistida por outrem, sejam quais forem os sujeitos, a matéria, o local, ou o valor. Em suma, tudo aquilo que a Constituição chama de lesão ou ameaça a direito.

Este conflito de interesses está irmanamente ligado à função jurisdicional. É pressuposto básico do poder de ação, configurado pelo interesse de agir, que, por sua vez, é bastante para invocar a tutela jurisdicional. Não se sustenta a argumentação de que subsiste a jurisdição dissociada do conflito de interesses.

Quanto aos escopos da jurisdição, DINAMARCO explica que são três:

a) o jurídico, segundo o qual a jurisdição serve para atuar concretamente o Direito; b) o social, que engloba a pacificação social com justiça e educação para o exercício dos direitos e obrigações; e c) o político, que inclui a afirmação do poder do Estado (de sua capacidade de decidir imperativamente) e a garantia de participação democrática e controle desse poder pela sociedade (concretização do valor liberdade)¹⁰.

Ao exercer o direito subjetivo de ação frente a uma pretensão resistida, o cidadão não está sozinho nesta tarefa. O Estado interage, pois a ele interessa, no caso concreto, realizar os objetivos das normas de direito substancial (direito objetivo). Por essa razão foi

¹⁰ in: RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Obra citada, p. 23.

criada a jurisdição: para que aqueles resultados práticos que o direito material enuncia sejam plenamente atingidos. Trata-se do “escopo jurídico da jurisdição”: a atuação da vontade concreta da lei, ou seja, das normas de direito substancial.

Outra posição, sustentada por CARNELUTTI, é a da *justa composição da lide*, ou seja, o estabelecimento da norma de direito material a cada caso concreto, dando razão a uma das partes. Nota-se a inserção de um termo ético, (justa) alertando os operadores do direito para que cessem a supervalorização do processo em si mesmo e busquem inserir o Poder Judiciário na realidade político- social em que se encontra. Afinal, é esta a finalidade maior da jurisdição: satisfazer, através do seu exercício, o interesse da própria sociedade.

Com o exercício da jurisdição também se preservará a autoridade do ordenamento jurídico e o Estado, através da imposição de sua vontade, que é a da própria sociedade, favorecerá a manutenção da paz e da ordem públicas.

O “escopo político da jurisdição” é atingido de forma reflexa ao se exercitar a jurisdição, através da busca da tutela estatal. Um Estado legitimado pela comunidade que o compõe goza de amplo espectro de atuação para fazer valer o caráter imperativo de suas normas. Trata-se de instrumento de controle social bastante eficiente, com vistas a preservar a ordem jurídica.

A finalidade social da jurisdição é da essência do próprio Estado, que tem na sua função pacificadora a mola maior a impulsionar rumo à efetividade do processo.

Todos os objetivos da jurisdição aqui expostos encontram-se intimamente ligados uns aos outros, interagindo em todos os campos de atuação do direito, embora o Estado, historicamente, tenha falhado demasiadamente em relação à pacificação, o que faz surgir formas alternativas de pacificação social, via soluções não jurisdicionais, como a autocomposição, a mediação, a arbitragem, etc. Desta forma, se o Estado, como detentor exclusivo de solução de conflitos não consegue cumprir sua função, e não consegue enxergar que a sociedade eivada de novos direitos, e ansiosa por solucionar com rapidez e com menos custos os processos, entre tantas outras necessidades urgentes, então ela reclama, com urgência por soluções alternativas para solucionar seus conflitos.

WOLKMER enfatiza neste sentido o seguinte:

O que transparece com muita nitidez, na conjuntura presente, é que existe uma consciência da crise de fundamentos que atravessa o paradigma jurídico dogmático, uma percepção de que o Estado atual (crise de governabilidade) não mais possui monopólio absoluto e irrestrito da produção e distribuição do Direito, bem como a de que a “juridicidade oficial” positivista (por vezes desatualizada, conservadora e injusta) cada vez mais é obrigada a reconhecer e a conviver, no âmbito da Sociedade Civil, com outras formas mais dinâmicas e mais justas de manifestações extraleais e informais¹¹.

Nada obsta que se utilizem estes meios, já que neste sentido o Estado não conseguiu suprir as necessidades. Daí buscar-se pacificar, mesmo que a solução não venha do Estado. Ressalte-se que o legislador brasileiro, atento e sensível aos reclamos da sociedade atual, de aproximar e relacionar os aspectos jurídicos, sociais e políticos dentro do sistema processual, criou formas de atuação inovadoras, tais como a Ação Popular (Lei 4.717/65); os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei 9.099/95) a Ação Civil Pública (Lei 7.347/85) e outras.

Diante dessas novas perspectivas, é que tratar-se-á em seguida, especificamente do acesso à justiça delineado na Constituição brasileira de 1988 e de suas promessas que não restaram de todo concretizadas.

1.2 O Acesso à Justiça à Luz da Constituição Brasileira de 1988

Desde as primeiras cartas políticas havia a promessa constitucional de dever do Estado a prestação de *assistência judiciária* gratuita – entendida como tal a prestada por advogado, nomeado para tal fim pelo Poder Público, quando a parte não tivesse condições de constituir patrono, sem prejuízo de seu sustento próprio e de sua família – a ser realizada nos termos da lei.

¹¹ WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*, São Paulo: Alfa-Omega, 1994, p. 259.

Com o advento da chamada Constituição Cidadã, a matéria mereceu detalhamento no próprio texto constitucional. Assim, adotou-se na Constituição brasileira de 1988 a expressão assistência jurídica em substituição à assistência judiciária no artigo 5º, LXXIV, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, no título Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Exatamente por ter esse novo “status”, ou seja, por estar erigida à categoria de garantia fundamental, a assistência jurídica necessita ser tratada como ela realmente é, ou seja, uma garantia fundamental do cidadão, devendo ter um tratamento mais responsável por parte do Estado de forma a produzir a efetividade que ela requer, acompanhando o pensamento filosófico e sociológico do Direito moderno e contemporâneo, a partir dos movimentos sociais do século XVIII, com os iluministas, de respeito à cidadania e aos direitos humanos¹².

A Constituição ampliou o conceito para atingir a atuação na esfera extrajudicial, nos seguintes termos: “*O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*”. Observa-se o avanço constitucional porque já não se trata apenas de assistência judiciária, mas sim de assistência jurídica integral e gratuita.

A Constituição brasileira de 1988 é rica em demonstrar a preocupação do constituinte, com o acesso à justiça, de forma que este seja proporcionado a todos, indistintamente. Nalini faz a seguinte descrição:

O texto da Constituição do Brasil de 1988 é pródigo de exemplos de preceitos que decisivamente demonstram a intenção do constituinte de favorecer o acesso de todos os homens ao benefício da Justiça, a partir do art.1º., que estabelece como fundamento da República do Brasil a dignidade da pessoa humana – inciso III. E sem a via aberta ao Judiciário, nenhuma pessoa terá reconhecida em plenitude sua dignidade, quando vulnerada em seus direitos. Irradiando-se pelo art.3º., já invocado, a enunciar que constitui objetivo fundamental da República do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, erradicando a pobreza e a marginalização e promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação – incisos I, III e IV.

O fortalecimento do princípio da isonomia já mereceu análise à parte. E o art.5º., ainda contempla o direito de petição em defesa de direitos – inciso XXXIV, *a* – a inafastabilidade do controle

¹² Artigo 5º, inciso XXV, CF: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

jurisdicional de qualquer lesão ou ameaça a direito – inciso XXXV – o processo e sentenciamento pela autoridade judiciária competente – inciso LIII – o devido processo legal – inciso LIV – o contraditório e ampla defesa, com recursos e meios a ela inerentes, seja no processo judicial como no administrativo – inciso LV. Assegurou ainda a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos – inciso LXXIV – trouxe institutos novos, caracterizadores da verdadeira participação popular na administração da Justiça: mandado de segurança coletivo, mandado de injunção, *habeas-data*, ação popular e ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal – incisos LXX, LXXI, LXXII, LXXIII e LIX, todos do art.5º da lei maior.

Os direitos de segunda geração tiveram elástico reconhecimento – arts.6º a 11 – fixada a justiça social como objetivo da ordem social do art. 193, valor que reaparece dentre os princípios gerais da atividade econômica – art.170¹³.

A Constituição brasileira de 1988, considerada de vanguarda em alguns aspectos, traz, com sua promulgação uma série de modificações, demonstrando a dinâmica do pensamento do legislador, tendente a proporcionar um mais efetivo acesso à justiça:

1 – Concessão de legitimidade para o Ministério Público promover a ação civil pública para a proteção: (a) do patrimônio público e social, (b) do meio ambiente e todos os demais interesses difusos e coletivos, (c) a ação direta de inconstitucionalidade (ampliando o rol dos legitimados, conforme o art. 103, incisos VI,VII,VIII e IX) e a representação para a intervenção da União e dos Estados-membros (nas hipóteses previstas); a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas (art. 129, incisos III,IV e V), entre outras atribuições (arts.127 a 130 do texto constitucional).

2 – Determinação ao legislador ordinário para a regulamentação da Defensoria Pública (art.134), que é uma das instituições essenciais ao exercício da função jurisdicional do Estado.

3 – Ampliação da *legitimatio ad causam*, nos seguintes casos: entidades associativas, desde que expressamente autorizadas, passam a representar seus associados judicial e/ou extrajudicialmente (art. 5º, inciso XXI) ; possibilidade de o Estado promover a defesa dos consumidores em juízo, na forma da Lei (art. 5º, inciso XXXII); possibilidade de impetração de mandado de segurança coletivo pelos partidos políticos, desde que

¹³ NALINI, José Renato. *O juiz e o acesso à justiça*, São Paulo:Revista dos Tribunais, 1994, p.27.

detentores de representação no Congresso Nacional (art. 5º, inciso LXX, *a*); possibilidade e impetração de mandado de segurança coletivo pelas organizações sindicais, entidades de classe ou associações para a defesa dos interesses de seus membros, desde que constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano (art. 5º inciso LXX, *b*); defesa, pelos sindicatos, de interesses coletivos ou individuais da categoria, seja judicial ou administrativamente (art. 8º, inciso III).

4 – Previsão da assistência jurídica integral e gratuita aos pobres, assim considerados na forma da Lei (art. 5º LXXIV).

Como resumo¹⁴ dos principais diplomas voltados à defesa dos interesses transindividuais, observa-se:

Em posição nuclear, integrando os diplomas que viabilizam a tutela jurisdicional coletiva: Na Constituição do Brasil, Arts. 5º, XXI e LXXIII, 8º, III, 129, III e § 1º; as Leis nº 4.717/65; Lei da Ação Popular, nº 7.347/85; Lei da Ação Civil Pública; nº 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor e com aplicação supletiva do Código de Processo Civil prevista nos artigos 90 da Lei 8.078/90, do artigo 19 da Lei 7.347/85 e do artigo 22 da Lei 4.717/65.

Em posição orbitária, estando em constante formação, já que qualquer nova lei, ou mesmo eventual futura emenda constitucional que venha a criar outras formas de defesa dos interesses transindividuais, implicará numa alteração no elenco abaixo: As seguintes leis nº 7.913/89, Proteção dos investidores do Mercado de Valores Mobiliários; 7.953/89, Defesa dos interesses da pessoa portadora de deficiência; 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente; 8.884/94, Lei do abuso do Poder econômico Lei Antitruste; 8.974/95, Responsabilidade por danos aos seres vivos, decorrentes de engenharia genética; 6.766/79, Parcelamento do solo urbano e 8.429/92, Lei da improbidade administrativa; no Art. 5º, e incisos LXX e LXXI; Mandado de segurança coletivo e mandado de injunção.

¹⁴ Cf., VIGLIAR, José Marcelo Menezes. **Ação civil pública**, São Paulo:Atlas, 2001, p. 23. O resumo foi realizado a partir da obra citada.

A Constituição brasileira de 1988 foi o marco inicial, o grande desafio para as mudanças desejadas pelos cidadãos. Nela ficaram registradas as promessas de garantia dos direitos individuais e coletivos.

CARNEIRO afirma:

A modernização da sociedade, os novos meios de comunicação, a industrialização, a migração do campo para a cidade, o avanço tecnológico, as conquistas trabalhistas, tudo isto levou a uma reorganização da sociedade, a partir da experiência dos movimentos sociais. Modernamente temos os novos movimentos sociais, através das ONGs, dos movimentos sociais da Igreja, e outros, com novas reivindicações diversas daquelas que deram sustentação às Revoluções Inglesa, Americana e Francesa. O movimento agora é no sentido de que a liberdade e a igualdade saiam do plano teórico, passem do papel para a vida¹⁵.

A iniciativa, de todo louvável, mereceu de DINAMARCO, GRINOVER E CINTRA a afirmação de que “*a nova Constituição representa o que de mais moderno existe na tendência universal rumo à diminuição da distância entre o povo e a justiça*”¹⁶.

Tal dispositivo garante o exercício do direito consagrado pelo artigo 5º, XXXVI, da mesma Constituição de 1988, qual seja: “*A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*”.

A Defensoria Pública foi erigida à condição de “*...instituição essencial à função jurisdicional, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do artigo 5º, LXXIV*” (artigo 134, *caput*, CF).

Por outro lado, o artigo 134, do Título Da Organização dos Poderes, do Capítulo Das Funções Essenciais à Justiça, instrumentaliza a promessa constitucional de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, determinando que:

A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do artigo 5º, LXXIV.

¹⁵ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Acesso à justiça: juizados especiais cíveis e ação civil pública: uma nova sistematização da teoria geral do processo*, Rio de Janeiro:1999, p. 25.

¹⁶ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini; Obra citada, p.83.

Parágrafo único. Lei Complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe iniciais, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais¹⁷.

Ademais, no Título IX – Das Disposições Constitucionais Gerais há regras a serem cumpridas para provimento dos cargos de Defensor Público e do titular de sua chefia nos Estados que vierem a ser criados (artigo 235, VII e VIII), bem como, no artigo 22 do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias, está determinado que:

É assegurado aos defensores públicos investidos na função até a data da instalação da Assembléia Nacional Constituinte o direito de opção pela carreira, com observância das garantias e vedações previstas no artigo 134, parágrafo único, da Constituição.

A Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, foi editada prescrevendo normas gerais da Defensoria Pública Federal, traçando normas gerais da Defensoria Pública Federal, como organização, formas de concurso para provimentos de cargos e outras.

No que se refere à Justiça Gratuita, instituto pré-processual que permite à parte a isenção de pagamento de custas e emolumentos em razão de sua hipossuficiência econômica, as Constituições não tratavam da matéria, deduzida que é na Lei n.1.060/50.

Porém, a assistência jurídica e judiciária aos necessitados não poderia depender da vontade política dos governantes em legislar para esse fim. Assim, a Lei nº1060 de 05 de fevereiro de 1950 já previa procedimento para prestação de serviços pela Assistência Judiciária Gratuita e, de acordo com entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, não perdeu sua eficácia com a promulgação da Carta maior.

CONSTITUCIONAL. ACESSO À JUSTIÇA – ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – LEI 1060, DE 1950 – CF, ART. 5º, LXXIV.

A garantia do art.5º, LXXIV – assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos – não revogou a de assistência judiciária gratuita da Lei 1060, de 1950, aos necessitados, certo que, para obtenção desta, basta a

¹⁷ Constituição da República Federativa do Brasil, São Paulo: Saraiva.

declaração, feita pelo próprio interessado, de que a sua situação econômica não lhe permite vir a Juízo sem prejuízo da sua manutenção ou de sua família. Essa norma infraconstitucional põe-se, ademais, dentro do espírito da Constituição, que deseja que seja facilitado o acesso de todos à Justiça. (C.F., art.5 XXXV)¹⁸.

É, portanto, do limiar da década de 50, que se passa para a Constituição brasileira de 1988, onde os avanços fogem do acanhado objetivo da assistência judiciária de apenas proporcionar ao necessitado o acesso à justiça com a isenção de custas processuais e advogados gratuitos.

Além dos dispositivos elencados, outros existem na Constituição brasileira versando sobre assistência jurídica, Defensoria Pública e Defensores Públicos:

- a) disciplinando a competência da União para legislar sobre a matéria, (artigo 22, XVII);
- b) estabelecendo a competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal para exercer, nos limites que especifica, tal função (artigo 24, XIII);
- c) incluindo dentre as leis de iniciativa privativa do Presidente da República as que disponham sobre a organização da Defensoria Pública da União e as normas gerais para os Estados, Distrito Federal e Territórios (artigo 61, § 1º, II, “d”); e
- d) dispondo que os integrantes da carreira percebam seus estipêndios sob a forma de subsídio (artigo 135).

A fixação dos princípios e garantias referentes ao acesso integral e gratuito à justiça, no texto constitucional, contudo, é insuficiente para assegurar os resultados desejados quanto ao tema. Necessário se faz sejam criadas condições para que todos, notadamente os excluídos, tenham acesso à justiça.

¹⁸ Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina, nº 10.684, p. 02, de 20.04.2001. Ap.Cível nº064.99.000767-0, de São José (SC),rel. Des. João José Schaefer.

O acesso democrático e totalmente pleno à justiça, conforme delineado na Constituição brasileira, não encontra suporte para ser alcançado diante das desigualdades sociais existentes no Brasil, o que leva a população menos favorecida a ficar numa posição de desigualdade na relação processual.

Desta forma, a promoção da justiça social, conforme amplamente discutida pelos constituintes de 1988, está distante de tornar-se realidade, pois as enormes distâncias existentes entre ricos e pobres, e as desigualdades individuais e regionais são ainda mais gritantes agora, no início do novo século e em tempo de globalização.

Parece ser inconcebível a constatação de que em pleno limiar do novo milênio, onde a ciência e a tecnologia fazem tanto pelo ser humano e busca-se a qualidade de vida no planeta, ainda existam crianças famintas e a miséria ainda mate tanto, haja analfabetos e muitas pessoas ainda não tenham acesso às mínimas condições de sobrevivência e moradia.

A este respeito CARNEIRO enfatiza:

O importante é que os direitos que promanam da liberdade e igualdade, como a cidadania, a saúde, a educação, a informação, possam, na prática, ser alcançados, e exigidos de quem está obrigado a fornecê-los¹⁹.

Conforme a divulgação da Síntese dos Indicadores Sociais 2000, onde o Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra as transformações do país na década passada, voltam as discussões sobre o que fazer para minorar a concentração de renda, pois 1% da população tem tanto quanto os 50 % de menor renda(juntos). E entre cerca de 50 milhões de pessoas consideradas pobres, haja 25 milhões abaixo da linha de pobreza.

Importante ressaltar que na última década os avanços sociais foram significativos no Brasil: “o número de crianças na escola aumentou, a taxa de mortalidade infantil caiu, há menos analfabetos, a renda média cresceu e os idosos vivem mais. A má distribuição de

¹⁹ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Acesso à justiça: juizados especiais cíveis e ação civil pública: uma nova sistematização da teoria geral do processo*, p. 25.

renda, contudo, está longe de ser vencida. Os 10% mais ricos ganham em média 19 vezes mais que os 40% mais pobres. O que pode parecer contraditório tem explicação: “É menos difícil combater a pobreza do que a desigualdade,” afirma o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sérgio Besserman, na apresentação da Síntese de Indicadores Sociais 2000. O estudo compara dados de 1992 com os de 1999”, conforme coloca a jornalista Luciana Nunes Leal²⁰. De qualquer forma, mesmo com esses avanços sociais, a fome, a miséria e a desigualdade da população brasileira, ainda é extrema.

A Constituição brasileira estabelece a igualdade perante a lei; entretanto, a concretização dessa igualdade proclamada é utópica. *“Na verdade, a igualdade perante a lei é uma ficção constitucional”*²¹. É evidente que o constituinte deu igual tratamento aos desiguais.

Tal tratamento nunca mostrou tão claramente sua posição de “igualdade aos desiguais”, como agora, quando se vive a globalização e suas conseqüências, pois nestes momentos o significado de democracia toma características distintas: para alguns, é simples forma de governo, enquanto que para outros é um modo de vida social. Alguns vêem a sua essência no caráter do eleitorado; outros, nas relações entre Governo e Povo. E há quem a caracterize na ausência das disparidades econômicas entre cidadãos, ou no combate aos privilégios baseados na riqueza, na raça e na cor.

Especificamente, no Estado de Santa Catarina, visando preencher a lacuna estatal na criação da chamada Defensoria Pública, ainda inexistente como em outros Estados da Federação, os quadros da própria Ordem dos Advogados do Brasil, seja por proposição direta, seja por nomeação judicial ou, ainda, através de escritórios - modelo, fazem valer, o quanto possível, aqueles direitos e garantias fundamentais esculpidos na Magna Carta.

Inegável é que a Constituição de 1988 preocupou-se em assegurar os direitos fundamentais do cidadão, entre eles, o direito ao acesso à justiça. Entretanto, a

²⁰ LEAL, Luciana Nunes. Indicadores sociais dão salto em 7 anos. O Estado de São Paulo, 5/04/2001. www.estado.estadao.com.br/editoriais/2001/04/05/ger578.html.

²¹ VIEIRA, Francisco Xavier Medeiros. Cidadania contestada. *Diário Catarinense*. Florianópolis. 14.05. 2001. p. A5.

globalização está levando as populações mais pobres, a um empobrecimento cada vez maior, sendo elas as grandes vítimas das desigualdades e injustiças sociais, o que as leva necessariamente a não poderem exercer seus direitos, pois eles estão diariamente sendo violados, levando a constatação de que a cidadania é inexistente ou lhes foi castrada. Exatamente sobre esse assunto é o que se procurará tratar em seguida.

1.3 Cidadania e o Efetivo Acesso à Justiça

O conceito de cidadania, ao longo da história, tem se mostrado em permanente construção.

Na antiguidade clássica, cidadão era aquele indivíduo (excluídos os escravos e estrangeiros), que morava na cidade e que poderia ter acesso a cargos públicos. Já na Idade Média, cidadão era aquele que possuía riquezas (a grande minoria), salientando-se que o povo era extremamente desprovido de riquezas, sendo que somente aos ricos era dado o direito de votar e ser votado.

De qualquer modo, com o advento do iluminismo evolui-se no sentido de conquista dos direitos políticos, pois gradativamente ampliam-se tais direitos com o voto secreto, direto e universal. Mesmo assim, o conceito de cidadania ainda era muito restrito, sendo que a participação no poder do Estado se concretizava apenas através do voto.

Entretanto, a burguesia da época, necessitava de igualdade de direito e de liberdade para reunir-se, para que pudesse proteger-se das arbitrariedades impostas pelo Estado. Estabelecem-se assim os chamados direitos individuais, quais sejam: direitos à propriedade, à igualdade e à liberdade.

O direito de propriedade era necessário para que o seu dono pudesse usufruir sobre ela poder absoluto. Quanto à liberdade, se dava no sentido de ir e vir, de se reunir, de proteção ao indivíduo contra agressões à sua pessoa. Quanto à igualdade, esta era somente jurídica, ou seja, igualdade perante a lei, e não igualdade de oportunidades, ou de tratamento diferenciado aos desiguais.

Note-se, então, nessa fase histórica, uma manipulação dos conceitos de direitos individuais da classe dominante, a fim de atender os interesses da então decadente burguesia da época.

Com a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 nasceu uma nova idéia de cidadania, deixando de privilegiar apenas os direitos políticos, indo além, preocupando-se com a proteção dos direitos básicos do cidadão.

Esta nova idéia de cidadania é estendida a uma dimensão maior do que aquela que privilegiava os nacionais de exercerem seus direitos políticos, significando que o homem possui direitos básicos, ligados a sua própria natureza que necessitam ser protegidos, não importando a sua nacionalidade – é a chamada cidadania universal²².

Saliente-se que, a concepção de direitos humanos, de acordo com a Declaração Universal de 1948, é aquela baseada na universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos. Ou seja, não pode haver direitos civis e políticos, sem que haja direitos sociais, econômicos e culturais. Desta forma, para que haja liberdade, há de existir igualdade.

A internacionalização dos Direitos Humanos se efetiva após a segunda guerra mundial (1939-1945), sendo consequência das atrocidades cometidas e dos milhões de pessoas que morreram em nome do nazismo. O Direito Internacional dos Direitos Humanos começa a estabelecer-se, e vários tratados internacionais são assinados visando proteger os direitos fundamentais dos indivíduos. O cidadão deixa assim de ser considerado apenas dentro do seu Estado soberano, onde possui direitos e obrigações, passando a ser um cidadão cosmopolita, pois seus direitos passam a ser protegidos internacionalmente.

É certo que o individualismo do Estado Liberal gerou uma minoria detentora dos meios de produção, e por outro lado, gerou uma maioria sacrificada pela grande carga horária de trabalho e remuneração insuficiente, fazendo nascer desigualdades sociais. O Estado Social, “Welfare State” ou Estado Providência, por seu turno, objetivando mudar a

²² COMPARATO, Fábio Konder. **A nova cidadania**, In: Conferência Nacional da OAB. XIV, Brasília:OAB, set. 1993, p.89.

realidade até então vivida, assume uma nova postura, sendo intervencionista , preocupado com o social. Assim, o cidadão deixa de ser apenas portador de direitos políticos, passando a agregar também direitos individuais, sociais e econômicos.

Estes direitos foram reafirmados na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em 1993, em Viena, solidificando os direitos humanos como assunto global.

No Brasil, com a promulgação da Constituição de 1988, restou consagrada a proteção aos direitos humanos, erigindo em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana a princípio fundamental.

Por cidadania hoje, entende-se não apenas o direito de gozar dos direitos políticos, mas ter assegurado direitos fundamentais mínimos. Esta é a visão de cidadania adotada pela Constituição brasileira de 1988, onde ser cidadão significa participar no processo do poder, ter consciência de seus direitos e deveres, de forma a contribuir para o crescimento de todos, sendo desta forma senhor do seu próprio destino.

Assim, a idéia de cidadania é de participação do indivíduo, do seu agir de modo a construir seu destino. E por cidadão entende-se aquele que possui e exerce esses direitos constitucionalmente garantidos.

A cidadania, num sentido mais amplo, importa:

O reconhecimento do indivíduo como pessoa integrada na sociedade estatal; também que o funcionamento do Estado esteja submetido à vontade popular, havendo conexão com soberania popular, com os direitos políticos, dignidade da pessoa humana e educação, como base e meta essencial do regime democrático²³.

A Constituição brasileira em seu artigo 205 estabelece que *“a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração*

²³ SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional, **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990, p.92-93.

da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O texto constitucional deixa claro que educação, direitos humanos e cidadania, estão interligados, não podendo existir um sem outro. Logo não se poderá falar em Estado Democrático de Direito sem que esses elementos estejam presentes. Extrai-se, ainda, do mesmo texto, que os cidadãos devem ser preparados para o exercício da cidadania. Desta forma, é responsabilidade da educação o preparo para o exercício da cidadania, em seu sentido amplo. Por outro lado, é urgente que se busquem meios de instrumentalizar esse “preparo para o exercício da cidadania” através da educação. Porém, o próprio Estado não valoriza a educação e tão pouco a reconhece na prática como prioridade.

Compreendido o significado de cidadania e de cidadão na atualidade, importante destacar que não basta a garantia dos direitos e sim, a concretização de seu pleno exercício.

A realidade brasileira, no que se refere à efetivação do exercício dos direitos do cidadão, ainda é uma meta a ser atingida. O cidadão, para poder exercitar seus direitos precisa necessariamente conhecê-los, por óbvio. Entretanto, em um país onde o número de analfabetos ainda é gritante e vergonhoso, é difícil conceber que tais cidadãos conheçam seus direitos e como consequência saibam como exercitá-los.

É certo que, se a população não recebe formação educacional, torna-se mais fácil dominá-la e guiá-la pelos rumos que o dominador (leia-se classe dominante) entenda melhor. Assim, inexistente o interesse, da classe dominante, “nesse educar o indivíduo” para que ele trilhe os caminhos que o levarão a ser de fato um cidadão. Não basta ser cidadão de direito. É necessário que o pobre deixe de ser violado na sua dignidade, nos seus direitos básicos constitucionalmente assegurados, mas que ele sequer sabe possuir.

Conforme entendimento do que seja cidadania e sua efetivação – que dar-se-á através da participação do cidadão nos desígnios do Estado – há muito ainda, a ser conquistado. Os primeiros passos para a lenta concretização dos direitos do cidadão há de começar pela formação educacional da população. Desta forma, é possível que a transformação da sociedade deixe de ser apenas um sonho. A população menos favorecida no Brasil (que é a maioria) está acuada, não sabe que caminho seguir.

Importante para poder participar e usufruir sua cidadania, é que sejam educados de forma crítica, para que também possam dizer não! A participação requer acurada organização, para tanto necessário sejam as novas gerações conscientizadas da importância da cidadania e de sua utilização, para que soltem as amarras e possam viver e conviver com a liberdade e a igualdade prometidas constitucionalmente. Que possam usufruir a educação, saúde e alimentação, no mínimo. Caso contrário, a dignidade da pessoa humana continuará sendo letra morta, o que é condenável, depois de tantas conquistas alcançadas historicamente em relação a Direitos Humanos.

É responsabilidade de toda a sociedade e do Estado comprometer-se nesse processo moroso e árido de conscientização para educação em Direitos, e não é utopia a possibilidade de sua realização. Não basta que sejam cidadãos, é necessário sê-lo na sua integralidade ou estaremos fazendo da democracia um faz-de-conta. A população há de participar para libertar-se.

A sociedade, ao que parece, vive uma crise. Crise de valores, de esperança, de violência e de miséria. O modelo que ora se apresenta está em transição, está morrendo. Ao quadro que se apresenta, a sociedade necessita renascer lúcida, arejada e pronta a desenvolver-se.

O acesso à justiça desejável está contido no conceito de nova cidadania do Estado Social, conforme COMPARATO:

A idéia-mestra da nova cidadania consiste em fazer com que o povo se torne parte principal do processo de seu desenvolvimento e promoção social: é a idéia de *participação*. Ela deve instaurar-se em cinco níveis: a) na distribuição dos bens, materiais e imateriais, indispensáveis a uma existência socialmente digna; b) na proteção de interesses difusos ou transindividuais; c) no controle do poder político; d) na administração da coisa pública e) na proteção dos interesses transnacionais²⁴.

Assim, para o perfeito exercício da cidadania, não basta a garantia formal do direito à educação, saúde, trabalho, lazer, emprego, meio ambiente-saudável etc. É

²⁴ COMPARATO, Fábio Konder. *A nova cidadania*, p. 48.

necessária a igualdade de oportunidades outras, que não apenas jurídica para o completo exercício desses direitos.

MAMEDE, ao refletir sobre o exercício da cidadania no Brasil, faz a seguinte assertiva:

O exercício da cidadania no Brasil possui três grandes obstáculos:

1º) o sistema jurídico brasileiro não possui uma ampla definição de possibilidades para uma efetiva participação popular; 2º) a postura excessivamente conservadora de parcelas do Judiciário, apegando-se a interpretações que limitam absurdamente o alcance dos dispositivos legais que permitiriam uma efetiva democratização do poder; por fim 3º) uma profunda ignorância do Direito: a esmagadora maioria dos brasileiros não possui conhecimentos mínimos sobre quais são seus direitos e como defendê-los²⁵.

Na explanação do que define como o terceiro obstáculo, relativo especificamente ao problema do acesso dos pobres à justiça, MAMEDE propõe a seguinte reflexão:

Como se pode ter cidadania (participação consciente nos desígnios de Estado) com indivíduos que não possuem condições mínimas de compreender seus direitos e deveres ? ...os pobres não tem oportunidade de conhecer seus direitos, não possuem acesso aos serviços apropriados e disponíveis. Para eles, a lei, o Direito, é algo inacessível, amedrontador, olhado com bastante reserva, pois sempre que o pobre tem contato com a lei e a justiça, é em geral no campo do direito penal, e sempre para sancioná-lo, coibi-lo; em nenhum momento o pobre encara a justiça como um serviço social capaz de outorgar-lhe benefícios – as experiências pessoais, os abusos de autoridades mostram a realidade expressada²⁶.

A realidade a que se refere MAMEDE²⁷ é a “*da desigualdade, onde a população é excluída e ignorada*”.

Como conceituação de acesso à justiça, LABORDE afirma ser “*a faculdade cidadã de obter a composição de litígios mediante o processo*”²⁸ ou seja, essa faculdade

²⁵ MAMEDE Gladston. **Neoliberalismo e desadministração**, Revista de informação legislativa, nº 81. jul/set.85, p. 12.

²⁶ MAMEDE, Gladston. Obra citada, p. 12.

²⁷ MAMEDE, Gladston. Idem, Ibidem.

²⁸ In: LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Justiça social: acesso às maiorias não privilegiadas**, In anais da IX Conferência Nacional dos Advogados. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 1982, p. 483.

adquire caráter de garantia ao cidadão, de acionar conforme sua condição financeira , o judiciário.

Neste ponto, adentra-se na desigualdade dos cidadãos, pois o acesso à justiça não é apenas a possibilidade de bater às portas do judiciário, vai além, pois os indivíduos em um primeiro momento necessitam conhecer e ter consciência de seus direitos, para então acessarem o Judiciário. Saliente-se, que o Judiciário há de tratar de forma igualitária cidadãos que estão em desigualdade, seja de forma social, cultural, econômica etc. *”ou seja, todos são livres e iguais para buscarem a realização da justiça, mas de fato alguns são mais iguais do que outros. A situação será mais grave quanto maiores forem as diferenças entre as partes”²⁹”.*

Novos posicionamentos estão sendo tomados no sentido de proporcionar à população, especialmente aos hipossuficientes, o acesso à justiça, até porque a sociedade está modernizada. Os movimentos sociais são uma constante, notadamente através das ONGs, as pessoas clamam por participação, pelo pleno exercício de seus direitos de cidadão, e entre eles o acesso à justiça, que deve ser proporcionado e concretizado. Busca-se assim proporcionar uma efetiva consecução dos ditames constitucionais de forma que o acesso à justiça seja de fato aplicado e praticado.

O acesso à justiça, sendo um tema atual e constitucionalmente assegurado, tornou-se para os operadores do direito motivo de inquietação, pois antes de tudo, é uma questão de cidadania. Há, portanto, o entendimento de que a Justiça deve estar ao alcance de todos, ricos e poderosos, pobres e desprotegidos, mesmo porque na sociedade contemporânea reservou-se ao Estado o direito de administrá-la, não se consentindo que ninguém faça justiça com as próprias mãos.

Em face do colocado, conceituar o acesso à justiça acaba por não ser uma tarefa fácil, como enfatizam CAPPELLETTI e GARTH:

(...) a expressão “acesso à justiça” é reconhecidamente de difícil definição, mas serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico – o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a

²⁹ RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Obra citada, p. 12.

todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos³⁰.

RODRIGUES salienta que os doutrinadores atribuem diferentes sentidos ao acesso à justiça:

O primeiro, atribuindo ao significante justiça o mesmo sentido e conteúdo que o Poder Judiciário, torna sinônimas as expressões acesso à justiça e acesso ao Judiciário; o segundo, partindo de uma visão axiológica da expressão justiça, compreende o acesso a ela como o acesso a uma determinada ordem de valores e direitos fundamentais para o ser humano. Esse último, por ser mais amplo, engloba no seu significado o primeiro³¹.

Conforme delineado no conceito acima, o acesso à justiça tem uma forte ligação com a justiça social, não sendo apenas o acesso ao Poder Judiciário. Neste sentido BOAVENTURA DE SOUZA corrobora:

O tema do acesso à justiça é aquele que mais diretamente equaciona as relações entre o processo civil e a justiça social, entre igualdade jurídico-formal e desigualdade socioeconômica. (...) Daí a constatação de que a organização da justiça civil e em particular a tramitação processual não podiam ser reduzidas à sua dimensão técnica, socialmente neutra, como era comum serem concebidas pela teoria processualista, devendo investigar-se as funções sociais por elas desempenhadas e em particular o modo como as opções técnicas no seio veiculavam opções a favor ou contra interesses sociais divergentes ou mesmo antagônicos (interesses de patrões ou de operários, de senhorios ou de inquilinos, de rendeiros ou de proprietários fundiários, de consumidores ou de produtores ou de cidadãos, ect. etc.)³².

O tema acesso à justiça, está ligado à noção de justiça social, como enfatiza MARINONI: “acesso à justiça” é o “tema-ponte” a interligar o processo civil com a justiça social³³.

³⁰ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**, Porto Alegre: Antônio Fabris Editor, 1988, p. 8.

³¹ RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Obra citada, p. 28.

³² In: José Eduardo (org.). **Direito e justiça – A função social do judiciário**, São Paulo: Ática, 1989, p. 46.

³³ MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil**. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 25.

Assim também entende SANCHES, ao afirmar: *“Toda e qualquer pessoa, física ou jurídica, deve ter acesso à Justiça, ou seja, a possibilidade de obter prestação jurisdicional do Estado, imparcial, rápida, eficaz, eficiente e barata”*³⁴.

Por prestação jurisdicional do Estado, quer dizer o mesmo autor que a prestação é dever do Estado, através do Poder Judiciário, sendo este o órgão competente. E esta prestação há de ser imparcial, ou seja, o magistrado deve atuar de forma independente. Para tanto, há de ser bem remunerado e ter à disposição instrumentos para atuar de forma imparcial. A prestação há de ser, ainda, rápida, eficiente e barata. Afirmando com isto que não adianta um sistema estruturado se a prestação não for rápida, sendo eficiente na medida em que, com rapidez, devolve a prestação jurisdicional, e ainda nas palavras de SANCHES, o custo da prestação jurisdicional para a parte *“não deve ser tão barato que estimule aventuras, nem tão caro que desestimule a defesa dos direitos em juízo”*.³⁵ O autor enfatiza que o acesso deve proporcionar com a maior rapidez e imparcialidade possível, a solução do conflito de forma eficiente e a baixo custo, caso contrário o acesso à justiça torna-se praticamente inatingível e problemático.

O ponto crucial do acesso à justiça é exatamente viabilizá-lo nesses moldes, uma vez que a população busca não só a solução do conflito, mas também o esclarecimento de seus direitos e garantias fundamentais, como cidadãos.

A respeito, WATANABE assevera que *“(...) a problemática do acesso à Justiça não pode ser estudada nos acanhados limites do acesso aos órgãos judiciais já existentes. Não se trata apenas de possibilitar a Justiça enquanto instituição estatal, e sim de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa”*³⁶.

Por ordem jurídica justa entende-se uma nova prática que se inicia com uma nova mentalidade dos operadores do direito, ampliando o que se entende por direito processual, deixando de supervalorizar a formalidade que lhe é inerente (técnica), e principalmente,

³⁴ SANCHES, Sidney. *Acesso à justiça*. São Paulo:Revista dos Tribunais. Ano 76. julho de 1987. vol.621. p. 266.

³⁵ SANCHES, Sidney. Obra citada, p.266-7.

³⁶ WATANABE, Kazuo et al. *Acesso à justiça e sociedade moderna*. Participação e processo. São Paulo:Revista dos Tribunais,1988, p.128.

voltando-se para o interesse da sociedade, de forma a proporcionar o bem estar das pessoas. O próprio Código de Processo Civil, através de seus procedimentos, torna a prestação jurisdicional morosa. Por outro lado, esse “tempo” muitas vezes é computado em anos, para que se chegue à solução do litígio, que há de ser em princípio, justa. Porém, a lentidão da justiça acaba transformado-se em injustiça. Leva-se mais tempo para executar uma sentença do que para se chegar a ela. Para o leigo, essa morosidade significa um Poder Judiciário obsoleto.

Por outro lado, como salienta RODRIGUES:

Se de um lado não se pode reduzir a questão do acesso à justiça a criação de instrumentos processuais adequados à plena efetivação dos direitos, de outro, é também evidente que não se pode afastar a idéia de acesso à justiça do acesso ao Judiciário. Os outros direitos, em última instância, dependem desse acesso sempre que não forem respeitados; sem ele a cidadania se vê castrada, impotente. Há aqueles conflitos que podem e devem ser solucionados através de instrumentos paraestatais ou privados. Mas é fundamental perceber-se que o Estado, sem a jurisdição, seria uma instituição política desprovida de um instrumento legítimo, através do qual possa exercer seu poder, em última instância, na busca da pacificação da sociedade. Sempre que um direito não for respeitado espontaneamente, não há como fazê-lo legitimamente senão através do processo³⁷.

Assim o Judiciário deve ser organizado, junto com o acima delineado, de importância fundamental para atingir uma ordem jurídica justa, além da mudança de mentalidade dos juízes, que há de ser voltada para as transformações sociais e não apenas para a realidade social.

Acesso à justiça, conforme GRINOVER “*quer dizer acesso a um processo justo, a garantia de acesso a uma justiça imparcial*”³⁸, e que de acordo com MARINONI “*acesso à justiça significa, ainda, acesso à informação e à orientação jurídicas e a todos os meios alternativos de composição de conflitos*”³⁹.

³⁷ RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Obra citada, p. 29.

³⁸ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Assistência judiciária e acesso à justiça**. In Novas tendências do direito processual. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1990. 244-5.

³⁹ MARINONI, Luiz Guilherme. Obra citada, p.28.

WATANABE⁴⁰, ao referir-se à questão da problemática do acesso à justiça, coloca com propriedade:

(...) Não se trata apenas de possibilitar o acesso à Justiça enquanto instituição estatal, e sim de viabilizar o acesso a uma ordem jurídica justa. (...) Há que se preocupar, outrossim, com o direito substancial, que, sobre ser ajustado à realidade social, deve ser interpretado e aplicado de modo correto. Já se disse alhures que, para a aplicação de um direito substancial discriminatório e injusto, melhor seria dificultar o acesso à justiça, pois assim se evitaria o cometimento de dupla injustiça.

MARINONI assevera que *“o operador jurídico, por sua vez, tem o dever de imbuir-se da mentalidade instrumentalista, já que se falar em instrumentalidade do processo ou em sua efetividade”*⁴¹ significa, como diz DINAMARCO, *“o falar dele como algo posto à disposição das pessoas com vistas a fazê-las mais felizes(ou menos infelizes) mediante a eliminação dos conflitos que as envolvem, com decisões justas”*⁴².

DINAMARCO afirma ainda:

Mais do que um princípio o acesso à justiça é a síntese de todos os princípios e garantias do processo, seja a nível constitucional ou infraconstitucional, seja em sede legislativa ou doutrinária e jurisprudencial. Chega-se a idéia do acesso à justiça, que é o pólo metodológico mais importante do sistema processual na atualidade, mediante o exame de todos e de qualquer um dos grandes princípios⁴³.

Corroborando esse pressuposto encontram-se as palavras de CAPPELLETTI e GARTH que enfatizam *“(...) o acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos”*⁴⁴.

⁴⁰ WATANABE, Kazuo. Obra citada, p.128-9.

⁴¹ MARINONI, Luiz Guilherme. Obra citada, p. 27.

⁴² DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. São Paulo:Malheiros, 2001.p.303-4.

⁴³ DINAMARCO, Cândido Rangel. Obra citada, p. 304.

⁴⁴ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Obra citada, p.12.

Desta forma, não basta que os direitos estejam constitucionalmente assegurados, é necessário que tais direitos sejam de fato acessíveis e palpáveis, que os meios de acesso à justiça sejam proporcionados não para uma minoria, mas que todos possam usufruir desses meios em sua integralidade.

CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO⁴⁵ identificam alguns óbices à efetividade do processo, os quais denominam de pontos sensíveis, a saber:

- a) a admissão ao processo, ou seja, o ingresso em juízo;
- b) modo-de-ser do processo;
- c) a justiça das decisões; e
- d) a utilidade das decisões.

Por *admissão ao processo* referem-se os mesmos autores aos obstáculos sócio-econômicos comuns ao acesso à justiça, já analisados no presente trabalho, *por modo-de-ser do processo*, entendem o desenrolar do processo, de maneira que as partes possam de fato participar do processo.

(...) não sendo o juiz apenas um espectador dos atos processuais, mas sim um protagonista ativo de todo o drama processual. Quanto à justiça das decisões, asseveram que o juiz deve pautar-se pelo critério de justiça, seja ao apreciar a prova, ao enquadrar os fatos ou a interpretar os textos de direito positivo. Em suma, o juiz há de pensar duas vezes antes de fazer uma injustiça. Quanto a utilidade das decisões, entendem os autores que o processo deve dar a quem tem um direito tudo aquilo e precisamente aquilo que ele tem o direito de obter⁴⁶.

Assim, por acesso à justiça, deve ser entendido não apenas a admissão ao processo ou a possibilidade de ingressar em juízo, mas que um maior número de pessoas possam ir em busca de seus direitos e se necessário, possam ingressar em juízo, inclusive

⁴⁵ Cf. CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Obra citada, p.34.

⁴⁶ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Obra citada, p. 34-5.

para se defenderem. Entende-se também que acesso à justiça vai além, pois a prestação jurisdicional há de ser completa. Ou seja, entre outras coisas, a sentença como produto final do processo, há de proporcionar tudo o que a pessoa tem direito de receber. A esse produto final na sua integralidade é que os doutrinadores chamam de efetividade do processo.

A efetividade do processo conforme MORAIS, deve “englobar a eliminação de insatisfações, o cumprimento do direito com justiça, a participação ativa dos indivíduos (...), além de constituir inspiração para o exercício e respeito dos direitos e da própria cidadania”.⁴⁷ Por outro lado, a efetividade a ser alcançada pela população encontra muitos entraves, a começar pelo acesso à justiça, que igualmente está revestido de inúmeros obstáculos, os quais serão tratados a seguir.

1.4 Barreiras ao acesso à justiça

CAPELLETTI e GARTH, ao se referirem aos obstáculos a serem transpostos para a efetivação do acesso à justiça, identificam os seguintes: “a) *custas judiciais*; b) *as possibilidades das partes*; e c) *os problemas relacionados com os interesses difusos*”.⁴⁸ Por ser pertinente, far-se-á uma análise das barreiras identificadas pelos autores, dentre outras, de forma inter-relacionada.

Vários fatores interferem como grandes barreiras ao acesso à justiça de forma negativa, mas nenhum deles é mais gritante do que a falta de recursos econômicos da população, o que interfere diretamente no recolhimento das custas judiciais e no pagamento de honorários de advogado. Para ajuizar uma ação necessária se faz a presença de um advogado, e conseqüentemente o pagamento dos honorários desse profissional, assim como o pagamento das custas processuais ao longo do processo, o que muitas vezes torna-se imprevisível um orçamento.

⁴⁷ MORAIS, José Luis Bolzan de. *Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição*, p. 82.

⁴⁸ CAPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Obra citada, p.15.

Desta forma, como 49,3 milhões de pessoas, correspondendo a 29,3% da população brasileira, vive na miséria, é impossível que possuam condições de arcar com qualquer tipo de despesa em relação a processo. Aliás, essas pessoas sequer possuem esclarecimento suficiente para saber se têm direitos a alguma coisa.

Conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), entre 1996 e 1999, e informações coletadas pelo censo de 2001, o diagnóstico apresentado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁴⁹, é o que segue;

O Brasil tem 49,6 milhões de pessoas vivendo na miséria. Sendo que cerca de 45% delas têm menos de 15 anos. São considerados indigentes porque têm renda mensal inferior a R\$ 79 por mês – mínimo necessário para o consumo de uma cesta básica, conforme parâmetros da Organização Mundial de Saúde. A miséria dessas pessoas representa 29,3% da população brasileira.

O ranking do Índice de Desenvolvimento Humano⁵⁰ (IDH) de 2001 demonstra:

A redução da renda per capita em 1999 prejudicando a classificação do Brasil, onde aparece na 69ª posição entre 162 países. Calculado para medir a qualidade de vida da população, o IDH leva em conta taxas de alfabetização, matrícula, longevidade e renda. (...) O País continuou disputando a liderança mundial em concentração de renda, em níveis semelhantes ao da África do Sul do pós-apartheid, de Honduras e da Bolívia. A proporção de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza (com menos de 1 dólar por dia) subiu de 5,1% para 9% entre 98 e 99. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) revelou que mais de um quinto (22%) da população sobrevivia com menos de dois dólares por dia.

O representante do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, Walter Franco, assevera “*que o Brasil continua sendo o mais desigual entre as nações mais populosas*”⁵¹.


⁴⁹ Dados publicados pelo **Jornal Estado de São Paulo**, em artigo intitulado *São quase 50 milhões de brasileiros miseráveis* (10 jul.2001). www.estado.com.br/editoriais/2001/07/11/ger015.html#

⁵⁰ Dados publicados pelo **Jornal Estado de São Paulo**, em artigo intitulado *Perda de renda barra avanço do País no ranking* (11 jul.2001). www.estado.com.br/editoriais/2001/07/11/ger016.html#

⁵¹ Dados publicados pelo **Jornal Estado de São Paulo**, em artigo intitulado *Perda de renda barra avanço do País no ranking* (11 jul.2001). www.estado.com.br/editoriais/2001/07/10/ger016.html#

Com suporte nos dados acima elencados, pode-se afirmar que o grande empecilho para o acesso à justiça no Brasil, é de fato, o poder econômico da população, que não possui condições de arcar com os gastos de um processo.

Conforme o quadro⁵² abaixo, pode-se visualizar em todos os estados do Brasil, a situação de desigualdade da qual nos referimos:

RANKING DA DESIGUALDADE			
		Brasil	
		Índice de Gini	
		29,26%	
		Renda domiciliar per capita	
		R\$ 272,29	
		Investimento*	
		R\$ 21,7	
		bilhões	
Estado	Índices de Gini (%)	Renda domiciliar per capita (R\$)	Investimento* (R\$ bilhões)
▶ Maranhão	63,72	109,48	1.723,0
▶ Piauí	61,75	109,02	882,0
▶ Ceará	55,73	135,57	1.985,1
▶ Alagoas	55,43	142,05	695,2
▶ Bahia	54,80	130,99	3.336,0
▶ Tocantins	51,27	141,64	275,9
▶ Pernambuco	50,95	145,31	1.846,8
▶ Paraíba	50,22	164,65	781,5
▶ Sergipe	50,14	159,18	413,0
▶ Rio Grande do Norte	46,93	160,46	549,3
▶ Pará	41,75	167,18	1.009,3
▶ Amazonas	38,79	183,23	464,0
▶ Amapá	38,56	189,36	76,3
▶ Acre	31,26	263,01	77,7
▶ Minas Gerais	26,79	246,07	1.908,6
▶ Espírito Santo	26,31	261,39	325,3
▶ Mato Grosso	25,89	253,23	243,5
▶ Goiás	25,46	241,80	465,7
▶ Rondônia	22,35	262,55	120,6
▶ Mato Grosso do Sul	22,26	266,27	175,0
▶ Paraná	20,88	291,38	786,1
▶ Roraima	20,16	254,16	36,6
▶ Rio Grande do Sul	16,76	339,41	675,7
▶ Distrito Federal	16,21	463,19	132,4
▶ Rio de Janeiro	14,68	365,89	816,9
▶ Santa Catarina	14,60	328,23	299,6
▶ São Paulo	10,41	407,45	1.665,4

* Valor que deveria ser investido anualmente por o Brasil com a média.

Fonte: IBGE

FIGURA 1 – Ranking da Desigualdade.

Fonte: O Estado de São Paulo – São quase 50 milhões de brasileiros miseráveis (10 jul. 2001).

⁵² Dados publicados pelo jornal O Estado de São Paulo, em artigo intitulado São quase 50 milhões de brasileiros miseráveis. (10 jul.2001). www.estado.com.br/editoriais/2001/07/10/ger015.html#

No que se refere às possibilidades das partes, mais uma vez é levantado o problema dos recursos financeiros. Conforme enfatiza CAPELLETTI e GARTH⁵³,

Pessoas ou organizações que possuam recursos financeiros consideráveis a serem utilizados têm vantagens óbvias ao propor ou defender demandas. Em primeiro lugar, elas podem pagar para litigar. Podem, além disso, suportar as delongas do litígio. Cada uma dessas capacidades, em mãos de uma única das partes, pode ser uma arma poderosa; a ameaça de litígio torna-se tanto plausível quanto efetiva. De modo similar, uma das partes pode ser capaz de fazer gastos maiores que a outra e, como resultado, apresentar seus argumentos de maneira mais eficiente.

Outro fator importante no que se refere às possibilidades das partes é a falta de informação. A pessoa carente de recursos financeiros também enfrenta outro obstáculo ao acesso à justiça, agora o cultural, pois elas desconhecem que têm direitos a serem pleiteados. Os obstáculos culturais são mais difíceis de serem enfrentados do que os obstáculos financeiros, pois o Estado constitucionalmente assegura àqueles que comprovarem insuficiência de recursos assistência jurídica integral e gratuita, enquanto que o obstáculo cultural não pode ser sanado tão facilmente quanto o financeiro. Requerem maiores investimentos no ensino básico da população, proporcionando-lhe conhecimentos inclusive jurídicos para que possa ser mudado esse obstáculo, que é de difícil enfrentamento.

CAPELLETTI e GARTH⁵⁴, afirmam que a aptidão para reconhecer se um direito é exigível e conseqüentemente, propor uma ação ou sua defesa, é uma barreira para o acesso à justiça.

Num primeiro nível está a questão de reconhecer a existência de um direito juridicamente exigível. Essa barreira fundamental é especialmente séria para os despossuídos, mas não afeta apenas os pobres. Ela diz respeito a toda a população em muitos tipos de conflitos que envolvem direitos. (...) Ademais, as pessoas têm limitados conhecimentos a respeito da maneira de ajuizar uma demanda.

Frisam ainda CAPELLETTI e GARTH⁵⁵, que, aliado ao obstáculo do desconhecimento dos direitos pela população, ainda há “a disposição psicológica das

⁵³ CAPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Obra citada, p.21.

⁵⁴ CAPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Idem, p.23.

peças para recorrer a processo judicial”. As pessoas desconfiam dos advogados, os procedimentos judiciais são complicados, o judiciário é moroso, os operadores do direito são tidos como opressores.

Estudos revelam, conforme assevera FARIA

A discriminação social no acesso à justiça é um fenômeno muito mais complexo do que à primeira vista pode parecer, já que além das condicionantes econômicas, sempre óbvias, envolve condicionantes sociais e culturais resultantes de processos de socialização e de interiorização de valores dominantes muito difíceis de transformar⁵⁶.

Segundo dados do IBGE⁵⁷, no Brasil a taxa de média de anos de estudos das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo e cor no ano de 1999, corresponde a 5,7 e na região sul a média de anos de estudo corresponde a 6,2. Assim, se uma pessoa estuda apenas 6 anos de sua vida, podemos afirmar que essa pessoa apenas iniciou o ensino fundamental. Em consequência, não há como essa pessoa possuir conhecimento acerca de seus direitos e tampouco de promover o acesso à justiça.

Esses tristes obstáculos ao acesso à justiça podem ser visualizados nos quadros abaixo:

⁵⁵ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Idem, ibidem.

⁵⁶ FARIA, José Eduardo, **Direito e Justiça: a função social do judiciário**, p.48, coloca que os estudos revelam que: (...) Em primeiro lugar, os cidadãos de menores recursos tendem a conhecer pior os seus direitos e, portanto, a ter mais dificuldades em reconhecer um problema que os afeta como sendo problema jurídico. Podem ignorar as possibilidades de reparar os direitos em jogo ou ignorar as possibilidades de reparação. Em segundo lugar, mesmo reconhecendo o problema como jurídico, como violação de um direito, é necessário que a pessoa se disponha a interpor a ação. Os dados demonstram que os indivíduos das classes baixas hesitam muito mais que os outros em recorrer aos tribunais mesmo quando reconhecem estar perante um problema legal. Em terceiro e último lugar, verifica-se que o reconhecimento do problema como problema jurídico e o desejo de recorrer aos tribunais para o resolver não são suficientes para que a iniciativa seja de fato tomada. Quanto mais baixo é o estrato socioeconômico do cidadão menos provável é que conheça advogado ou que tenha amigos que conheçam advogados, menos provável é que saiba onde e como e quando pode contatar o advogado, e maior é a distância geográfica entre o lugar onde vive ou trabalha e a zona da cidade onde se encontram os escritórios de advocacia e os tribunais.

⁵⁷ Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

TABELA 1 - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo e cor - 1999

BRASIL E GRANDES REGIÕES	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO				
	Total	Homens	Mulheres	Brancos	Preta e Parda
Brasil (1)	5,7	5,6	5,9	6,6	4,6
Norte (2)	5,7	5,5	5,9	6,7	5,4
Nordeste	4,3	4,0	4,7	5,3	3,9
Sudeste	6,5	6,4	6,5	7,1	5,2
Sul	6,2	6,2	6,3	6,5	4,7
Centro-Oeste	5,9	5,7	6,2	6,8	5,3

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Exclusive a população rural.

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

No que se refere à taxa de analfabetismo no Brasil, das pessoas de 15 anos ou mais de idade tem um total de 13,3%, e na região sul esse quadro fica em 7,8% de analfabetos.

TABELA 2 - Indicadores Sociais Mínimos - Educação e Condições de Vida - Educação - 1999

BRASIL E GRANDES REGIÕES	TAXA DE ANALFABETISMO			TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO		
	<i>das pessoas de 15 anos ou mais de idade</i>			<i>das crianças de 7 a 14 anos de idade</i>		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil (1)	13,3	13,3	13,3	95,7	95,3	96,1
Norte (2)	11,6	11,7	11,5	95,5	95,3	95,7
Nordeste	26,6	28,7	24,6	94,1	93,2	95,0
Sudeste	7,8	6,8	8,7	96,7	96,6	96,9
Sul	7,8	7,1	8,4	96,5	96,7	96,3
Centro-Oeste	10,8	10,5	11,0	96,0	95,6	96,4

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Exclusive a população rural.

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

TABELA 3 - Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade por anos de estudo - 1999

BRASIL E GRANDES REGIÕES	até 3 anos	4 à 7 anos	8 à 10 anos	11 anos ou mais
Brasil (1)	28,7	30,9	14,9	24,9
Norte (2)	28,9	28,2	16,3	26,0
Nordeste	49,7	24,6	9,0	16,3
Sudeste	19,1	31,9	17,9	30,7
Sul	18,5	38,5	16,8	24,9
Centro-Oeste	25,5	33,5	15,8	24,7

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Exclusive a população rural.

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Quanto ao rendimento médio mensal familiar no Brasil, tem-se que 27,6 % percebem até dois salários mínimos, enquanto que na região sul esse percentual fica em 22,2 %. Desta forma, com 27,6% da população brasileira sobrevivendo com apenas dois salários mínimos mensais, torna-se extremamente difícil promover o acesso ao judiciário. Esses dados podem ser visualizados nos dois quadros seguintes:

TABELA 4 - Unidade domiciliar – 1999 - Famílias por classes de rendimento médio mensal familiar - 1999

BRASIL E GRANDES REGIÕES	<i>Até 2</i>	<i>Mais de 2 à 5</i>	<i>Mais de 5 à 10</i>	<i>Mais de 10 à 20</i>	<i>Mais de 20</i>	<i>Sem** Rendimento</i>
Brasil (1)	27,6	32,2	18,6	9,9	5,9	3,5
Norte (2)	29,2	34,9	17	8,6	4,3	5,4
Nordeste	47,5	29,7	9,2	4,4	2,7	4,2
Sudeste	17,7	32,2	23,5	13	7,8	3,1
Sul	22,2	34,5	21,7	11,3	6,4	2,6
Centro-Oeste	26,7	35	17,9	9,2	6,5	3,4

* Em classes de salário mínimo. Valor do Salário Mínimo em Setembro de 1999: R\$ 136,00.

** Exclusive os sem declaração de renda.

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

TABELA 5 - Indicadores Sociais Mínimos - Trabalho e Rendimento - Informações Gerais - 1999

Brasil e Grandes Regiões	PIB(1) <i>per capita</i>		Rendimento Médio Mensal (2) em R\$	Índice de Gini	Taxa de Atividade (4)	Taxa de Desocupação (4)
	CR\$	US\$				
Brasil (3)	5.861,0	3.229,7	313,3	0,567	61,0	9,6
Norte	-	-	244,3	0,547	58,6	11,4
Nordeste	-	-	144,9	0,587	61,1	8,0
Sudeste	-	-	273,4	0,537	59,0	11,2
Sul	-	-	334,4	0,543	66,0	8,0
Centro-Oeste	-	-	291,3	0,573	63,5	9,6

(1) Os valores em US\$ estão baseados na taxa média de câmbio do Banco Central Brasil foi feito pela média anual, divulgada pelo Banco Central. A cotação média em 2000 foi de 1,8147/US\$.

(2) População de 10 ou mais de idade, com ou sem rendimentos. O valor em R\$ é o valor nominal.

(3) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(4) População de 10 anos ou mais de idade.

Fonte (?): Departamento de Contas Nacionais do IBGE. O valor em US\$ foi convertido pela taxa de câmbio.

Aos dados acima elencados poderiam ser adicionados outros, porém, o que aqui se pretende demonstrar, como barreiras ao acesso à justiça, são as desigualdades sócio-econômicas existentes no Brasil, o que leva inevitavelmente a dois problemas conforme RODRIGUES:

a) dificulta o acesso ao Direito e ao Judiciário, tendo em vista a falta de condições materiais de grande parte da população para fazer frente aos gastos que impõe uma demanda judicial; e b) mesmo quando há esse acesso, a desigualdade material, em contraste com a igualdade formal prevista no ordenamento jurídico, acaba colocando o mais pobre em situação de desvantagem dentro do processo⁵⁸.

A doutrina aponta também como obstáculos à temática dos direitos difusos, e as pessoas comumente têm dificuldades para identificar a existência de um direito individual, o mesmo acontecendo no que se refere aos direitos difusos ou coletivos. Se, para promoverem o acesso no que se refere aos direitos individuais enfrentam uma série de obstáculos, o que se dirá então quanto aos direitos coletivos. A população desconhece, por falta de informação e conhecimento, o que seja direito difuso ou coletivo. Menos sabe

⁵⁸ RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Obra citada, p.35.

ainda que esse mesmo direito pode ser exercido via Poder Judiciário. Logo, não há, por parte dos cidadãos, uma efetiva cobrança do Estado no sentido de obterem uma real tutela jurisdicional a respeito da matéria.

A consequência mediata deste problema, ou seja, do não exercício de seus direitos pelo cidadão, é o que WATANABE denomina de “litigiosidade contida”, que são *“conflitos que ficam completamente sem solução, muitas vezes até pela renúncia total do direito pelo prejudicado”*⁵⁹.

Necessário ser considerada, também, a deficiência numérica de juizes na carreira. Acumulam-se nos cartórios um número cada vez maior de processos. A atual morosidade do judiciário tem, neste fator, a sua maior causa.

Neste primeiro capítulo foram tratadas as questões do Estado e suas funções jurisdicionais, dando-se ênfase a igualdade assegurada constitucionalmente, demonstrando-se que no Brasil a desigualdade ainda é gritante, e que a problemática do acesso à justiça, apesar de sua difícil definição, está intimamente correlacionada com a igualdade, não sendo acessível a uma grande maioria da população por sérios obstáculos sociais, econômicos e culturais.

No próximo capítulo tratar-se-á da crise do Poder Judiciário e suas implicações no acesso à justiça, sendo necessário que se busquem novas práticas de democratização da justiça, onde algumas serão elencadas e a outras, buscar-se-á dar maior ênfase, uma vez que estarão diretamente relacionadas com o objetivo do presente trabalho. Será abordadas ainda, a criação da assistência judiciária e a assistência jurídica gratuita, esta última, constitucionalmente assegurada e de maior amplitude, a qual deve estar acessível a todo cidadão.

⁵⁹ WATANABE, Kazuo apud RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Obra citada p. 35

CAPÍTULO 2

ACESSO À JUSTIÇA: AS NOVAS PRÁTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA

2.1 Crise do Judiciário e as Novas Práticas de Democratização da Justiça

É inegável que a sociedade contemporânea sofre transformações que atingem valores, antes considerados essenciais na convivência e no estabelecimento da ordem democrática. Conseqüentemente, há uma crise de valores onde alguns desaparecem e outros são questionados, prevalecendo, muitas vezes, os interesses pessoais em detrimento dos princípios que norteiam o cotidiano das pessoas, como por exemplo, a falta de conhecimento dos indivíduos, independente de classe social, a respeito dos seus direitos fundamentais, o que gera a ignorância também sobre os direitos dos demais.

Existe um sentimento generalizado de preocupação sobre as dificuldades em que se encontra o Poder Judiciário Nacional, de forma a exercer suas funções jurisdicionais com imparcialidade, celeridade e segurança.

Essa realidade afeta diretamente o acesso à justiça, pois o sentimento de descrédito em relação ao Poder Judiciário tornou-se voz corrente entre a população.

Vários fatores interferem levando à população a desacreditar no judiciário, tais como a morosidade dos processos, cartórios com grande volume de processos, número restrito de servidores, juízes eminentemente técnicos, e por vezes enfrentam o dilema entre o que pensam e a lei que devem aplicar.

CAPPELLETTI e GARTH⁶⁰, buscando tentativas de equacionar o problema do acesso à justiça, identificam três “ondas”, as quais necessitam de enfrentamento e vêm sendo discutidas principalmente nos países ocidentais.

A primeira “onda”, ou a primeira solução para o problema do acesso foi a “assistência judiciária”, que é a prestação, através de advogados, de serviços jurídicos para os pobres. Essa prestação é feita por advogados privados ou procuradores públicos. Deve-se esclarecer, que nesse momento ocorreu grande *“preocupação no sentido de fazer as pessoas pobres conscientes de seus novos direitos e desejosas de utilizar advogados para ajudar a obtê-los”*⁶¹.

Quanto a segunda “onda”, refere-se a *“proporcionar representação jurídica para os interesses difusos, especialmente nas áreas de proteção ambiental e do consumidor”*.

⁶²As necessidades da sociedade moderna levam a uma série de novos direitos, e para tanto é necessário que a proteção e o acesso à justiça para esses novos direitos sejam protegidos. *“É necessário que os direitos transindividuais e os direitos individuais lesados em massa possam ser devidamente tutelados”*⁶³.

Por sua vez, a terceira “onda”, chamada de “enfoque do acesso à justiça”⁶⁴, compreende os dois momentos anteriores, mas com novas perspectivas e mais abrangente, de forma a enfrentar os obstáculos ao acesso à justiça de maneira articulada. Essa terceira forma de enfrentar as barreiras ao acesso à justiça, compreende uma reestruturação do judiciário, inclusive com novas posturas dos operadores do direito.

⁶⁰ CAPPELLETTI, Mauro; BRYANT, Garth. Obra citada, p.31 e ss.

⁶¹ Idem, p. 40.

⁶² Idem, p. 31.

⁶³ Idem, p. 87.

⁶⁴ Idem, p. 31.

RODRIGUES relaciona alguns problemas estruturais e históricos que interferem diretamente no acesso à justiça:

(...) a morosidade existente na prestação jurisdicional; a carência de recursos materiais e humanos; a ausência de autonomia efetiva em relação ao Executivo e ao Legislativo; a centralização geográfica de suas instalações, dificultando o acesso de quem mora nas periferias; o corporativismo de seus membros; e a inexistência de instrumentos de controle externo por parte da sociedade. Ao lado disso, a falta de um conhecimento de melhor qualidade sobre o fenômeno jurídico leva, em muitos casos, os magistrados a serem servos da lei, pondo-os em diversos momentos em um conflito entre o que sentem e pensam e o direito que têm de aplicar. Isso gera a ausência de respostas – ou a presença de respostas insuficientes ou equivocadas – por parte do Judiciário – a muitos dos conflitos existentes e emergentes. Como consequência, tem-se uma tendência de descrença crescente da população com relação às instituições jurisdicionais e muitas vezes um questionamento do próprio direito. A não consideração desse aspecto somado à lentidão, burocratização e corrupção, desemboca na crise do Poder Judiciário⁶⁵.

Necessário considerar-se também, a deficiência numérica de juizes na carreira e o acúmulo, nos cartórios, de um número cada vez maior de processos. A atual morosidade do judiciário tem neste fator, a sua maior causa.

É óbvio que a morosidade processual estrangula os direitos fundamentais do cidadão. (...) A questão da morosidade do processo está ligada, fundamentalmente, à estrutura do Poder Judiciário e ao sistema de tutela dos direitos. O bom funcionamento do Poder Judiciário depende de uma série de fatores, exigindo, entre outras coisas, relação adequada entre o número de juizes e o número de processos⁶⁶.

A morosidade do processo afeta diretamente os membros de classes social inferiores, talvez, por não poderem fazer frente à dispendiosa e lenta marcha processual nos nossos tribunais, o que leva os desprovidos de recursos financeiros a não resolver seus conflitos através do judiciário. Por consequência, observa-se a **litigiosidade contida** a que se refere WATANABE⁶⁷, ou a aceitar acordos muitas vezes desfavoráveis, apenas por não possuírem condições econômicas de continuar com o processo.

⁶⁵ RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Obra citada, p. 46-7.

⁶⁶ MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas linhas do processo civil*, p. 33-4.

⁶⁷ WATANABE, Kazuo *In*: RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Obra citada, 36.

A questão da morosidade tem como uma de suas conseqüências a falta de confiança da população em relação ao Poder Judiciário. Cria, para o cidadão, a sensação de desamparo e que os direitos constitucionalmente assegurados não passam de letra morta, prevalecendo apenas para uma minoria privilegiada. A lentidão do judiciário pode levar à estagnação da sociedade em exercitar seus direitos, importando num sério problema de paz e segurança sociais, precedente grave, que abre oportunidade ao retorno da autotutela.

Por outro lado, de acordo com MARINONI *“importante que os juízes tenham formação jurídica e preparação psicológica para poderem desempenhar suas funções jurisdicionais, que tenham incentivos na carreira, um bom ambiente de trabalho e infraestrutura administrativa⁶⁸”*.

A participação do magistrado de forma responsável, comprometida e ética deve ser uma busca constante do judiciário. Destaca-se que além da mudança de mentalidade dos magistrados, o mesmo há de acontecer com relação ao Ministério Público e advogados, pois não cabe somente ao juiz a responsabilidade da crise por que passa o judiciário.

MARINONI ao tratar do assunto afirma :

A problemática da organização judiciária, porém, também tem a ver com a forma de recrutamento dos magistrados, repousando na questão do ensino jurídico, atualmente desprezado, com faculdades germinando em todos os cantos do país, onde a preocupação é muitas vezes nenhuma com o ensino, mas fundamentalmente com os lucros⁶⁹.

A preocupação com a formação e recrutamento dos juízes, assim como de promotores de justiça está relacionada também com as Faculdades de Direito, que necessitam estar comprometidas com a realidade social, formando não apenas repetidores dos artigos dos códigos, sem um conhecimento mais aprofundado na Ciência Jurídica. Não é sem razão a criação dos exames para inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

Os concursos para ingresso na magistratura e Ministério Público, por sua vez, avaliam apenas os conhecimentos jurídicos do candidato, mesmo sendo importantes, não

⁶⁸ Ver Luiz Guilherme Marinoni. Obra citada, p. 86.

⁶⁹ MARINONI, Luiz Guilherme. Idem, p. 85.

são os únicos necessários para um desempenho equilibrado da judicatura e dos promotores de justiça. Não bastasse isso, o que vem acontecendo nesses concursos, é o ingresso cada vez mais freqüente de jovens⁷⁰ magistrados e promotores de justiça despreparados jurídica e emocionalmente, sem conhecimento para tratar os conflitos sociais que se apresentam, especialmente nas varas da família. Desta forma, *“o diagnóstico da crise do Poder Judiciário, não poderia, pois, ser indiferente à forma de seleção de sua” peça” básica – o juiz -, o qual deveria contar com um certo tipo de experiência e de treinamento que não se limitasse à tradição doutrinária do civil law, a fim de que viesse a cumprir a contento seus novos e complexos papéis⁷¹”*.

Importante considerar que tais profissionais precisam também estar inseridos no seu contexto social, contexto social este em constante mutação.

Assim, aos juízes cumpre sejam adotadas novas posturas, sendo mais criativos, inclusive na interpretação da lei, pois é por meio deles que o Direito se concretiza:

Na esteira dessas asserções, pode-se categorizar que ao juiz compete a função politicamente inovadora de transformar os parâmetros tradicionais da instância dogmática e formalista do Direito. Esta contribuição é por demais incisiva, tanto na prática judicial alternativa em benefício dos setores sociais menos favorecidos, quanto na apreciação real das necessidades fundamentais da vida social e na realização dos fins libertários do Direito; pois, este, enquanto fenômeno universal deve ser a *afirmação possível da libertação conscientizada* e não instrumento de controle e repressão de um bloco de poder hegemônico. Seja como for, não se pode mais afirmar nenhuma espécie de Direito que não seja engendrado pelo processo social, bem como captado, proclamado e interpretado pelo juiz⁷².

Por outro lado, além dos fatores já identificados, os operadores do direito continuam sendo formados com a visão do positivismo jurídico, o que significa mais um obstáculo para que as mudanças da realidade ocorram.

⁷⁰ VIANA, Luiz Werneck, et al. **Corpo e alma da magistratura brasileira**, p. 162. Demonstra através de dados que o ingresso na magistratura é precoce, sendo que 44,7% dos magistrados brasileiros ingressaram com até 30 anos de idade, e que “47,8% dos atuais magistrados ingressaram na carreira com muito pouca experiência profissional no campo jurídico”, p. 189. Quanto ao Ministério Público, o ingresso na carreira também é precoce. No último concurso do MP de SC, realizado no ano de 2001/1, dos 16 aprovados, apenas dois tem mais de 30 anos, sendo que os outros 14 possuem entre 23 e 28 anos. Fonte: www.mp.sc.gov.br. [Disponível em 13.08.2001]

A supervalorização do ensino dogmático frente ao zetético demonstra que tipo de profissional as Escolas de Direito estão lançando no mercado. Faço observar que não estou mencionando *disciplinas dogmáticas x disciplinas zetéticas*. Minha observação, é muito mais de *conteúdo* que de *forma*. É plenamente possível se ministrar aulas de Direito Civil sem se vincular a um dogmatismo. (...) O que usualmente se encontra em nossas escolas de Direito não é um curso, mas, pelo menos dois. O primeiro, quando as disciplinas zetéticas são ensinadas: Filosofia, Sociologia, História, Teoria Geral do Direito etc., e outro curso, quando introduzidas as disciplinas dogmáticas, como Direito Penal, Civil, Comercial etc. Dá que os *meninos e meninas* que ingressam nessas Escolas, usualmente tomados de uma *ira santa* de modificar o mundo, são transformados em meros decoradores de artigos e parágrafos, sem nenhuma conexão com aquele desejo inicial de transformar a realidade posta e imposta⁷³.

As Escolas de Direito⁷⁴, com raras exceções, preocupadas em aumentar a clientela, sem estarem comprometidas com a formação jurídica, colocam no mercado profissionais despreparados, influenciando diretamente a problemática do acesso à justiça, pois “*o efetivo acesso à justiça passa, necessariamente, pelo assessoramento de um bom profissional*”⁷⁵.

Por outro lado, necessário seja salientado que os magistrados, membros do ministério público e servidores também sonham com uma justiça ágil, rápida e barata, mas acabam tornando-se vítimas do emperramento da máquina judiciária, porque estão assoberbados de trabalho, não conseguindo desvencilhar-se da atual estrutura do Poder Judiciário. Estrutura essa, que sem se modernizar, reflete o quanto seus serviços são morosos, absurdamente caros, excessivamente formalista e com recursos escassos, o que só colabora para um maior afastamento da população do Judiciário, afetando diretamente o acesso à justiça.

⁷¹ VIANNA, Luiz Wernneck, et al. Idem, p.162.

⁷² WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, estado e direito*, p. 171.

⁷³ SCAFF, Fernando Facury. *Ensino jurídico: o controle público e social da atividade educacional*, p.64. Diz ainda: “Deixamos sua *ira santa*, seu desejo de transformar a sociedade, ir pelo ralo das ilusões, e colocamos no mercado profissionais que estão muito mais voltados para a perseguição do lucro pessoal e a genuflexão aos clientes públicos e privados que desejam encontrar alternativas para escapar da aplicação do Direito. Acabam por ser meros repetidores do *status quo* ao invés de trabalharem para a ultrapassagem de paradigmas velhos e descabidos, que não mais condizem com nossa realidade”.

⁷⁴ Volta-se aqui com o problema do ensino jurídico no Brasil, já tratado quando dos obstáculos ao acesso à justiça.

⁷⁵ RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Obra citada, p.40.

Para democratizar a justiça tornando-a mais econômica, informal e célere, algumas práticas estão sendo pensadas, outras implantadas, sendo trazidas especificamente as experiências do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Santa Catarina, como formas de aproximar o cidadão do Judiciário.

O Poder Judiciário está tentando resolver seus problemas estruturais. No Estado de Santa Catarina, o judiciário está informatizado, o que em muito agiliza as informações aos operadores do direito e, por consequência, agiliza o andamento dos processos. O atual Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Des. Francisco Xavier Medeiros Vieira, afirmou recentemente: *“Pela primeira vez em mais de duas décadas há expectativa de que logramos julgar neste mês mais recursos do que os ingressados”⁷⁶*.

O Poder Judiciário, por sua vez, há de descer do seu pedestal, deixando de ser “amedontrador” e inatingível para o pobre e tornando-se o seu esteio. Para tanto, a democratização do acesso à justiça tornou-se uma das formas de alavanca para o início da minimização das injustiças e das desigualdades sociais. A celeridade e a eficiência do judiciário estão comprometidas aos olhos do cidadão. Urge que se façam mudanças.

VIEIRA enfatiza que:

Hoje lenta, elitista e cara, a Justiça está distante do cidadão. Como modificar esse quadro? Em primeiro lugar, cumpre reconhecer que a Instituição é ainda, inacessível à maioria da população. Num segundo momento, disposição para mudar a cultura de estagnação, resultado do conformismo dos que se submetem à inevitabilidade das coisas⁷⁷.

Necessário sejam criados mecanismos processuais que imprimam maior celeridade à prestação jurisdicional. Indispensável também uma adequação no número de juizes e promotores; sem falar nos servidores públicos e materiais de expediente. Erradicar essas causas de lentidão do judiciário não pode, sob pena de emperrar a máquina estatal, ser relegada à segundo plano.

⁷⁶ VIEIRA, Francisco Xavier Medeiros. *Diário Catarinense. Cidadania contestada. Florianópolis. (14 maio 2001), p.03.* Nesse artigo, o Presidente do Tribunal de Justiça de SC fala sobre as inovações no Judiciário Catarinense como forma de agilizar a justiça.

⁷⁷ VIEIRA, Francisco Xavier Medeiros. *Juizados da cidadania. Capacitação à distância.* Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2000, p. 09. www.tj.sc.gov.br [Disponível em 28.09.2001]

A resposta à indagação angustiada do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, é o desafio de humanizar a Justiça. Humanizar a justiça e o direito, afirma WARAT *“é reduzir o poder normativo”*⁷⁸.

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu atual presidente, através do projeto “Casa da Cidadania”, que são os Juizados Especiais da Cidadania em funcionamento nos municípios de Santa Catarina e nos Distritos e bairros mais populosos das grandes cidades, objetivam humanizar a justiça, transformando o que se vivencia até agora, uma justiça eminentemente técnica, numa justiça mais próxima do cidadão. Tais “Casas da Cidadania” visam ainda, mediar, conciliar e arbitrar os conflitos no seu nascedouro, ou seja, na própria comunidade onde os envolvidos no conflito estão inseridos, sem a participação de juízes e advogados. Para isso, Warat afirma que os juízes decidem apegados à norma e que eles tem conhecimento técnico do direito, mas não foram *“educados na arte do direito”*. Com isso quer dizer que, *“com a educação, ao contrário do ensinar (que é transmitir conhecimento), ajuda-se às pessoas a viverem na parte poética de suas vidas e a formarem-se melhor”*⁷⁹.

WARAT confirma:

A dicotomia educar-ensinar ou a de saber – sabedoria nos coloca diante de uma cultura partida, diante da grande separação de uma cultura científica e uma cultura de humanização (que não é exatamente o mesmo que o humanismo moderno de dois séculos para cá). A diferença forte está no eixo de que a cultura científica não se coloca como problema numa reflexão sobre o destino afetivo, a qualidade de vida, a responsabilidade com o outro e o empenho em se obter felicidade. A cultura científica nos ajuda pouco a pensar na condição humana e a nos situar dentro dela. Grandes descobertas técnicas e grandes perdas afetivas. A ciência nos faz perder de vista a percepção global da espécie no mundo. Uma percepção enfraquecida que leva ao esquecimento do sentido da responsabilidade, sem se preocupar em preservar o elo com a cidade e a cidadania. Isso acontece também com os juízes.

A humanização na transmodernidade do conhecimento da existência, de nossos vínculos impõe como imperativo um novo ponto de partida: o humano⁸⁰.

⁷⁸ WARAT, Luis Alberto. **Juizados da cidadania. Capacitação à distância.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2000, p. 43.

⁷⁹ WARAT, Luis Alberto. *Idem, ibidem.*

⁸⁰ WARAT, Luis Alberto. Juizados da cidadania, p. 46.

O que WARAT afirma, é que o conhecimento tem que ter como ponto de partida o humano, levando o ser humano à preparação para a vida e à compreensão do outro. E a *“educação, em contraste ao ensino, deve nos auxiliar a aprender a assumir o humano como única forma de ajudar-nos a aprender a viver”⁸¹*.

Com isso, o autor afirma que, *“não é possível estabelecer elos se eles não forem acompanhados por programas de humanização de todos os operadores do direito”⁸²*.

Sendo o Judiciário o local de solução dos conflitos, o amenizador das diferenças e onde desembocam as mais variadas relações sociais, cada vez mais complexas e conflituosas, ele seria âncora para começar o processo de mudanças da realidade, transformando o judiciário extremamente técnico, em um judiciário mais humanizado, começando pela transformação dos operadores do direito, mudando a sociedade, e diminuindo sofrimentos, fazendo com que as pessoas trabalhem consigo mesmas suas diferenças, relações, angústias e expectativas, como uma forma, não apenas de amenizar conflitos, mas de efetivamente solucioná-los. Parecem ser os cursos de Direito os grandes responsáveis por tais mudanças, ou até mesmo os principais agentes.

Assim, haveria um ambiente onde o afeto pudesse eclodir, e os excluídos não mais o seriam, vendo assim, amenizadas as suas diferenças.

A partir deste entendimento, está sendo desenvolvido o projeto “Casa da Cidadania”, que objetiva aproximar o judiciário do cidadão e humanizar a justiça. Para tanto se valerá na resolução dos conflitos, do trabalho de leigos, sendo que não haverá a presença de juízes e advogados nesta composição. Tais juizados, conforme WARAT estão comprometidos com a “humanização de magistrados e das relações perdidas”.⁸³ Os juizados da cidadania, também como uma forma de democratização do acesso à justiça, serão implantados através das Casas da Cidadania em todos os municípios do Estado e nos Distritos e bairros das grandes cidades. O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina já implantou vinte e uma Casas da Cidadania nos seguintes municípios: Camboriú, Rio Maína (Criciúma), Curitiba, Catanduvas, Palma Sola, São Miguel do Oeste, Ipuçu,

⁸¹ WARAT, Luis Alberto. Idem, p. 47.

⁸² WARAT, Luis Alberto. Idem, p. 51.

Ouro Verde, Canelinha, Tijucas, Vidal Ramos, Vitor Meirelles, Witmarsum, Dona Emma, Jose Boiteux, Presidente Getúlio, Timbó Grande, Jaborá, Garuva, Próspera (Criciúma) e Pouso Redondo⁸⁴.

Por outro lado, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Santa Catarina, através de seu atual presidente⁸⁵, não respalda o projeto Casas da Cidadania, uma vez que entende que tais casas, de cidadãos nada possuem. A OAB/SC não é contrária a aproximação do judiciário ao cidadão, porém tece críticas à instalação das Casas da Cidadania especialmente sob dois aspectos: a) a dispensa de atuação de advogados, os quais são responsabilizados pela demora na entrega jurisdicional. Argumenta a OAB/SC fundamentando com o preceito Constitucional, estabelecido no artigo 133, que diz: “O advogado é indispensável à administração da justiça”. A falta de acompanhamento através de advogado causará dificuldades na concretização da justiça, fazendo com que a balança penda de modo desigual, não sendo esta a vontade da OAB e tampouco do Judiciário⁸⁶; b) elas não solucionarão problemas crônicos enraizados na Justiça Comum.

A iniciativa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no sentido de aproximar o cidadão da justiça é louvável, porém os argumentos da OAB/SC não podem ser rechaçados, uma vez que por ser determinação constitucional, o advogado é indispensável à administração da justiça, e a falta de acompanhamento de profissional por uma das partes, em caso de outra se fazer acompanhar por advogado, obviamente deixa a primeira em posição menos favorecida, uma vez que lhe faltará orientação jurídica. Nesse sentido, é merecedora de atenção a OAB/SC quando se rebela contra a instalação das Casas da Cidadania como originalmente concebidas.

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Santa Catarina, por sua vez, também pensando uma forma de democratização do acesso à justiça criou, através da Comissão de Mediação e Arbitragem o Programa de Administração de Conflitos – PAC, que se

⁸³ WARAT, Luis Alberto. Idem, p. 52.

⁸⁴ Dados retirados diretamente da página do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina . www.tj.sc.gov.br. [Disponível em 28.09.2001]

⁸⁵ ZANOTTO, Adriano. **A verdade sobre as casas da cidadania**. In www.oab-sc.com.br. [Disponível em 21.09.2001]

⁸⁶ Cf. DALBOSCO, Vlademir. **Discurso de instalação da Casa da Cidadania em Tijucas(SC)**, In www.oab-sc.com.br. [Disponível em 21.09.2001]

“fundamenta na plenitude da capacidade civil e no cabal exercício da cidadania”,⁸⁷ objetivando “os conflitos de ordem privada, especialmente os oriundos das relações que envolvam direitos patrimoniais disponíveis, e os relacionamentos interpessoais mal sucedidos”.⁸⁸ Tal programa iniciou-se com a capacitação de advogados interessados e outros profissionais interessados às técnicas de negociação (mediação e arbitragem), através da Escola Superior de Advocacia ou por entidades do ensino superior.

Destacam-se, ainda, alguns movimentos, cada vez mais intensos, de aproximação do cidadão ao judiciário, aparentemente na busca de um efetivo exercício da cidadania. Movimentos sociais e políticos que tem como objetivo primordial, democratizar o Judiciário, realizando substancial e não apenas formalmente os valores, direitos e liberdades do Estado Democrático de Direito. São eles⁸⁹:

A independência do Judiciário em relação aos outros poderes e grupos, internos ou externos à magistratura; luta contra súmulas vinculantes que são um mecanismo de controle interno; combate à neutralidade do juiz e ao nepotismo; organização do Judiciário; que deverá ganhar agilidade, eficiência, credibilidade para a consecução do país idealizado pelo artigo 3º da Constituição Federal; promover a democracia pluralista e difundir a cultura jurídica democrática, sem cerceamento e censura; reforma do ensino jurídico; dissociar o Direito da norma, partindo-se do princípio que o Direito é ideológico e por isso, deve levar muito mais em conta a questão da legitimidade dos atos, do que a sua legalidade para a consecução de uma justiça social verdadeira; a implementação da assistência jurídica gratuita; porém, revestida de um novo tipo de assessoria, muito mais dinâmica e conscientizadora, seja através da Defensoria Pública, seja através de Fóruns Universitários, ou de associações e sindicatos que exerçam esse trabalho. A moderna assistência não é judiciária e sim jurídica e prima em assegurar a todos que dela se socorram de um efetivo acesso à justiça, onde a informação e disseminação do conceito “cidadania” é o que realmente importa.

Através do breve retrospecto apresentado no primeiro capítulo, é possível verificar o burilamento havido na legislação processual brasileira a partir da Constituição brasileira de 1988 que, definitivamente, passou a tutelar direitos e interesses até então

⁸⁷ Revista da OAB, seção de Santa Catarina, nº 103, março/abril de 2001, p.27.

⁸⁸ Idem, ibidem.

⁸⁹ GUÉRIOS Cristiana Melo Martiniuk. **O acesso à justiça através da assistência jurídica gratuita: limitações e avanços.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis:Universidade Federal de Santa Catarina, 1999, p.71-3.

marginalizados pelo Poder Judiciário, ampliando, sobremaneira, o rol de mecanismos convergentes a possibilitar um maior e efetivo acesso à justiça.

Entretanto, também foi observado que a solução da crise do judiciário, impregnada de vários fatores, não deve ser vista como sendo de exclusiva responsabilidade estatal.

Tendo já destacado os vários obstáculos ao efetivo acesso à justiça, cabe demonstrar os mecanismos de acesso à justiça, além dos já elencados que vem sendo adotados no Brasil.

Novas formas de composição de conflitos devem ser implementadas, de forma que a grande maioria da população brasileira deixe de ser excluída, transformando o Judiciário para que ele não apenas desempenhe, mas garanta, a sua função jurisdicional. A justiça deixaria de sufocar angústias, eliminando-as e tornando as pessoas mais felizes, pois passariam a acreditar no Judiciário e teriam a certeza que ele é o caminho para a solução de seus conflitos, pois é exatamente esse seu objetivo, ou seja, a manutenção do equilíbrio e da paz social através das soluções dos conflitos.

2.2 A Criação e o Histórico da Assistência Judiciária

A origem da assistência judiciária aos pobres, ou assistência jurídica gratuita, como é reconhecida constitucionalmente nos dias de hoje, remonta às legislações dos povos mais antigos, desde o Código de Hamurabi onde foi inscrito:

Eu sou o governador guardião. Em meu seio trago o povo das terras de Sumer e Acad. Em minha sabedoria eu o refreio, para que o forte não oprima o fraco e para que seja feita justiça à viúva e ao órfão. Que cada homem oprimido compareça diante de mim, como rei que sou da justiça⁹⁰.

BASTOS e MARTINS, também enfatizam a existência da assistência judiciária, desde o Código de Hamurabi:

⁹⁰ MORAES, Humberto Peña de, In: ALTAVILA, Jayme de. In: Associação dos Magistrados Brasileiros (org), **Justiça: promessa e realidade**, p. 335.

Percebeu-se que sem se propiciar aos desafortunados condições mínimas, para que pudessem atuar em juízo, a justiça restaria letra morta. Os pobres nunca poderiam fazer valer seus direitos, por falta de meios. O princípio fundamental da igualdade de todos perante a lei ficaria seriamente conspurcado. Daí porque ser perfeitamente compreensível a precocidade da aparição do problema, contemporâneo ao surgimento dos primeiros sistemas jurídicos, embora não se negue que só os desdobramentos mais recentes do estado de direito possam ter trazido ao direito uma expressão substantiva⁹¹.

Na cidade-Estado de Atenas, por sua vez, *“sob o poderoso argumento de que todo direito ofendido deve encontrar defensor e meios de defesa, eram nomeados 10 advogados para defender os pobres perante os tribunais civis e criminais”*⁹².

Em Roma, a primeira inserção legal, considerada de Constantino, incorporada por Justiniano no § 5º do Título XVI do Livro I do Digesto, estabelecia que:

Deverá dar advogado aos que o peçam, ordinariamente às mulheres, ou aos pupilos, ou aos de outra maneira débeis, ou aos que estejam em juízo, se alguém os pedir; e ainda que não haja nenhum que os peça deverá dá-lo de ofício. Mas se alguém disser que, pelo grande poder de seu adversário, não encontrou advogado, igualmente providenciará para que lhe dê advogado. Demais, não convém que ninguém seja oprimido pelo poder do seu adversário, pois também redundaria em desprestígio do que governa uma província, que alguém se conduza com tanta insolência que todos temam tomar a seu cargo advogado contra ele⁹³.

Os romanos, conforme o texto acima, demonstravam já prever que se uma das partes estivesse em desigualdade perante a outra isso poderia obscurecer o poder do Estado. No mesmo Digesto, no Livro III, Título I, § 4º: *“Disse o pretor: se não tiverem advogado, eu o darei”*⁹⁴.

ZANON faz referência à “marcos importantes”, sobre a assistência judiciária, durante a Idade Média, que ocorreram na França: *“Établissements de São Luiz IX (1214 a*

⁹¹BASTOS, Celso R. e MARTINS, Ives G. **Comentários da Constituição do Brasil**. Vol.2, São Paulo, Saraiva, 1989, p. 374.

⁹² Idem, p.335.

⁹³ Cf. ZANON, Artêmio. **Da assistência jurídica integral e gratuita**, p.8-9.

⁹⁴ Idem, ibidem.

1270); os *Requêtes du Palais*, de Carlos IV (1316 a 1378) e o *Code de L' Assistance Judiciaire* de 22-1-1851⁹⁵”.

Entretanto, foi com a Declaração dos Direitos do Estado da Virgínia (EEUU) de 12 de junho de 1776 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789, que se solidificou o princípio de que *todos são iguais perante a lei*, fundamento da assistência jurídica pública, concebida como dever do Estado⁹⁶.

Porém, é na França, com o *Code de L'Assistance Judiciare*, editado em 22 de janeiro de 1851⁹⁷, que foi designado pela primeira vez o termo “assistência judiciária”, que nos dias de hoje, chama-se “assistência jurídica”, adotado por muitos países como sendo um direito assegurado constitucionalmente, como forma de garantir democraticamente o acesso de todos, indistintamente, à justiça.

Apesar de a assistência judiciária ter sido adotada em muitos países, sendo prestada por advogados particulares, não recebendo remuneração pelos serviços prestados, tornou-se evidente, que esse tipo de prestação do serviço não estava funcionando, pois os advogados, muitas vezes, não se esforçavam o suficiente para defender os interesses de seus clientes, isto quando não escolhiam qual serviço prestariam, impondo-se a urgência em melhorar o oferecimento do serviço.

CAPPELLETTI e GARTH⁹⁸, demonstram as experiência de outros países, no que se refere a organização e estruturação da oferta da assistência jurídica. Os sistemas por eles identificados são três:

- a) Sistema *Judicare*, que teve seu início nos anos 60, sendo adotado na Áustria, Inglaterra, Holanda, França e Alemanha Ocidental, é um sistema onde o atendimento às pessoas de baixa renda é prestado por advogados remunerados pelo Estado. A prestação do serviço, no entanto, acontece desde que o pobre

⁹⁵ Idem, ibidem.

⁹⁶ Cf. MORAES, Humberto Peña de. Obra citada, p. 336.

⁹⁷ Idem, ibidem.

⁹⁸ Cf. CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Obra citada, p.35-46

reconheça seu direito, não lhe sendo prestado orientação ou informação jurídica pré-processual;

- b) e o sistema adotado nos Estados Unidos, em 1965, onde o advogado é remunerado pelos cofres públicos, diferindo do sistema *judicare*, porque esse sistema além de superar a barreira dos custos para o acesso à justiça, está preocupado em conscientizar as pessoas pobres em relação aos seus novos direitos e;
- c) Modelos combinados, escolhidos primeiramente pela Suécia, e a Província Canadense de Quebeque, após foram implementados pela Austrália, Holanda e a Grã-Bretanha. Esse sistema não atende apenas os pobres individualmente, mas os pobres como grupo. Prestam o atendimento por advogados servidores públicos ou por advogados particulares, sendo remunerados pelo Estado, podendo o beneficiário optar pelo atendimento através de advogado particular ou público.

Mesmo a África, que enfrenta sérios problemas com a miséria de seu povo, possui na Zâmbia uma moderna prestação de assistência jurídica aos necessitados, onde o Departamento de Assistência Judiciária, através de advogados do Governo prestam serviços de assistência jurídica, nas áreas cível e criminal⁹⁹.

Constata-se que, de uma maneira geral, estão assegurados nas Constituições de muitos países a prestação da assistência jurídica gratuita e que a incumbência dessa prestação cabe ao Governo, o que pode ser observado na América Latina, México, Panamá e Cuba, exceto quanto ao Uruguai e Paraguai, onde inexistente referência na Constituição sobre tal assistência¹⁰⁰.

Em Portugal, a prestação jurídica se dá de forma diferenciada do que ocorre no Brasil, sendo que naquele país as duas formas existentes são através dos gabinetes de consulta jurídica e de apoio judiciário:

⁹⁹ MORAES, Humberto Peña de. Obra citada, p. 344.

¹⁰⁰ Idem, p 340.

Têm direito a proteção jurídica as pessoas singulares que demonstrem não dispor de meios econômicos bastantes para suportar os honorários de profissionais forenses, devidos por efeito da prestação dos seus serviços, e para custear, total ou parcialmente, os encargos normais de uma causa judicial (art.7º, nº 1).

Em cooperação com a Ordem dos Advogados e com a Câmara dos Solicitadores, o Ministério da Justiça instalará e assegurará o funcionamento de gabinetes de consulta jurídica, com vista à gradual cobertura territorial do país (art.11º).

O apoio judiciário compreende a dispensa, total ou parcial, de preparos e do pagamento de custas, ou o seu deferimento, assim como do pagamento dos serviços de advogado ou solicitador (art.15, nº 1)¹⁰¹.

No Brasil, desde o seu descobrimento e durante mais de século e meio, o ordenamento jurídico vigente era mesmo que o de Portugal: As Ordenações Afonsinas (Dom Afonso V, 1432 a 1481); as Ordenações Manuelinas (Dom Manuel, o Venturoso, 1469 a 1521), e estas substituídas pelas Ordenações Filipinas (Felipe I e Felipe II, 1527 a 1621). Estas últimas continham apenas algumas referências a que os pobres e miseráveis teriam direito ao patrocínio de um advogado e da dispensa do preparo a que estavam sujeitos alguns recursos, como o de agravo ordinário. Porém, se pobre a parte, tal preparo restaria isento. Efetivamente, dispunha o citado diploma, no Livro III, Título 84, § 10, que em face da Lei de 20 de outubro de 1823, vigorou no Brasil até os estertores de 1916, *in litteris*:

§ 10 - Em sendo o agravante tão pobre que jure não ter bens móveis, nem de raiz, nem por onde pague o agravo, e dizendo na audiência uma vez o Pater Noster pela alma del Rey Don Diniz, ser-lhe-á havido, como se pagasse os noventa e seis réis, contanto que tire de tudo certidão dentro do tempo, em que havia de pagar o agravo¹⁰².

Assim nascia, no ordenamento jurídico brasileiro, a prática de outorgar advogado aos miseráveis.

Ainda, em 31 de outubro de 1791,

O Dr. José de Oliveira Fagundes, advogado da Santa Casa de Misericórdia de Rio de Janeiro, foi nomeado, pela Alçada Régia

¹⁰¹ MORAES, Humberto Peña de. Obra citada, p. 350-1.

¹⁰² MORAES, Humberto Peña de, *apud* SILVA, José Fontenelle Teixeira da. Obra citada, p. 352.

para defender os vinte e nove heróis inconfidentes, liderados por Tiradentes, presos nas cadeias daquela cidade, e encarregar-se, ainda, da curatela de outros três réus falecidos antes do início do julgamento (Cláudio Manoel da Costa, Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes e Francisco José de Mello)¹⁰³.

Nota-se, em tal nomeação, uma tímida característica da assistência judiciária, tal como concebida modernamente.

Em 1870, a assistência judiciária foi oficializada pelo então Instituto dos Advogados do Brasil, numa tentativa solitária de fazer-se equilibrar a balança da Justiça. Dando seguimento, a Assistência Judiciária foi desenvolvida pela Câmara Municipal da Corte, criando, em 1880, o cargo de Advogado dos pobres, que foi extinto quatro anos mais tarde.

Conforme ZANON:

Na novel República, no Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, é editado o Decreto n. 1.030, datado de 14-11-1890, que dispunha a respeito da Organização da Justiça no Distrito Federal. Seu art. 175 preceituava: "O Ministro da Justiça é autorizado a organizar uma comissão de patrocínio gratuito dos pobres no crime e cível, ouvindo o Instituto da Ordem dos Advogados, e dando os regimentos necessários"¹⁰⁴.

Porém, tal decreto, pelo menos nessa parte, não teve a aplicação desejável, o que motivou a reclamação por seu cumprimento, por parte do Instituto dos Advogados Brasileiros, em 1896. Em 1897, após a organização da Assistência Judiciária no Distrito Federal, esta se expandiu para o resto do país, sendo posta em prática em vários estados da Federação.

No século passado, o Brasil sentiu profundamente os efeitos da nova dinâmica mundial. O liberalismo clássico passou a sofrer restrições e surgiu um modelo de Estado mais intervencionista. No México, em 1917 e na Alemanha, em 1919, surgiam as constituições que foram as precursoras no reconhecimento de direitos sociais reclamados pela realidade da época.

¹⁰³ MORAES, Humberto Peña de Moraes *apud* SILVA, José Fontenelle Teixeira da. Obra citada, p.352.

¹⁰⁴ ZANON, Artêmio. *Da Assistência Jurídica Integral e Gratuita*, p. 13-4. In: Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, fasc. 1, p. 3679.

No Brasil, era crescente a inquietação popular para que se reconhecessem direitos individuais e sociais – entre eles a assistência judiciária - até então relegados a um secundaríssimo plano, o que pode ser constatado nas Constituições de 1824 e 1891. Desta forma com a efetiva participação da categoria profissional dos advogados no patrocínio gratuito das causas cíveis e criminais, através da recentemente (1930) criada Ordem dos Advogados do Brasil, a Assistência Judiciária encontrou o seu eco, a Carta Magna de 1934 incorporou os anseios de garantia de direitos individuais e sociais, em seu artigo 113, inciso 32: “*A União e os Estados concederão aos necessitados, assistência judiciária, criando, para esse efeito, órgãos especiais, e assegurando a isenção de emolumentos, custas, taxas e selos*”¹⁰⁵.

Na Constituição de 1937, nada fica prescrito sobre assistência judiciária, sendo considerado um retrocesso, fazendo referência, apenas, à igualdade perante a lei.

Conforme ZANON, “*Do Benefício da Justiça Gratuita*”, nos artigos 68 a 79 do CPC – Decreto-Lei n. 1608, de 18-09-1939, o instituto é restabelecido, podendo a parte escolher o advogado, e senão o fizesse, a incumbência recaía à Assistência Judiciária, ou lho era nomeado Juiz”¹⁰⁶.

A Constituição de 1946, por sua vez, incorpora e sedimenta de tal forma o princípio da igualdade que prefere, mais comedidamente, e sem lhe dar a ênfase esperada, afirmar em seu artigo 141, § 1º que “*todos são iguais perante a lei*”¹⁰⁷. E avança determinando no § 35 do mesmo artigo, “*O poder público, na forma que a Lei estabelecer, concederá Assistência Judiciária aos necessitados*”¹⁰⁸.

O procedimento a ser seguido para a concessão da Justiça Gratuita, não restou contemplado no texto constitucional, sendo editado em 1939 (Código de Processo Civil) e 1941 (Código de Processo Penal), respectivamente, através dos Decretos-Leis 1.608 e 3.689.

¹⁰⁵ CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo, *Constituições do Brasil*, p. 537.

¹⁰⁶ ZANON, Artêmio. Obra citada, p. 19.

¹⁰⁷ CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. Obra citada, p. 244.

¹⁰⁸ CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. Idem, p. 247.

A legislação ordinária, atenta aos reclamos da sociedade e com vistas à manutenção da paz e da ordem públicas, apresentou, em 05 de fevereiro de 1950, a Lei nº 1060, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, estando em vigor até hoje.

Em 27 de abril de 1963, a Lei nº 4.215, substituída pela Lei 8.906 de 04 de julho de 1994, dispondo sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, salientava o aspecto ético-profissional no patrocínio gratuito às causas dos pobres.

Enquanto que a Constituição de 1967, seguindo a anterior, determina em seu artigo 152, § 32: “*Será concedida assistência judiciária aos necessitados, na forma da lei*”¹⁰⁹.

No Brasil, a assistência judiciária gratuita, conforme já demonstrado, foi constitucionalmente assegurada desde a Constituição de 1934, e com a atual Constituição ela tornou-se mais abrangente, pois compreende agora a assistência jurídica integral e gratuita, onde a população pode além do ajuizamento da ação no Poder Judiciário, também obter orientação jurídica pré-processual e pós-processual, o que já foi discorrido no item 1.3 deste trabalho.

2.3 Acesso à Justiça e Assistência Jurídica

Como visto anteriormente, através da Constituição brasileira de 1988, o acesso à justiça também é garantido, preceituando no artigo 5º, inciso LXXIV – “*O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*”. Observando o enunciado no artigo, é claro o intuito do Estado de proporcionar a todos os cidadãos o acesso a justiça. Esse acesso pode dar-se tanto via assistência judiciária, assistência jurídica ou através do benefício da gratuidade da justiça. Primeiramente, necessário que seja feita distinção entre estes três institutos em virtude de muitos equívocos que comumente provocam.

¹⁰⁹ CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. Idem, p. 169.

A Assistência Judiciária, que deve ser acessível a todos, é a disponibilidade pelo Estado, de patrocínio gratuito da causa por advogado, que inclui isenção de custas e honorários. O benefício da gratuidade da justiça, menos abrangente, por sua vez, compreende a isenção de custas e despesas processuais entendida como qualquer despesa, seja ela judicial ou não.

No que se refere à incumbência do Estado de oferecer o patrocínio gratuito de advogado, há de ser entendida a Assistência Judiciária, como um serviço público ofertado pelo Estado. Porém, esse serviço pode ser realizado por outras entidades estatais ou não, que podem ou não ser conveniadas com o Estado. Esses órgãos estatais ou não estatais, que prestam o serviço gratuito, ou seja, com o patrocínio gratuito da causa por advogado, podem ser chamados de prestadores de assistência judiciária, desde que seja essa sua finalidade. Esse é o entendimento de MARCACINI:

(...) costuma-se chamar de assistência judiciária o agente que presta esse serviço. (...) não devemos entender apenas o órgão oficial, estatal, mas todo agente que tenha por finalidade principal a prestação do serviço, ou que o faça com frequência, por determinação judicial ou mediante convênio com o Poder Público. Assim, são prestadores de assistência judiciária tanto a Defensoria Pública, como as entidades não-estatais que desempenham este serviço como sua finalidade principal¹¹⁰.

O beneficiário da Assistência Judiciária, portanto, terá o patrocínio de sua causa através de um advogado que o fará gratuitamente, e o beneficiário da Justiça Gratuita, poderá estar pagando pelo patrocínio da causa, mas impossibilitado temporariamente de arcar com as despesas processuais. Assim, exemplificando, o beneficiário da Justiça Gratuita pode perfeitamente não ter condições financeiras para arcar com as despesas provenientes do processo, mas pode contratar um advogado. O seu procurador irá requerer para o juiz a concessão dos benefícios da justiça gratuita, que pode ser deferida ou não. Porém, se o cidadão é beneficiário da Assistência Judiciária, não poderá o juiz deferir ou indeferir a assistência judiciária, uma vez que se trata de prestação de serviço feita através de advogado, que não está cobrando honorários. Entretanto, pode acontecer que para o agente prestador do serviço de assistência judiciária o beneficiário preencha seus requisitos do que seja pessoa pobre, porém pode não preencher os requisitos para deferimento dos

¹¹⁰ MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. *Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p.31.

benefícios da Justiça Gratuita. Por outro lado, pode também acontecer, que seja concedido ao cidadão a Assistência Judiciária e lhe seja deferido o pedido de justiça gratuita. Isso se dá por existirem entendimentos divergentes sobre o que seja pessoa pobre.

Para o deferimento do benefício de gratuidade basta que o interessado afirme a necessidade, nos termos da Lei 1050/60, e para a concessão da Assistência Judiciária necessário que o interessado comprove sua condição de necessidade.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, através de acórdão¹¹¹, assim distingue os dois institutos:

Gratuidade da justiça. Benefício. Qualificação da parte. Por se tratar de instituto que diz com o direito de acesso ao judiciário, suficiente é a afirmação da necessidade, nos termos do art. 4º da Lei 1060/50. Não há que se confundir gratuidade da justiça com assistência judiciária gratuita, esta prestada pelo estado mediante a prova da necessidade. Desimporta para a concessão do benefício a qualificação da parte. Por maioria, deram provimento.

Se no curso da ação, a parte enfrenta dificuldades financeiras, não podendo mais arcar com as despesas processuais, ela tem direito a requerer o benefício da Gratuidade da Justiça. Por outro lado, se a parte não possui condições financeiras para contratar um advogado, o Estado disponibiliza o benefício da Assistência Judiciária.

Conforme preleciona PONTES DE MIRANDA:

Assistência judiciária e justiça gratuita não são a mesma coisa. O benefício da justiça gratuita é direito à dispensa provisória de despesas, exercível em relação jurídica processual, perante juiz que promete a prestação jurisdicional. É instituto de direito pré-processual. A assistência judiciária é a organização estatal, ou paraestatal, que tem por fim, ao lado da dispensa provisória das despesas, a indicação de advogado. É instituto de direito administrativo¹¹².

¹¹¹ Agravo do Instrumento nº 70001133578, 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Rel. Des. José Francisco Pellegrini, julgado em 10 de agosto 2000, in www.tj.rs.gov.br. [Disponível em 30.09.2001]

¹¹² MIRANDA, Pontes de. **Comentários ao código de processo civil**. Tomo I, 5ª ed. Rio de Janeiro:Forense 1997, p.383.

Ainda quanto à Assistência Judiciária, importante retomar os ensinamentos de WATANABE quando recomenda que a expressão “Assistência Judiciária” seja entendida no sentido restrito e no sentido amplo, conforme explicita:

Na acepção restrita significa assistência técnica prestada por profissional legalmente habilitado, que é o advogado em juízo. Quando muito, assistência prestada na fase pré-processual, mas sempre com vistas a uma demanda e à pessoa com conflito de interesse determinado. Na acepção ampla tem o sentido de assistência jurídica em juízo e fora dele, com ou sem conflito específico, abrangendo, inclusive, serviço de informação e de orientação, e até mesmo de estudo crítico, por especialistas de várias áreas do saber humano, do ordenamento jurídico existente, buscando soluções para sua aplicação mais justa e, eventualmente, sua modificação e, inclusive, revogação. Mais adequado seria chamar-se serviço de semelhante amplitude de ' assistência jurídica' ao invés de assistência judiciária¹¹³.

Na Constituição de 1988, no inciso LXXIV do artigo 5º, reza: “*O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*”.

RODRIGUES, ao comentar tal inciso, salienta a novidade trazida pela Constituição, que não mais se refere a “Assistência Judiciária”, mas sim à “Assistência jurídica integral e gratuita”, esclarecendo o alcance do enunciado.

Ao utilizar o adjetivo integral, o legislador constituinte reforça a posição colocada anteriormente, pois a assistência jurídica integral só pode ser entendida como aquela que propicie ao interessado todos os instrumentos jurídicos necessários antes, durante e posteriormente ao processo judicial e mesmo extrajudicialmente, quando aquele não for necessário. Também se inclui aí o acompanhamento dos processos administrativos¹¹⁴.

Assim, a Assistência Jurídica alargou sua esfera de atuação, sendo um serviço jurídico e gratuito, com isenção de despesas, judiciais ou não, custas e honorários. A isenção de despesas se refere a toda e qualquer despesa necessária ao pleno exercício para defesa dos direitos. Abrangendo ainda, a orientação jurídica, não apenas processual, mas também administrativa. Desta forma, a Constituição pretende seja proporcionado o mais amplo acesso à justiça, não se atendo apenas em afastar as barreiras econômicas, mas

¹¹³ WATANABE, Kazuo. *Assistência Judiciária e o juizado especial de pequenas causas*. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 617, mar. 1987, p.250.

¹¹⁴ RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Obra citada, p.59.

também preocupada com as barreiras sociais e culturais da população, como forma de garantir a igualdade no exercício do direito por ela concedido.

A Constituição preocupou-se ainda, como já referido, em criar a Defensoria Pública¹¹⁵, como órgão público responsável por prestar assistência jurídica integral e gratuita, para aqueles que não possuem condições financeiras de arcar com o custo do processo na defesa de interesses individuais. O Ministério Público¹¹⁶, com a incumbência de representar os interesses da sociedade e a Advocacia Geral da União¹¹⁷ e as Procuradorias dos Estados, fazendo a defesa dos interesses da União, bem como dos Estados.

Não menos importantes que os órgãos estatais, são as entidades civis que prestam serviços de assistência jurídica integral e gratuita. De fundamental importância, destacar-se-á, entre tantas, os Estágios dos Cursos de Direito, através dos escritórios modelo, onde estagiários atendem à população pobre, com acompanhamento do professor orientador. Observe-se que tais serviços não se restringem apenas ao ajuizamento da ação até seu término, mas sim, uma prestação efetiva de orientação e informação jurídica, intervindo inclusive na composição de conflitos e na orientação jurídica na celebração de contratos e acordos. Além de prestar o efetivo acesso à justiça, o acadêmico interage com a realidade social da comunidade, proporcionando uma visão da sociedade diferente daquela que ele apreende nos bancos da universidade, pois o contato ao longo do estágio com a sociedade menos favorecida em vários aspectos (sociais, econômicos e culturais), colabora, de forma singular, para que esse futuro operador do direito esteja preocupado e atento não apenas à técnica jurídica, mas principalmente com a transformação da sociedade.

¹¹⁵ Constituição de 1988, Título IV, Capítulo IV – Das Funções essenciais à Justiça, art. 134: “A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV, Parágrafo único: Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais”.

¹¹⁶ Constituição de 1988, Título IV, Capítulo IV – Das Funções essenciais à Justiça, art. 127: “O Ministério Público, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático de direito e dos interesses sociais individuais indisponíveis”.

¹¹⁷ Constituição de 1988, Título IV, Capítulo IV – Das Funções essenciais à Justiça, art. 131: “A advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo”.

Para a concessão da justiça gratuita, ou a isenção das despesas processuais basta que o interessado declare sua condição de impossibilidade. Entretanto, o mesmo não se dá em relação à assistência jurídica integral e gratuita, havendo necessidade de que o Estado esteja organizado para cumprir a promessa constitucional estampada no inciso LXXIV, do artigo 5º.

2.4 Assistência Judiciária no Estado de Santa Catarina

Na Constituição estadual de Santa Catarina, a assistência jurídica integral está prevista no artigo 4º, inciso II, Letra “e”, nestes termos:

Art.4º. – O Estado, por suas leis e pelos atos de seus agentes, assegurará, em seu território e nos limites de sua competência, os direitos e garantias individuais e coletivos, sociais e políticos previstos na Constituição Federal e nesta Constituição, ou decorrente dos princípios e do regime por elas adotados, bem como as constantes de tratados internacionais em que o Brasil seja parte, observado o seguinte:

(...)

II – são gratuitos, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

(...)

e) a assistência jurídica integral;

A Constituição Federal, em seu artigo 134, prevê que Lei complementar prescreverá normas gerais no âmbito dos Estados.

No Estado de Santa Catarina, a Constituição estadual prevê em seu artigo 140 que: “*A Defensoria Pública será exercida pela Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita, nos termos de Lei Complementar*”. Para atender ao dispositivo acima foi editada a Lei Complementar 155/97.

Para melhor entendimento deste tema considere-se o seguinte:

Observe-se que no Estado de Santa Catarina subdivide-se a Defensoria Pública em Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita. Esta consiste na assistência

prestada por advogado, nomeado pelo juiz para o patrocínio de causas cíveis, em âmbito geral. Aquela é consubstanciada no patrocínio pelo causídico nomeado para a defesa do acusado na forma e procedimentos do Código de Processo Penal, conforme artigo 1º, § 3º, da Lei Complementar 155/97:

Art. 1º - Fica instituída, pela presente Lei Complementar, na forma do art.104 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a Defensoria Pública, que será exercida pela Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita, organizada pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Santa Catarina – OAB/SC.

§ 1º. – A OAB/SC obriga-se a organizar, em todas as Comarcas do Estado, diretamente ou pelas Subseções, listas de advogados aptos à prestação dos serviços da Defensoria Pública e Assistência Judiciária Gratuita.

Desta forma, em Santa Catarina por força de Lei Complementar, se o estabelecido na Constituição Federal, de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita à população carente, através de uma prestação de serviço ofertada através de Defensoria Pública não for disponibilizado pelo Estado, a OAB organizará essa prestação.

A Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil –OAB, em seu capítulo VI, no art. 22, § 1º determina que:

Art.22.

(...)

§ 1º. O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço, tem direito aos honorários fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pago pelo Estado.

No mesmo Estatuto da Advocacia e da OAB, no Capítulo IX – Das Infrações e Sanções Disciplinares, no artigo 34, inciso XII, impõe que o advogado não pode, sem justo motivo, recusar-se a prestar assistência jurídica:

Art.34. Constitui infração disciplinar:

(...)

XII – recusar-se a prestar, sem justo motivo, assistência jurídica, quando nomeado em virtude de impossibilidade da Defensoria Pública;

A determinação legal de prestar Assistência Jurídica, além de ser um dever ético do advogado, passou também a ser responsabilidade do Estado (art.134 da Constituição brasileira). Por outro lado, em determinados locais onde não existir a Defensoria Pública, o juiz nomeará advogado, para exercer esse múnus público, nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei 1.060/50 e também no que se refere ao curador especial, que será nomeado pelo juiz, conforme dispõe o art. 9º, inciso II do Código de Processo Civil:

Art.9º O juiz dará curador especial:

(...)

II – ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.

Para poder atuar na Defensoria, deve o advogado cadastrar-se na seccional da OAB/SC, em sua sede principal ou em uma de suas subseções, indicando sua especialidade, conforme o que preceitua o art. 1º, §3º da LC 155/97, prestando o serviço ao que comprovarem insuficiência de recursos, nos termos do artigo 2º do mesmo diploma legal:

Art.2º. Os serviços da Defensoria Pública e Assistência Judiciária Gratuita serão prestados às pessoas que comprovarem insuficiência de recursos, nos termos da Constituição Federal (art.5º. LXXIV) e da Constituição do Estado de Santa Catarina (art.4º,II,“e”).

Por outro lado, para a nomeação dos advogados cadastrados, os magistrados devem observar tanto quanto possível um sistema de rodízio propiciando a todos os interessados atuar através de nomeação para a Defensoria.

Todos os advogados nomeados que atuam através da Defensoria serão remunerados através de repasse realizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina para a OAB/SC, que serve como gestora destes recursos, devendo esta para tanto, prestar contas trimestralmente. É o que determina o art. 4º, §3º da LC 155/97.

Os advogados devem remeter suas certidões de “URH’s” (unidade referencial de honorários) para a OAB/SC sob protocolo através de suas subseções. Uma vez verificadas manualmente por funcionários do setor próprio, estando dentro dos requisitos exigidos por

Lei e por normas da corregedoria-geral da Justiça, estarão aptas para pagamento. Não há como negar a importância de tal procedimento, pois é pela ordem de protocolo que serão efetuados os pagamentos.

Embora dispensável, a título de registro salienta-se que ao advogado que patrocina causa na Assistência Judiciária Gratuita e Defensoria Dativa, é vedado o recebimento de quaisquer valores de seus clientes, por expressa disposição legal do art. 11 da Lei Complementar nº 155/97.

Com o desenvolvimento das atividades de Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita no Estado, foram observadas na legislação vigente, inúmeras falhas. Para sanar problemas de interpretação de texto da Lei Complementar nº 155/97, foi criada, por portaria da Presidência da OAB/SC nº 23/99, uma comissão destinada proceder a estudos sobre a legislação em vigor, bem como sugerir modificações que resultem numa melhor operacionalização dos trabalhos.

Entre as deficiências apontadas, ressalta-se a falta de padronização dos procedimentos de nomeação de advogados pelos juízes nas comarcas do Estado; a ausência de dados nas certidões expedidas pelos magistrados, que além de dificultar os trabalhos dos funcionários do setor próprio da OAB/SC, forçavam, no mais das vezes, os advogados peticionarem em processos já findos, visando, exclusivamente, a correção de tais omissões; o arbitramento de URH's em desacordo com o anexo único da Lei Complementar nº 155/97; o não recebimento por parte da OAB/SC das certidões oriundas do patrocínio de procedimentos de jurisdição voluntária, bem como a negativa por parte dos juizes em fixar URH's para ações desta natureza, entre outras¹¹⁸.

Em 1999, foi encaminhada consulta por parte da OAB/SC à corregedoria-geral visando análise gramatical do texto do art. 17, VIII da Lei Complementar nº 155/97, quanto à restrição de recebimento por parte da OAB/SC de certidões oriundas do patrocínio nos procedimentos de jurisdição voluntária.

¹¹⁸ OAB-SC.Histórico da defensoria dativa e assistência judiciária no Estado de Santa Catarina. <http://www.oba-sc.com.br> [Disponível em 03/09/2001].

Em resposta datada de 21 de outubro de 1999, a corregedoria-geral asseverou que as restrições contidas no artigo mencionado restringiam-se exclusivamente aos casos específicos e individuais ali mencionados e não à totalidade dos procedimentos de jurisdição voluntária. Tal deliberação ensejou a expedição do ofício circular nº 005/2000 aos advogados catarinenses informando-lhes que não mais seriam recebidas certidões oriundas dos procedimentos constantes do artigo 17, inciso VIII da Lei Complementar nº 155/97, ou seja: os do artigo 1.112, incisos I a V, artigo 1.113, artigos 1.125 a 1.141, artigos 1.205 a 1.210, todos do Código de Processo Civil.

Restam, ainda, algumas questões a serem superadas. A que cala mais fundo, é a falta de recursos suficientes para o pagamento de todas as certidões. Para que se possa democratizar os pagamentos a todos os causídicos que atuam na Defensoria, a OAB/SC limitou o valor de 50 URH's a serem pagas por advogado/mês, possibilitando assim o atendimento a um número maior de colegas¹¹⁹.

Com relação ao procedimento de nomeação dos advogados, nota-se que os critérios adotados são bastante divergentes nas diversas comarcas do Estado.

O artigo 7º da Lei Complementar nº 155/97 prevê que a nomeação deve decorrer de pedido formulado pela parte interessada, por petição escrita, dirigida ao Juiz da Vara, verificada a insuficiência de recursos pelo magistrado ou autoridade judiciária competente para conhecer e julgar a pretensão civil ou criminal.

Ainda, para assegurar o cumprimento da Lei Complementar nº 155/97, a OAB/SC remeteu pedido à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, no sentido de padronizarem-se os procedimentos de nomeação dos advogados, respeitando-se a ordem cronológica de inscrição dos interessados constante da lista enviada aos fóruns pelas subseções da OAB/SC.

Atualmente está em estudo pela comissão de estudos da OAB/SC, proposta para projeto de lei, visando alterações na Lei Complementar nº 155/97, como forma de adaptá-la a novos tempos e corrigi-la em algumas deficiências. Esta proposta está em fase final de

¹¹⁹ Idem, ibidem.

estudos e tão logo esteja concluída, deverá ser encaminhada à Assembléia Legislativa para discussão e aprovação.

Espera-se então, que essas mudanças tragam benefícios não só à população que anseia pelo pleno acesso à justiça, mas que também beneficie os advogados catarinenses.

Necessário seja feito algumas considerações ao estilo catarinense de prestar o acesso à justiça. A Constituição estadual, garante para os reconhecidamente pobres a **Assistência jurídica integral**¹²⁰. Ao tratar sobre a Defensoria Pública, cria a Defensoria Dativa e a Assistência Judiciária Gratuita¹²¹, a ser prestada por advogado, cuja remuneração será efetuada ao final do processo com a expedição de certidão, a qual será paga através dos cofres públicos.

Desta forma o Estado de Santa Catarina não cumpre a determinação constitucional¹²² e a Lei Complementar nº 80/94¹²³, no que diz respeito à criação da Defensoria Pública (que estão em funcionamento em muitos estados brasileiros)¹²⁴. Tais determinações legais são mais abrangentes na prestação do serviço, do que o que vem sendo prestado pelo Estado de Santa Catarina. Veja-se; a) a defensoria pública abrange a orientação jurídica judicial e extrajudicial, integral e gratuita; b) os profissionais admitidos via concurso estariam à disposição da população para prestação do serviço.

¹²⁰ Constituição do Estado de Santa Catarina, Título II, dos Direitos e Garantias Individuais, art.4º, inciso II: “são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: (...) letra e) a assistência jurídica integral”.

¹²¹ Constituição do Estado de Santa Catarina, Art. 104 : “A Defensoria Pública será exercida pela Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita”.

¹²² Constituição brasileira, Artigo 143. “A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV. Parágrafo único. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais”.

¹²³ Lei Complementar nº80/94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências. Em seu art 1º determina; “A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita aos necessitados, assim considerados na forma da lei.”

¹²⁴ “Já estão em funcionamento as Defensorias Públicas do Acre, Alagoas, Amapá, Amazona, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe, Tocantins, Rondônia e Pernambuco”. Luciana Gross Siqueira CUNHA, O acesso à justiça e a assistência jurídica em São Paulo. In Cidadania e Justiça, Ano 4, nº 9, 2º semestre/2000, Rio de Janeiro, AMB, p. 165.

Já pelo viés do Estado de Santa Catarina, a comunidade carente tem que contar com a disponibilidade de advogado para prestar o serviço, serviço esse que se restringe ao ajuizamento da ação tão-somente, não havendo assim, o serviço de conscientização jurídica da população. Desta forma, o Estado catarinense¹²⁵, não está prestando a Assistência jurídica integral, e sim Assistência Judiciária Gratuita.¹²⁶ Quem perde com essa forma catarinense é a população, que fica à margem do pleno exercício de sua cidadania, assegurado na Constituição brasileira¹²⁷.

Conforme o acima explicitado, é correto afirmar que no Estado de Santa Catarina o acesso à justiça é apenas “parcial”, somente existindo como assistência jurídica integral e gratuita graças à prestação efetuada através dos escritórios modelo¹²⁸ dos cursos de Direito existentes no Estado, que será melhor analisada no terceiro capítulo deste trabalho.

Entretanto, cumpre que rapidamente sejam feitas algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido por tais Escritórios Modelo, que através de seus acadêmicos, pode-se afirmar, de forma personalizada, atendem a população menos favorecida, estribados que estão na prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos. Personalizada porque, o estágio se realiza com o atendimento somente à essa classe social, que por sua vez é uma clientela diferenciada, e requer tratamento diferenciado. Nos estágios dos cursos de Direito, esses clientes devem ser tratados como cidadãos que possuem direitos e devem exercê-los em sua plenitude.

Por outro lado, a qualidade do serviço prestado pelos estagiários é mantida em razão de constantes atualizações teóricas desenvolvidas pelos profissionais que geram suas

¹²⁵ RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Obra citada, p. 117. Para o autor, a não criação da Defensoria Pública é inconstitucional, dizendo que: “O modelo atualmente adotado não fornece as assistências jurídica preventiva e extrajudicial, sendo, portanto deficiente e insuficiente. É ele importante conjuntamente com a Defensoria Pública. A sua não criação é, data vênica, inconstitucional e se constitui numa imperdoável omissão dos poderes competentes”.

¹²⁶ Lei Complementar nº 155/97, art. 140: “A Defensoria Pública será exercida pela Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita, nos termos de Lei Complementar”.

¹²⁷ O Estado de Santa Catarina, não está cumprindo a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Complementar nº 80/94, que determinam a organização da Defensoria Pública.

¹²⁸ Em Santa Catarina, as Universidades que possuem uma unidade jurisdicional nos Campus, através de convênios firmados entre elas e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Procuradoria Geral de Justiça, Ordem dos Advogados de Santa Catarina – OAB/SC, são as seguintes: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1993), Universidade Regional de Blumenau - FURB (1997), Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (1997). Esses dados foram obtidos diretamente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

atividades junto aos escritórios modelo e pela interdisciplinaridade cada vez mais presente nesses estágios, pelo trabalho conjunto, com assistentes sociais e psicólogos, entre outros profissionais. Em alguns cursos de direito já estão implantadas as varas universitárias,¹²⁹ o que só vem agregar valor para a qualidade do ensino e para proporcionar o acesso à justiça de forma organizada e competente, a um número cada vez maior da população. Mostram-se os estágios jurídicos com grandes possibilidades de proporcionar o acesso à justiça, demonstrando dessa forma seu comprometimento com o ensino e com a transformação da sociedade.

Neste capítulo foi tratada a crise do judiciário, suas implicações no acesso à justiça e elencadas dentre muitas, algumas das novas práticas de democratização deste acesso. Dentre estas se destacam, como um meio eficaz de democratização da justiça o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos estudantes de Direito, através dos escritórios modelo de assistência jurídica gratuita, que buscam de forma personalizada proporcionar o acesso à justiça integral à população desprovida de recursos. O próximo capítulo tratará exatamente deste assunto.

Na verdade, os estágios dos cursos de Direito, ao atenderem à população carente, acabam sendo vistos pela comunidade em que se encontram inseridos como os responsáveis pela solução de todos os problemas de assessoria pré-processual, ajuizamento e assessoria pós-processual às camadas economicamente desfavorecidas, quando, não têm tal obrigação, assim como este não é o objetivo primeiro do estágio.

Buscar o resgate ou implantar mecanismos no sentido de fazer valer os direitos do cidadão, com o efetivo acesso à justiça, envolve não só, especificamente, os objetivos do Curso de Direito da Universidade do Planalto Catarinense, mas deve ultrapassar a

¹²⁹ Cf. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Obra citada, p. 110, A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, foi a pioneira em firmar convênio em julho de 1993, com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Procuradoria Geral de Justiça e a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) instalando uma Vara da Família dentro da Universidade, por ser a maioria de atendimento feitos nessa área pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ) da UFSC. “Esses convênios visam fundamentalmente aproximar o Poder Judiciário dos cursos de Direito, em especial suas atividades de estágio, cumprindo dessa forma dois relevantes papéis: a) criar unidades que atuam fundamentalmente como varas de assistência judiciária, tendo em vista a carência econômica dos clientes desses serviços prestados pelos escritórios modelo dos cursos jurídicos; e b) instituir um instrumento efetivo de melhoria da qualidade do ensino do Direito, em nível das atividades práticas”.

academia, atingindo toda a sociedade. A experiência do município de Lages (SC), será demonstrada em seguida.

CAPÍTULO 3

ESCRITÓRIO MODELO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA NA CIDADE DE LAGES - SC

3.1 Experiência do Estágio de Prática Jurídica da cidade de Lages (SC)

A entidade mantenedora da UNIPLAC é a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, criada pela Lei Municipal nº 005, de 14 de março de 1969 e respectivas alterações posteriores consolidada pela Lei Complementar Municipal de nº 092, de 01/01/1998, sendo uma entidade de fins filantrópicos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, regida por Estatuto e por legislação pertinente. Foi declarada de Utilidade Pública Federal através do Decreto nº 94.364, de 22/05/1987, e também declarada de Utilidade Pública Municipal pela lei nº 078, de 23/12/1969, possuindo ainda Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos concedido pelo Processo nº 224.142/73, tendo solicitado a sua renovação pela última vez em 19/10/2000, estando atualmente em tramitação no Conselho Nacional de Assistência Social.¹³⁰

¹³⁰ Dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Administração da UNIPLAC em 05.11.2001.

Em 11 de agosto de 1988 o Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ, do Curso de Direito da UNIPLAC, de Lages (SC), foi instalado, para prestar sua atividade precípua que é proporcionar o estágio profissionalizante, inicialmente aos alunos das quatro últimas fases, tendo outra finalidade de cunho social: a de prestar assistência jurídica e judiciária gratuita à população carente.

Para que o EMAJ fosse instalado vários esforços foram empreendidos das seguintes instituições e órgãos: Prefeituras Municipais de Lages (SC), Correia Pinto (SC) e Otacílio Costa (SC), estas duas últimas, na época ainda não eram comarca e pertenciam à comarca de Lages, Manville produtos Florestais, Clube de Diretores Lojistas de Lages e Maval- Equipamentos para Escritório Ltda.

Quando do início das atividades em 16 de agosto de 1988, o EMAJ funcionava na Rua Caetano Vieira da Costa, nº 210, no centro da cidade de Lages (SC), e sua estrutura física era de apenas quatro salas. Atualmente o espaço físico do EMAJ possui 9 salas, cada uma com um computador, todos acessíveis à internet, facilitando a pesquisa aos tribunais do país, tanto à jurisprudência, quanto à doutrina, possui também, arquivo de CD-rom de doutrina e jurisprudência. As salas do EMAJ estão distribuídas da seguinte forma: 4 salas de estagiários, onde em uma delas está a biblioteca do EMAJ, 2 salas para os professores orientadores, 1 da Assistente Social, 1 da Secretaria, 1 de arquivo. Dispõe ainda, de dois monitores, estudantes do Curso de Direito, por meio do programa bolsa de estudo, possibilitando mais pessoas e assim poder realizar atividades diversificadas.

A UNIPLAC está providenciando novas instalações para o EMAJ, as quais irão atender antigas reivindicações dos estagiários, professores e coordenação do curso. Esse novo espaço, com mais salas de atendimento, com sala de audiências, gabinete do juiz, Ministério Público e cartório, estará sendo disponibilizado a partir do Iº semestre de 2002.

O EMAJ se consolidou como espaço pedagógico, servindo de campo de estágio obrigatório do Curso de Direito, assim como uma alternativa de espaço para a população carente. Assim ele tem participado das ações desenvolvidas pela Prefeitura de Lages e da região, em vários projetos, tais como “O bairro é você” e “Operação Cidadania”, assim

como de outras oportunidades onde são solicitados os seus serviços, através dos estagiários e professores orientadores da seguinte forma: além do atendimento sobre seus serviços jurídicos, de ajuizamento de ação, se for o caso, faz palestras à comunidade carente sobre direitos e deveres fundamentais do cidadão, assim como nas áreas de Direito de Família, Direito das Sucessões e Direito do Trabalho, procurando desta forma conscientizar a população dos seus direitos.

A manutenção do EMAJ é feita pela Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, em termos financeiros importou nos anos de 1999 e 2000, respectivamente em R\$ 109.774,52 (cento e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) e R\$ 83.577,14 (oitenta e três mil, setecentos e setenta e quatro reais e quatorze centavos). Os atendimentos realizados nos anos já especificados se fossem cobradas as despesas com advogado, importariam em R\$ 330.065,02 (trezentos e trinta mil, sessenta e cinco reais e dois centavos) e R\$ 541.389,90 (quinhentos e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e nove reais e noventa centavos)¹³¹ respectivamente. Os dados demonstram que se o EMAJ, cobrasse pelos seus serviços ultrapassaria em muito, o que é gasto pela Instituição para seu funcionamento e que além de minimizar custos tem procurado revertê-los em prestação de serviços de caráter filantrópico, buscando o conceito de Universidade Cidadã.

O Estágio de Prática Jurídica dos acadêmicos do curso de Direito se desenvolve no Escritório Modelo, instalado no campus da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, estando inserido no Núcleo de Prática Jurídica, órgão vinculado ao Colegiado do Curso de Graduação em Direito obedecendo às prescrições fixadas pelo MEC, na Portaria 1886/94, de 30.12.1994.

O Núcleo de Prática Jurídica direciona suas atividades para a formação dos estagiários nas atividades profissionais de advocacia, magistratura, Ministério Público e outras profissões jurídicas. Salienta-se que foi encaminhada proposta de readequação do regulamento do estágio do Curso de Direito da Uniplac, em alguns aspectos, especialmente quanto aos seus objetivos. Foram propostas as seguintes alterações: Proporcionar ao acadêmico estagiário, uma visão crítica e criativa do Direito, desenvolvendo no futuro operador do direito espírito criativo voltado para a busca de soluções harmônicas dos

¹³¹ Dados fornecidos pelo EMAJ da UNIPLAC de Lages (SC), em 05.11.2001.

problemas da sociedade; vincular teoria e prática no processo de estágio curricular; articular parcerias interinstitucionais buscando a integração entre a Universidade e a comunidade; prezar pela indissociabilidade entre, ensino, pesquisa e extensão; oferecer ao acadêmico estagiário, oportunidades de vivenciar a realidade social a que está inserido, de forma a contribuir efetivamente para a transformação desta realidade e assegurar ao acadêmico estagiário opções nos diferentes campos de atuação do Direito.

Os princípios norteadores do Estágio estão sendo propostos na forma seguinte: defesa e promoção da dignidade da pessoa humana e dos direitos a ela inerentes; valorização da prestação de serviço comunitário através da prática pedagógica, pesquisa e extensão, inserindo o acadêmico estagiário nos problemas sociais da vida comunitária e regional; prezar pela Ética como instrumento de aprimoramento humano e profissional, promovendo através do estágio a construção efetiva de cidadania e finalmente, o comprometimento com o ensino aprendizagem, voltado para uma formação humanística, crítica, científica, cultural e profissional alicerçado por valores morais.

O Estágio de Prática Jurídica¹³² divide-se em quatro níveis e com carga horária prevista de 360 horas, sendo que nos 9º e 10º semestres, o estágio se realiza no EMAJ, cujo funcionamento é de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 12h, e das 13h30min às 17h30min.

Estágio de Prática Jurídica I e II (laboratório) correspondem respectivamente ao 7º e 8º semestres do Curso de Direito. É o local onde a prática supervisionada de atividades simuladas se concretizam, com a elaboração de peças processuais e petições as mais variadas. No laboratório, estão incluídos os estudos do Estatuto da Advocacia e da OAB e do Código de Ética e Disciplina.

As disciplinas de Estágio de Prática Jurídica III e IV correspondem respectivamente aos 9º e 10º semestres do curso de Direito e consistem no acompanhamento do aluno, às visitas a serem realizadas junto às delegacias, cartórios, presídios, penitenciárias, tribunais de 2ª instância e assistência às audiências e sessões de júri e tribunais. Consiste ainda, na prática a ser desenvolvida pelo aluno junto ao Escritório

¹³² Grade curricular do Estágio de Prática Jurídica do Curso de Direito da UNIPLAC, Anexo p.236-237.

Modelo que oferece atividades efetivas de Assistência Jurídica a pessoas economicamente necessitadas nas áreas cível e criminal.

Ao final do Estágio I, II, III e IV, o estagiário tendo cumprido todas as etapas e tarefas que lhe foram atribuídas apresenta um relatório final do estágio, de todas as atividades desenvolvidas no Núcleo de Prática Jurídica.

Além das atividades realizadas pelos alunos no estágio de Prática Jurídica, destacam-se ainda, as atividades obrigatórias complementares, previstas no artigo 4º da Portaria 1886/94 do MEC as quais deverão ser cumpridas pelos estagiários através de estágio externo em escritórios de advocacia, órgãos ou entidades, empresas públicas ou privadas, desde que credenciadas junto a OAB/SC e a UNIPLAC. A carga horária mínima a ser cumprida no estágio externo pelo estagiário é de 185 horas-aula.

Estão também compreendidas nas atividades complementares: pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitorias, disciplinas não previstas no currículo pleno e outras atividades de interesse do estagiário. Estas atividades estão sujeitas à aprovação prévia do Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica.

Ao desenvolver os níveis III e IV do estágio de Prática Jurídica os alunos atuam, conforme já mencionado junto ao Escritório Modelo. As atividades desenvolvidas pelo Escritório Modelo ocupam-se desde os primeiros contatos com o cliente, até os ultteriores termos, com a orientação aos estagiários. Para tanto conta com um setor de Assistência Social, Secretaria, Monitores e professores Orientadores e um colaborador¹³³ sob a supervisão do Coordenador do Estágio.

O setor de Assistência Social se ocupa com os primeiros contatos com a clientela, realizando triagem, pois somente as pessoas que percebem até três salários mínimos são atendidas pelo EMAJ. Quando se tratar de assunto específico da área jurídica e que não necessite de uma intervenção do assistente social, o cliente é encaminhado para o

¹³³ O colaborador a que nos referimos trata-se do Dr. José Maria Cassiano da Silva, juiz aposentado que presta seus serviços gratuitamente há 12 (doze) anos, auxiliando efetivamente na orientação dos estagiários. Destaca-se a importância da presença do colaborador Dr. Cassiano, tendo em vista sua larga experiência na magistratura e seus conhecimentos jurídicos, que em muito vem enriquecendo o trabalho prestado pelo Escritório Modelo.

estagiário de Direito. Se o caso identificado apresenta muitos conflitos, são realizadas entrevistas pelo assistente social junto às partes envolvidas, e se for o caso, outros instrumentos de intervenção serão empregados além da entrevista, como por exemplo, a visita domiciliar, para que se busque uma solução adequada para o caso. Somente depois desses atendimentos, caso seja necessário, o cliente será encaminhado ao estagiário de Direito.

Destaca-se que após o primeiro atendimento pelo Serviço Social, vários casos serão atendidos e estudados em conjunto pelo Assistente Social, professores orientadores e estagiários, o que leva a uma interdisciplinaridade de conhecimentos, que auxiliam resultados eficazes para os casos que são apresentados.

Quando se trata de impetrar ação judicial, compete ao estagiário a elaboração das petições iniciais, intermediárias ou finais, conforme o caso apresentado, tudo de acordo com a orientação das professoras orientadoras, ouvidas as sugestões do Serviço Social. Durante a tramitação dos processos, bem como durante as audiências a serem realizadas, haverá o acompanhamento dos estagiários e das professoras orientadoras.

Entretanto, as atividades dos estagiários não se restringem apenas a ajuizar ações, mas também a prestar informações e orientações jurídicas às pessoas que procuram o Escritório Modelo e também àquelas que comparecem aos bairros da cidade e localidades vizinhas quando o escritório sai do campus da Universidade indo ao encontro da população para prestar seus serviços de forma itinerante. Importante salientar que a partir do atendimento feito pelo estagiário o cliente fica vinculado a ele (estagiário) e não com o professor orientador.

Quanto à Secretaria é de sua competência, o cadastramento pessoal do cliente e de seu respectivo processo de forma informatizada, além dos serviços peculiares a uma secretaria, manter os arquivos de todos os processos ajuizados e findos, o cadastro de clientes, a agenda das audiências e a informatização do Escritório Modelo.

Aos professores orientadores compete orientar, supervisionar e avaliar as pesquisas, seminários e trabalhos simulados ou reais dos estagiários, assim como participar das audiências dos processos sob sua responsabilidade e demais encaminhamentos ao

Poder Judiciário prestados pelo Escritório Modelo através do Serviço de Justiça Gratuita. Atualmente o Escritório Modelo conta com dois professores orientadores.

Aos monitores incumbe a tarefa de auxiliar os professores orientadores na orientação aos estagiários e na pesquisa à doutrina e jurisprudência, assim como nas demais atividades pertinentes ao estágio em que lhes for solicitado seu auxílio. A monitoria é realizada por dois alunos selecionados pela coordenação do Curso de Direito.

Embora não faça parte do quadro docente da Uniplac, e preste serviço voluntário, ao colaborador incumbe as mesmas atividades desenvolvidas pelos professores orientadores. Atualmente conta com os serviços de um juiz colaborador.

A cada ano 50 estagiários oriundos do 9º e 10º semestre do Curso de Direito atuam no Escritório Modelo.

O Escritório Modelo do Curso de Direito da UNIPLAC, ajuizou nas varas cíveis e criminais da comarca de Lages os seguintes processos conforme quadro¹³⁴ abaixo:

TABELA 6 - Processos na Comarca de Lages

CARTÓRIO	INATIVOS	ATIVOS	TOTAL
Varas Cíveis (1ª, 2ª, 3ª e 4ª, Vara da Fazenda, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos e Juizado Especial).	686	59	745
Varas Criminais (1ª, 2ª e 3ª)	205	36	241
Vara da Família, Órfãos e Sucessões, Infância e Juventude	617	444	1061
TOTAIS	1508	539	2047

Fonte: Dados fornecidos diretamente pela Comarca de Lages, em 21.08.2001.

Da análise do quadro acima, podemos constatar, que o Escritório Modelo, possuía em data de 21.08.01, quinhentos e trinta e nove processos em andamento. Chama-se a atenção ao número de processos em andamento na Vara da Família, Órfãos e Sucessões, Infância e Juventude, que chega a quatrocentos e quarenta e quatro, tendo em vista que a

¹³⁴ Dados fornecidos em data de 21/08/01, às 9:00 horas, pelo Fórum da Comarca de Lages (SC).

clientela é bem maior na área da família, onde os problemas também são maiores. Do total de 539 processos ativos, apenas 95 não são da área da família, o que equivale a 17,62 % . Assim, 82,38% dos clientes do Escritório Modelo estão relacionados com a área da Família, Órfãos e Sucessões, Infância e Juventude.

Importante destacar, que na Vara da Família, Órfãos e Sucessões, Infância e Juventude da Comarca de Lages¹³⁵, em data de 21.08.01, tinha 7.769 (sete mil e setecentos e sessenta e nove) processos em andamento. Desta forma, de acordo com os dados acima, podemos afirmar que o Escritório Modelo tem 5,72% dos processos ativos (em andamento) da Vara da Família.

Nos anos de 1999 e 2000, entre os meses de fevereiro e dezembro o Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ, efetuou 1266 atendimentos às pessoas carentes, conforme abaixo discriminado. Salienta-se que não há atendimento nos meses de janeiro, tendo em vista as férias coletivas desse setor.

TABELA 7 - Casos Atendidos no EMAJ

ANO	AÇÕES AJUIZADAS	AÇÕES NÃO AJUIZADAS	TOTAL
1999	354	228	582
2000	247	77	324
Total	601	305	906

TABELA 8 – Ações Ajuizadas

ANO	AÇÕES ARQUIVADAS COM SENTENÇA DE MÉRITO	AÇÕES ARQUIVADAS SEM SENTENÇA DE MÉRITO	AÇÕES EM ANDAMENTO	TOTAL
1999	161	86	107	354
2000	88	25	134	247
TOTAL	249	111	241	601

¹³⁵ A população de Lages (SC), conforme o Censo Demográfico de 2000 é de 156.966 (cento e cinquenta e seis mil e novecentos e sessenta e seis). www.censo.gov.br/ibge/popul. [Disponível em 17.09.2001]

No ano de 1999 o número de atendimentos foi mais expressivo. Esse fato se justifica devido à paralisação recomendada pela OAB/SC¹³⁶ em 1987 e que se estendeu até julho de 1998, refletindo em um maior atendimento pelo EMAJ até 1999. Após esse ano, os atendimentos diminuem uma vez que a OAB/SC, através de seus advogados reiniciam os atendimentos as pessoas carentes. Observa-se que do total dos casos atendidos, 65% foram, ajuizados, equivalendo a 601 processos.

3.2 Perfil dos Clientes do Escritório Modelo

Com o advento da Lei nº 8.662/93 que regulamenta o Serviço Social, e estabelece princípios que preconizam a defesa dos direitos humanos, civis, sociais e políticos, a defesa da democracia, e da qualidade dos serviços prestados à população vem sendo ampliado e redirecionando o agir profissional dos assistentes sociais.

Entretanto, não é somente o Serviço Social que vem repensando sua atuação, diversos profissionais têm refletido sua prática, devido à realidade social que se apresenta uma vez que exigem respostas mais eficazes, olhares mais críticos e maiores alternativas de intervenção, de forma que os diversos direitos estampados na Constituição brasileira sejam efetivados.

Dentro dessa perspectiva, uma prática que vem contribuindo para a construção de um conjunto de ações mais eficazes e uma melhor qualidade dos serviços prestados, não só por assistentes sociais, mas por vários profissionais e instituições, tem sido aquela realizada numa perspectiva interdisciplinar, onde cada profissional, com seu papel e funções específicas, buscam a troca, a reciprocidade, o conhecer do outro profissional, imbuídos de visões e percepções do mundo diferenciadas, com objetivos comuns de buscarem a solução aos problemas e questões da sociedade que se apresenta.

¹³⁶ A OAB/SC recomendou em Ata da Seção Ordinária do Conselho Seccional em 11/10/95 uma paralisação da prestação dos serviços de assistência judiciária que se estendeu até 09/07/98. O motivo da paralisação foi a cobrança ao Poder Executivo, no sentido de quitar o débito existente referente aos serviços da Defensoria Dativa. Estes dados foram fornecidos diretamente pela Comissão de Defensoria Dativa da OAB/SC.

Quando se fala em trabalho interdisciplinar e na construção de novos paradigmas, a ciência jurídica é uma das áreas que também tem buscado repensar o seu papel na resolução dos conflitos e nas formas de acesso à justiça. Este repensar tem sido construído, principalmente a partir da Constituição de 1988, que alargou os horizontes instituindo novos direitos.

Neste sentido, os operadores do direito, passaram a articular suas ações em conjunto com profissionais de outras áreas, na busca de uma dimensão social e política que atenda mais e melhor às necessidades de uma coletividade. Esta articulação parte da perspectiva de que, trabalhar com a consensualidade das diferenças teóricas, enriquece a prática, auxilia na intervenção e contribui para a efetivação de resultados eficazes no que se refere ao direito dos cidadãos.

Visto por este viés, o Núcleo de Prática Jurídica da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, através do Escritório Modelo do Curso de Direito, vem construindo uma prática condizente com as atuais formas de pensar. Neste sentido, tem se orientado não apenas pela objetivação do aprendizado de seus acadêmicos, mas pela efetivação de um projeto profissional cujo princípio é o atendimento de qualidade, compatível com o estágio de desenvolvimento do conhecimento na área jurídica e social, comprometido com a efetivação de um processo de cidadania dos usuários daquele serviço.

No escritório Modelo de Direito da UNIPLAC, a modernização e a qualidade dos serviços prestados são uma busca constante em virtude da atualização teórica empreendida pelos profissionais que desenvolvem suas atividades, e pelo trabalho conjunto realizado entre Direito e Serviço Social. Essa interação entre esses profissionais e profissões, permite o enriquecimento de ações, a construção de alternativas para a melhoria da qualidade e agilidade na busca de soluções de conflitos.

É justamente da experiência do trabalho desenvolvido com uma grande demanda e pelo fato deste trabalho estar voltado na maioria das vezes ao atendimento de famílias, que vivenciam crises familiares e econômicas, que o Serviço Social, em reflexões conjuntas com os profissionais do Escritório Modelo, pensou em conhecer melhor a clientela atendida por esse órgão prestador do serviço. Da preocupação de uma intervenção qualificada com essa demanda surgiu a idéia de ser elaborado pelo Serviço Social do

EMAJ, através dos cadastros e triagens realizadas nos anos de 1999 e 2000, o perfil do usuário.

O que se almeja com a realização deste trabalho é buscar a qualidade dos serviços e do atendimento prestado, assim como a interação jurídica e social, com vistas à efetivação da cidadania.

O perfil¹³⁷ que será apresentado a seguir trata-se de um levantamento realizado a partir dos cadastros feitos nas triagens do Serviço Social do EMAJ. Este levantamento objetiva o conhecimento de uma realidade setorial, que poderá contribuir para futuros encaminhamentos de melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Os dados que serão apresentados se referem ao ano de 2000, compreendido entre os meses de março a novembro. Quanto aos meses de janeiro e dezembro, não ocorreram atendimentos tendo em vista as férias coletivas do setor e dos estagiários, respectivamente. O levantamento englobará apenas os clientes que foram identificados através de cadastros preenchidos, pois alguns casos não passam pela triagem do Serviço Social¹³⁸, desta forma o número de clientes computados será menor do que o número de ações trabalhadas no EMAJ durante o ano de 2000.

O levantamento foi efetuado a partir de 214 pessoas registradas na triagem, num total de 247 ações ajuizadas e 77 ações não ajuizadas.

TABELA 9 – Perfil dos Clientes - Sexo

NÚMERO DE ATENDIMENTOS	FEMININO	MASCULINO	PERCENTUAL	TOTAL
214	161	53		
	75%	24,77%	100%	

¹³⁷ O perfil dos usuários do Escritório Modelo foi realizado pelo Setor de Assistência Social do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade do Planalto Catarinense, pela Assistente Social Cláudia Patrícia Rosal. Esses dados que passarão a ser analisados são de grande importância para que a prestação do serviço prestado pelo EMAJ seja de fato direcionada a essa clientela específica e para que sejam buscadas formas de enfrentamento dos obstáculos ao acesso à justiça em Lages (SC).

¹³⁸ Os casos que não passaram pela triagem do Serviço Social do EMAJ são os seguintes: clientes que retornam ao Escritório para entrar com novo pedido judicial, processos que são substabelecidos por outros advogados ao EMAJ, processos em que os advogados do EMAJ são nomeados pelo juiz (curador, processo crime)

Fonte: Assistência Social do EMAJ

TABELA 10 – Perfil dos Clientes - Idade

Entre 17 a 21 anos	De 22 a 30 anos	De 31 a 35 anos	De 36 a 40 anos	De 41 a 45 anos	De 46 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 61 anos	Total
16	49	36	31	20	20	23	19	214
7,48%	22,90%	16,82%	14,49%	9,35%	9,35%	10,75%	8,88%	100%

Fonte: Assistência Social do EMAJ.

TABELA 11 – Perfil dos Clientes - Estado Civil

SOLTEIRO	CASADO	SEPARADO JUDICIALMENTE	DIVORCIADO	VIÚVO	TOTAL
79	82	18	9	26	214
36,91%	38,31%	8,41%	4,21%	12,15%	100%

Fonte: Assistência Social do EMAJ.

Dentre os solteiros a situação se afigura da seguinte forma:

- 06 vivem em concubinato e juridicamente estão separados
- 01 vive em concubinato e juridicamente é divorciado
- 25 vivem em concubinato e nunca foram casados antes
- 02 vivem em concubinato e são viúvos (as) do primeiro casamento
- 09 vivem em concubinato e juridicamente estão casados.

TABELA 12 – Perfil dos Clientes - Naturalidade

Lages (SC)	Outros municípios	Outros Estados	Total
119	77	18	214
55,60%	35,98%	8,41%	100%

Fonte: Assistência Social do EMAJ.

TABELA 13 - Perfil dos Clientes - Número de Filhos

Nenhum	01	02	03	04	05	Mais de 05	Total
15	70	64	34	14	5	12	214
7,00%	32,71%	29,90%	15,88%	6,54%	2,33%	2,33%	100%

Fonte: Assistência Social do EMAJ.

TABELA 14 – Perfil dos Clientes - Grau de Escolaridade

1º Grau incompleto	1º Grau Completo	2º Grau Incompleto	2º Grau Completo	3º Grau Incompleto	Superior	Analfabeto	Total
147	29	07	13	2	5	6	214
68,70%	13,55%	3,27%	6,10%	0,93%	2,34%	2,80%	100%

Fonte: Assistência Social do EMAJ.

Quanto aos dados pessoais dos clientes atendidos no EMAJ, podemos destacar a diversidade de características. No que se refere ao **sexo**, as mulheres são em maior número 75,23%, isso se dá devido ao alto número de investigações de paternidade e de ação de alimentos, em que a mãe assiste ou representa seus filhos. Estes dados demonstram as mudanças nos padrões de comportamento sofridas nas últimas décadas, principalmente quando observamos as mudanças do papel da mulher na sociedade. A mulher começa a ultrapassar as barreiras domésticas, e passa a ser a provedora, exigindo seus direitos, sem preconceitos ou vergonha.

A **faixa etária** varia bastante, evidenciando a abrangência das pessoas que procuram os serviços do EMAJ.

Outro aspecto a ser destacado é o **estado civil** dos clientes. Apesar de **38,31%** serem casados, não se pode deixar de destacar a presença de uniões sem casamento.

A queda do número de filhos evidenciado no presente trabalho confirma a pesquisa do IBGE de 1990, para o qual, as famílias dos anos 90 possuem em média 2,5 filhos, em contraposição aos anos 60, cuja média era de 6,3 filhos.

Constata-se ainda o grande número de **pessoas com o 1º grau incompleto**, o que corresponde a **68,70%** evidenciando o baixo nível de instrução dos clientes do

EMAJ, significando que o acesso dessas pessoas a determinadas informações é bem restrito. No que se refere ao acesso à justiça, torna-se ainda mais complexo uma vez que estas pessoas não têm acesso a informações e orientações jurídicas. Esse trabalho, de prestar informação e orientação através do EMAJ, é efetuado buscando maneiras claras e objetivas, pois são grandes as dificuldades de entendimento de pequenas questões por parte destas pessoas.

Tabela 15 - Perfil dos Clientes Rendimento Mensal

Nenhum	Até 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	De 2 a 3 salários mínimos	De 3 a 4 salários mínimos	Total
68	60	56	19	11	214
31,77%	28,04%	21,49%	8,88%	5,14%	100%

Fonte: Assistência Social do EMAJ.

Dentre as 214 pessoas atendidas 46 possuem carteira assinada, e 68 não possuem rendimento, ou seja, estão desempregadas, correspondendo a 31,77%. No que se refere aos dados profissionais, a clientela varia entre domésticas e professores, e demonstra os baixos salários a que estão submetidos os trabalhadores de Lages (SC) que não é diferente da situação brasileira como um todo. Sendo que 28,03% recebem um salário mínimo mensal, ou seja, a maioria.

Quanto à casa própria, constatou-se que 54,20% possuem casa própria, 15,76% vivem em casa alugada e 28,04% vivem em casas cedidas/emprestadas. No que se refere a possuir automóvel, 90,65% das pessoas não o possuem.

Cumpra-se salientado que a casa própria a que se referem os clientes, 37,38%, possuem suas casas em áreas da prefeitura, o que é chamado de área verde, e por essa razão não foram adquiridas e sim doadas pela prefeitura local.

Os dados acima descritos servirão para uma melhor visualização do trabalho que vem sendo desenvolvido e para suporte para que a partir dele, possamos melhorar o atendimento, que há de estar voltado à realidade e necessidade de cada cidadão que procura o EMAJ. A expectativa é que esse levantamento seja o primeiro passo dado para a construção de outros projetos, sempre tendo em vista a qualidade do ensino, da pesquisa e

da extensão a que se propõe o estágio de Prática Jurídica. Por outro lado, a participação efetiva da Universidade no enfrentamento das barreiras ao acesso à justiça à população de Lages (SC), cumprindo assim seu papel transformador da sociedade.

3.3 Os mecanismos de efetivação da cidadania através do estágio e da prática jurídica

O Curso de Direito da Universidade do Planalto Catarinense, UNIPLAC, entende ser função primordial do estágio o desenvolvimento de atividades nas áreas civil e penal. Essas atividades, por sua vez, visam a suprir as necessidades das camadas mais carentes da população.

Na área civil, ocorre a prestação de assistência judicial e extrajudicial, quando os estagiários, acompanhados pelos orientadores, atendem às camadas mais carentes da população, prestando assistência a pessoas economicamente necessitadas, que procuram o EMAJ, em todas as fases necessárias ao conhecimento das peculiaridades de cada caso: entrevista, elaboração de petição inicial, protocolização, acompanhamento do processo, realização de audiências, até a entrega da prestação jurisdicional. Na área penal, a atuação dos estagiários dá-se na maioria das vezes através de nomeação judicial dos professores orientadores (advogados) e demais procedimentos, e quando o cliente procura o escritório modelo.

Faz-se necessário salientar que além do estágio curricular, que é esse trabalho realizado dentro das dependências do Escritório Modelo, o EMAJ também proporciona ao estagiário uma forma de estágio diferenciado. A Universidade, através do EMAJ, desloca-se até os bairros mais distantes prestando seus serviços onde estão os clientes, pois é na periferia que se aglutinam as pessoas alijadas do processo econômico e, conseqüentemente, sem condições de contratar um profissional da área jurídica.

Embora o EMAJ fosse destinado ao atendimento jurídico da camada mais pobre da população, muitos representantes dessa camada insistiam em não procurá-lo. Mas, porque isso acontecia? Isto é, por que, mesmo tendo à disposição serviço jurídico

especializado e gratuito, algumas pessoas insistiam em abrir mão desse benefício? Ouvidas as comunidades, ficou evidente que havia clareza sobre os benefícios proporcionados pelo trabalho do estágio no Escritório Modelo, mas havia também empecilhos de ordem social e econômica que impossibilitavam o acesso, tais como: falta de dinheiro para se deslocarem à Universidade, mães que não tinham com quem deixar os filhos, clientes que não tinham como tirar cópias de documentos e/ou autenticá-los e ainda a ignorância sobre seus direitos e deveres, entre outros.

Em vista da situação levantada junto à população carente, a Universidade, através de uma das professoras orientadoras do Escritório Modelo elaborou um projeto no qual o acadêmico se desloca até as comunidades, num esforço de aproximação entre o estagiário, a Universidade e o cliente. Essa iniciativa teve sua origem ancorada num programa desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Lages (SC), através do seu plano de **Ação Integrada – O bairro é você**. Foi a partir daí que o Escritório Modelo do curso de Direito deu início ao projeto **A Universidade vai ao bairro**.

No projeto **Universidade vai ao bairro**¹³⁹, os estagiários do Curso de Direito, sob a supervisão dos professores orientadores, prestam serviços jurídicos à população residente na periferia de Lages, bem como desenvolvem um programa da cidadania junto a estas pessoas, a partir de palestras sobre direitos e deveres fundamentais do cidadão, direito de família, direito das sucessões e direito do trabalho.

Os objetivos desse projeto são: aproximar o estágio curricular do curso de Direito através do Escritório Modelo com as exigências acadêmicas e as necessidades das comunidades atendidas; proporcionar aos acadêmicos oportunidades de vivenciar a realidade da clientela atendida pelo Escritório Modelo; levar a Universidade ao bairro através do estágio curricular do Curso de Direito; vincular teoria e prática no processo do estágio curricular, articular parcerias interinstitucionais e buscar a integração entre a UNIPLAC e a comunidade; pesquisar a realidade através do estágio e contribuir para a transformação desta realidade; desenvolver o estágio curricular a partir da prestação de serviços extrajudicial e judicial, nos bairros; contribuir através do estágio curricular para o

¹³⁹ Este projeto foi apresentado em abril de 1999 quando da realização do II Encontro Nacional de Estágio,, em Belo Horizonte –MG, organizado pelo IEL/MG, UFMG e Conselho de Estágio de Minas Gerais., e faz parte de uma coletânea publicada pelas instituições acima referidas.

esclarecimento à comunidade economicamente necessitada sobre os Direitos e Deveres Fundamentais do cidadão.

A operacionalização do projeto foi iniciada, em maio de 1997 com a participação conjunta da Secretaria de Ação Comunitária da Prefeitura de Lages (SC), a qual agendava as datas e horários de atendimento e definia os bairros a serem atendidos pelos acadêmicos. O trabalho desenvolveu-se em três momentos.

No primeiro momento, compreendido entre o período de maio a outubro de 1997 aconteceu a prestação de serviços, extrajudiciais e judiciais, quando se fez o atendimento, a partir de consultas e encaminhamentos de processos ao fórum, conforme o caso.

Já no primeiro semestre de 1998, ocorreu o segundo momento, atendendo à solicitação da própria comunidade, foram realizadas palestras com as seguintes temáticas: direitos e deveres fundamentais do cidadão; direito de família, registro civil, direito das sucessões e direito do trabalho. E num terceiro momento, entre o meses de abril de 1997 e março de 1998, fez-se a divulgação da prestação dos serviços e das palestras, através da distribuição de cartazes em pontos chave dos bairros como: supermercados, bares, escolas, igrejas, mercearias etc. Saliente-se que a própria comunidade se encarregou da tarefa de divulgação, que contou, ainda, com os serviços de radiodifusão.

Inicialmente para a execução das palestras foram envolvidos 35 estagiários e a professora coordenadora do projeto. Ao todo 73 pessoas foram beneficiadas com a prestação de serviços e, aproximadamente, 90 assistiram às palestras.

Para a execução do projeto, contou-se coma parceria da Prefeitura Municipal de Lages, através de sua secretaria da Ação Comunitária e da Educação. As escolas municipais (CAIC) se encarregavam de fornecer e organizar o espaço físico necessário para o desenvolvimento das atividades. Foi utilizada também a infra-estrutura do estágio curricular do Curso de Direito e a atuação dos acadêmicos do Curso de Direito dos 9º e 10º semestres.

Depois dessa primeira experiência, tornou-se prática do EMAJ essa prestação de serviços diferenciada. Assim, além da função pedagógica, o Escritório Modelo presta uma

função social adicional, conforme demonstrado até aqui e no quadro abaixo. Nos últimos 6 anos, o atendimento prestado à comunidade carente de Lages e região, importou em:

TABELA 16 – Ações Protocoladas e Consultas

ANO	AÇÕES PROTOCOLADAS NO EMAJ, INCLUINDO NOMEAÇÕES DO CRIME	CONSULTAS	TOTAL
1995	460	*	460
1996	622	*	622
1997	633	623	1.256
1998	829	477	1.306
1999	584	441	1.025
2000	335	318	653
TOTAL	3.463	1.859	5.322

* consultas computadas somente a partir do ano de 1997.

Fonte: EMAJ da UNIPLAC.

Entretanto, na constante busca de melhorar o estágio, sua prestação de serviço, o EMAJ também está preocupado em demonstrar ao estagiário, futuro operador jurídico, a realidade social a que está inserido. Assim como também, preocupa-se o EMAJ em proporcionar o acesso à justiça, não apenas via ajuizamento de ações, mas diferenciar seu atendimento, com vistas a proporcionar o efetivo acesso à justiça, que presta orientação e informação jurídica pré-processual e pós-processual. Um acesso à justiça efetivo que oriente os cidadãos sobre seus direitos e quando for caso, de posse desses conhecimentos, que possa o cidadão optar pela solução do seu problema, conflito ou que possibilite esclarecê-lo sobre suas dúvidas a ponto de sentir-se senhor de seu futuro. Se não for esse o objetivo do cidadão, que seja esclarecedor sobre que decisão deve tomar diante de uma situação jurídica seja ela qual for, em termos de direitos básicos do cidadão, mas que saiba identificar que está diante de um problema jurídico.

Com a perspectiva de que o estágio seja um instrumento capaz de efetivamente capacitar os profissionais do futuro e de proporcionar o efetivo acesso à justiça, o EMAJ desenvolveu e pretende continuar desenvolvendo o projeto denominado **A Universidade vai ao bairro**.

Assim, é intenção do EMAJ fomentar ações, envolvendo o maior número de acadêmicos, professores do Curso de Direito, psicologia, odontologia, pedagogia e demais

parcerias interinstitucionais e comunidade, buscando desvelar a realidade da região. Ao mesmo tempo, instrumentalizam-se os acadêmicos e os preparam para agir a partir das necessidades da comunidade, previamente levantadas, procurando a vinculação teoria e prática e permitindo ao processo de estágio, como um todo, rever suas políticas de operacionalização e de atualização de conteúdos curriculares, bem como de práticas pedagógicas do curso.

3.4 Pesquisa de campo: conhecendo na prática a construção do acesso à justiça

Manter uma assistência jurídica para atender a demanda dos cidadãos é, sobretudo, a satisfação de uma necessidade premente, tanto do ponto de vista da garantia do direito de acesso à justiça quanto do ponto de vista pedagógico, já que esse acesso é proporcionado através do estágio de Prática Jurídica, contribuindo para a democratização do judiciário na medida em que garante o acesso através da assistência prestada.

Tal direito só é efetivamente garantido quando o serviço é viável e prestado com respeito aos indivíduos envolvidos.

A presente pesquisa de preocupações referentes ao efetivo acesso à justiça, qual seja, proporcionar o acesso pré-processual, com orientações jurídicas claras e de fácil entendimento, processual (ajuizamento de ações) e pós-processual, de informações sobre o que fazer com a resposta do judiciário, é de fundamental importância. O serviço proporcionado através do Escritório Modelo de Assistência Jurídica, do Curso de Direito da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, não está apenas preocupado com o acesso, mas com seu efetivo acesso.

Tratando-se de uma clientela que requer cuidado e atenção especiais, diferenciada de outros setores e que deve ser considerada em sua especificidade: carentes jurídica e financeiramente. Não se está tratando apenas de uma fria qualidade de serviço, mas, sobretudo da qualidade de vida das pessoas envolvidas.

3.5 Metodologia de Pesquisa

3.5.1 Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral

Analisar o estágio de Prática Jurídica, oferecido pela UNIPLAC de Lages (SC), enquanto meio ou não de acesso à justiça à população carente.

Objetivos Específicos

- Delimitar o conceito de acesso à justiça;
- Investigar a adequação do acesso à justiça através da Assistência Jurídica Gratuita oferecida pelo Escritório Modelo da UNIPLAC;
- Descrever as atividades do estágio de prática jurídica do Curso de Direito da UNIPLAC;
- Relacionar a atuação do estágio de prática jurídica como um mecanismo de acesso à Justiça;
- Verificar se o estágio de prática jurídica do Curso de Direito, contribui para o exercício da cidadania de seus clientes, através do acesso à justiça.

3.6 Natureza da Pesquisa

A estratégia de pesquisa utilizada neste trabalho configurou-se num estudo descritivo, valendo-se do modo exploratório como meio de levantar questões para futuras discussões ou mudança de procedimentos.

Das diversas formas de definir o estudo descritivo, OLIVEIRA corrobora: “é um tipo de estudo que permite ao pesquisador a obtenção de uma melhor compreensão do

comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam determinado fenômeno¹⁴⁰”.

Quanto à pesquisa exploratória GIL¹⁴¹ afirma que o método objetiva proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, a cerca de determinado fato, o que envolve levantamento bibliográfico e documental, além de entrevistas e estudos de casos.

Para alcançar os objetivos deste estudo conforme ROESCH¹⁴², foi utilizado recurso que a abordagem qualitativa e quantitativa de pesquisa permite, por oportunizar uma maior flexibilidade na análise dos resultados.

A investigação quantitativa levantou dados aparentes, mensuráveis da pesquisa, oportunizando a interpretação e análise, a investigação qualitativa.

TRIVIÑOS¹⁴³ ao analisar a relação quali-quantitativa da pesquisa científica afirma que se for considerado o enfoque histórico-cultural da realidade social pesquisada, é possível assinalar as causas e conseqüências dos problemas, suas condições, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas diferenças quantitativas e realizar um processo de discussão maior ou até de transformação da realidade que interessa ao pesquisador.

3.7 Perguntas de Pesquisa

A fim de responder ao objetivo geral desta pesquisa, foram propostas as seguintes perguntas:

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações teses*. São Paulo: Pioneira, 1999, p.144

¹⁴¹ GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1991.

¹⁴² ROESCH, Sylvia M.A. *Projetos de estágio: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 1996.

¹⁴³ TRIVIÑOS, Augusto N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo – a fenomenologia – marxismo*. São Paulo: Atlas, 1992.

- a) O estágio de prática jurídica da UNIPLAC, através da Assistência Jurídica Gratuita, contribui para o exercício da cidadania de seus clientes?
- b) O estágio de prática jurídica da UNIPLAC promove o acesso à Justiça aos seus clientes?

3.8 Delimitação da Pesquisa

A pesquisa se constituiu pelos clientes do Escritório Modelo, os quais receberam atendimento nos anos de 1999 e 2000, totalizando a população alvo em 601 clientes.

A amostra foi configurada pelos clientes do Escritório Modelo que receberam atendimento naqueles anos totalizando 50 clientes pesquisados.

Os sujeitos da presente pesquisa foram:

- a) indivíduos cujas ações ajuizadas tiveram os processos concluídos durante os anos de 1999 e 2000;
- b) indivíduos cujas demandas não resultaram em ações ajuizadas, ou seja, aqueles que independente dos motivos, não tiveram encaminhamento a juízo, durante os anos de 1999 e 2000.
- c) indivíduos cujas ações ajuizadas em 1999 e 2000, ainda estão em andamento.

3.9 Plano de Coleta e Análise de Dados

Os dados primários foram coletados através de entrevistas estruturadas, conduzidas por meio de instrumento elaborado especificamente para este fim, na forma de

questionário composto por perguntas fechadas, num total de 12 perguntas, conforme anexo nº 6.

Já os dados secundários foram coletados mediante a consulta de documentos oficiais, publicações periódicas, relatórios técnicos e didático-pedagógicos das atividades e registros do Escritório Modelo, objetivando a análise documental, bem como o levantamento bibliográfico que norteou as conclusões deste trabalho.

3.9 Análise dos dados Amostrais

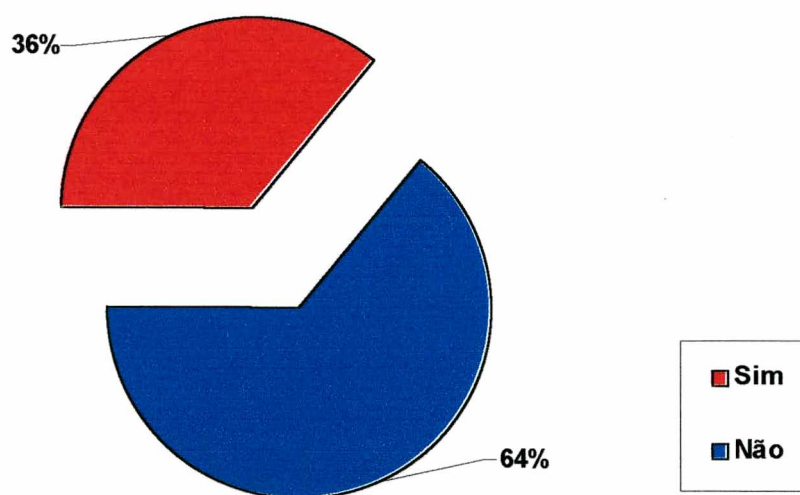


GRÁFICO 1 - *Procura anterior de outros profissionais*

Fonte: Projeto de Pesquisa – Sirlane de Fátima Melo Brüggemann.

Dos 50 clientes pesquisados, 32 equivalentes a 64% do total, antes de ir ao Escritório Modelo, não procuraram outros profissionais para resolver seus problemas. Sendo que 18 clientes, correspondente a 36%, procuraram outros profissionais antes de buscar o Escritório Modelo, para a resolução de seus problemas.

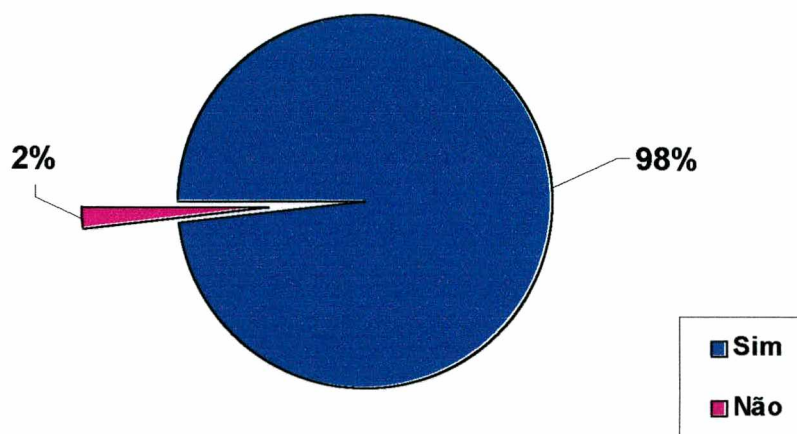


GRÁFICO 2 - Primeiro Atendimento EMAJ

Fonte: Projeto de Pesquisa – Sirlane de Fátima Melo Brüggemann.

Dentre os 50 pesquisados 49 clientes responderam ter sido a primeira vez que procuraram o Escritório Modelo, o que equivale a 98%, sendo que um respondeu não ser a primeira vez que procurou o EMAJ, correspondendo a 2%.

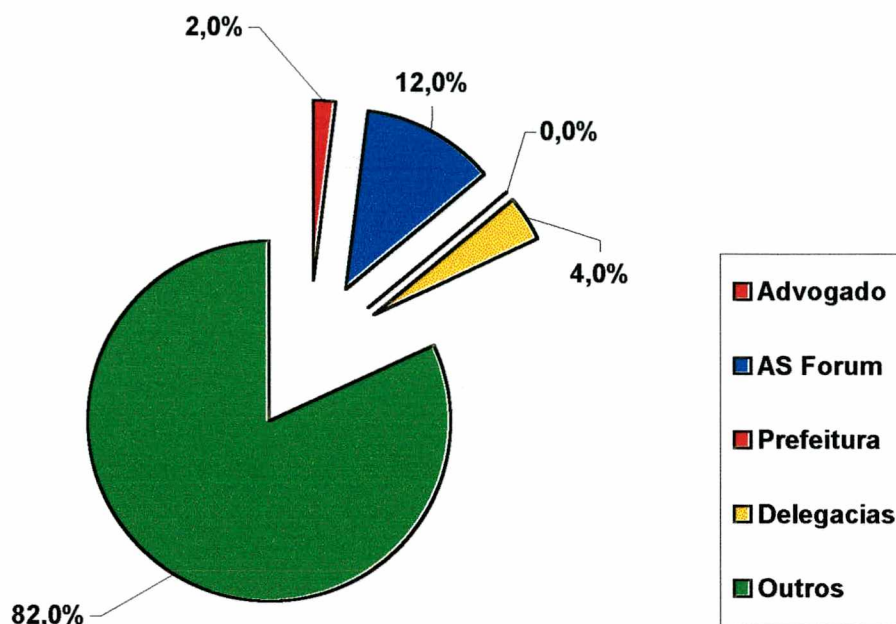


GRÁFICO 3 - Origem do encaminhamento

Fonte: Projeto de Pesquisa – Sirlane de Fátima Melo Brüggemann.

Dos pesquisados, 41 pessoas responderem que o encaminhamento para o EMAJ foi outros, conforme demonstraremos a seguir, correspondendo a 82%, e 6 responderam que foram encaminhados pelas Assistentes Sociais do Fórum, o que equivale a 12%. 2 responderam que foram encaminhados pela delegacia de polícia, equivalendo a 4%, 1 foi encaminhado por advogado, e ninguém respondeu que foi encaminhado pela prefeitura da cidade de Lages(SC). Nesta questão priorizou-se inicialmente as opções que se julgava serem as mais freqüentes em relação aos encaminhamentos, ou seja, orientações recebidas a partir de advogados ou de órgãos comumente atuantes no atendimento das classes menos favorecidas nestes casos. Entretanto, como se percebe a seguir a origem do encaminhamento está mais ligada ao pequeno núcleo de convívio do cliente.

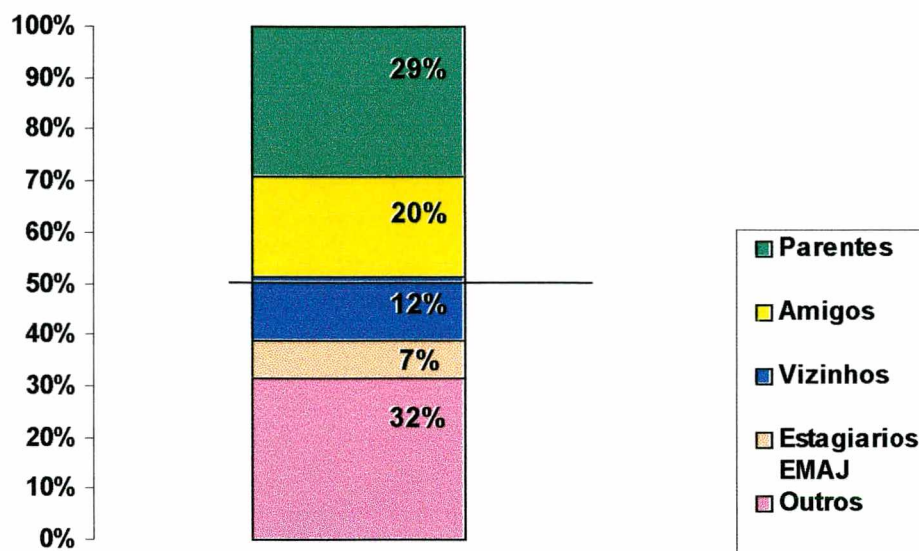


GRÁFICO 4 - Outras origens do encaminhamento

Fonte: Projeto de Pesquisa – Sirlane de Fátima Melo Brüggemann.

Dentre os clientes que responderam terem sido encaminhados por outras fontes na questão número 3, observou-se que em sua maioria foram encaminhados por parentes (29%), amigos (20%), vizinhos (12%) e estagiários (7%). Os demais, 13 clientes, foram encaminhados da seguinte forma: Assistente Social do UNIPLAC (3), INSS (2), patrão (1), Conselho Tutelar (1), INSS (1). Ainda, existe 1 caso em que o cliente não lembrou quem o encaminhou e outro que foi chamado por ser parte contrária no processo. As informações acima parecem indicar que é no núcleo de convivência mais próximo que a maioria dos clientes tomam conhecimento da disponibilidade e gratuidade dos serviços prestados pelo EMAJ, o que alerta para a importância de um futuro acompanhamento mais detalhado desta questão.

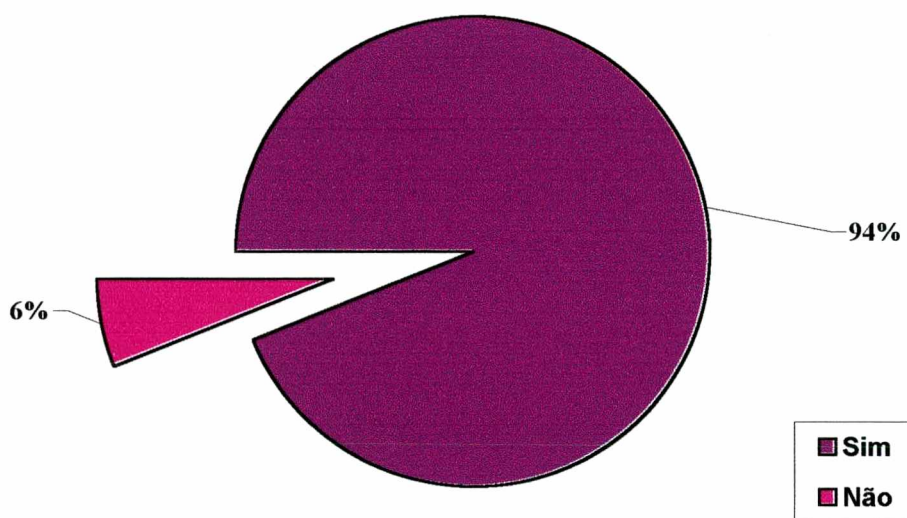


GRÁFICO 5 - *Obteve no EMAJ orientação clara a respeito dos seus direitos?*

Fonte: Projeto de Pesquisa – Sirlane de Fátima Melo Brüggemann.

Dos respondentes, 47 afirmaram que obtiveram do EMAJ orientação clara à respeito dos seus direitos, correspondendo a 94%, 3 responderam que não obtiveram orientações claras, correspondendo a 6%.

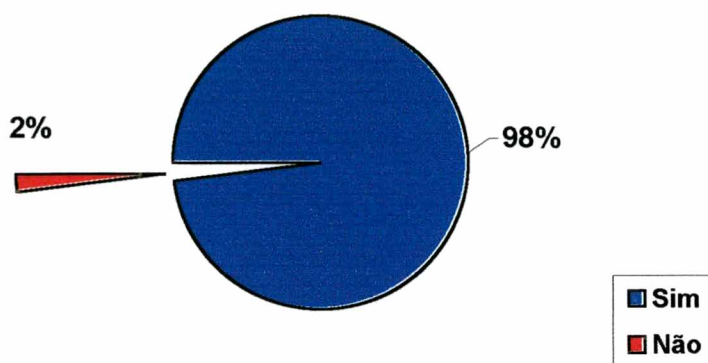


GRÁFICO 6 - *Foi orientado através do EMAJ sobre as possibilidades jurídicas de resolução de seus problemas?*

Fonte: Projeto de Pesquisa – Sirlane de Fátima Melo Brüggemann.

Dentre os 50 clientes pesquisados, 49 responderam que foram orientados através do EMAJ sobre as possibilidades jurídicas de resolução de seus conflitos, sendo que apenas 1 respondeu não ter sido orientado.

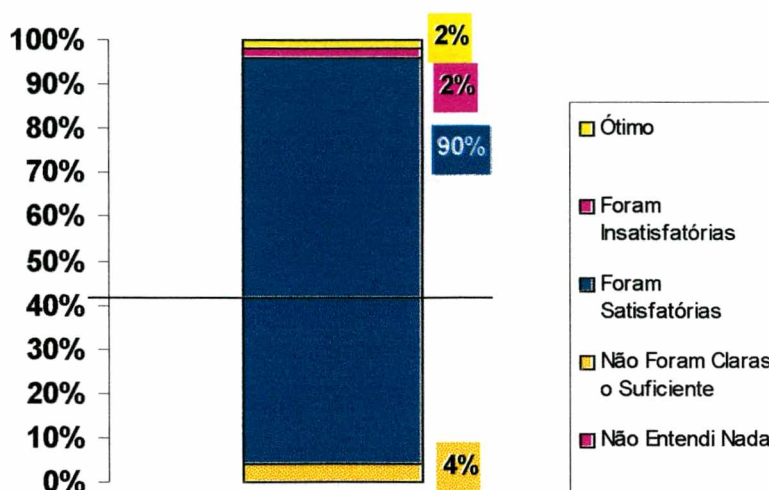


GRÁFICO 7 - *Quanto às orientações e informações sobre o andamento do seu processo prestadas pelo EMAJ*

Fonte: Projeto de Pesquisa – Sirlane de Fátima Melo Brüggemann.

Dentre os pesquisados 90 responderam terem sido satisfatórias as orientações e informações prestadas pelo EMAJ sobre o andamento de seus processos. Constatou-se no dia-a-dia do atendimento que os clientes têm dificuldade em diferenciar as funções do EMAJ e as do Poder Judiciário (Fórum), claramente observado quando da aplicação da pergunta número 7. Quando comumente reclamaram da demora do andamento de seus processos no fórum, por vezes sem entender que a etapa até o ajuizamento da ação é a que está afeta ao EMAJ.

Processos	Ajuizados	
Sim	38	76%
Não	12	24%
Total	50	100%

Conforme observado no Tabela 6, dos 906 casos atendidos pelo EMAJ entre 1999 e 2000, 305 não foram ajuizados, equivalente a cerca de 34% dos casos. Na amostra pesquisada os casos não ajuizados corresponderam a 24% de forma que somente 38 clientes são respondentes na questão número 7.

A margem de 24% dos processos não ajuizados corresponde aos casos computados na questão 10, quanto ao motivo do não ajuizamento.

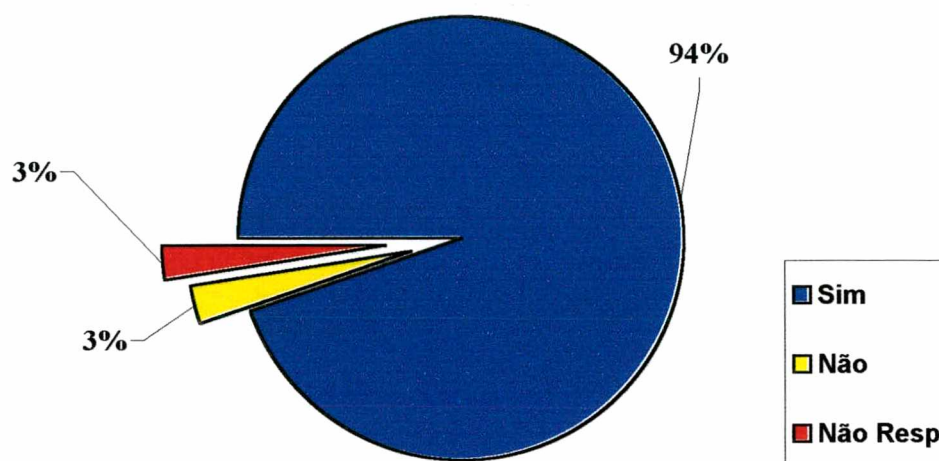


GRÁFICO 8 - *Quanto ao ajuizamento da sua ação, no que dependeu do serviço do EMAJ, teve agilidade?*

Fonte: Projeto de Pesquisa – Sirlane de Fátima Melo Brüggemann.

Na pesquisa observa-se que dos 38 processos ajuizados pelo EMAJ, 36 já haviam obtido resolução, equivalendo a 95% do total ajuizado.

Dos 38 clientes que tiveram seus processos ajuizados 94% consideraram que houve agilidade no ajuizamento por parte do EMAJ. 1 cliente respondeu negativamente e outro não respondeu.

Processos Concluídos		
Sim	32	84%
Não	6	16%
Total	38	100%

Na Tabela 7, observou-se que dos 601 processos ajuizados pelo EMAJ entre 1999 e 2000, 360 foram concluídos, equivalentes à cerca de 60% dos casos. Na amostra pesquisada os casos concluídos corresponderam a 84%, de forma que somente 32 clientes são respondentes na questão número 8. A margem de 60% dos processos não concluídos corresponde aos casos computados na questão 11, quanto ao motivo da não conclusão.

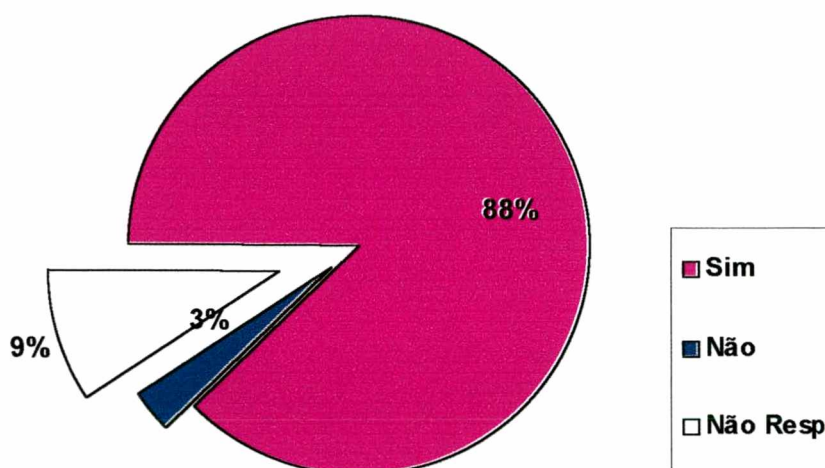


GRÁFICO 9 - *Quando da conclusão do processo, obteve orientação do EMAJ sobre seus encaminhamentos?*

Fonte: Projeto de Pesquisa – Sirlane de Fátima Melo Brüggemann.

Dos 32 clientes que tiveram seus processos concluídos 88% consideraram que obtiveram orientação do EMAJ sobre seus encaminhamentos. Um cliente respondeu negativamente e 3 não responderam.

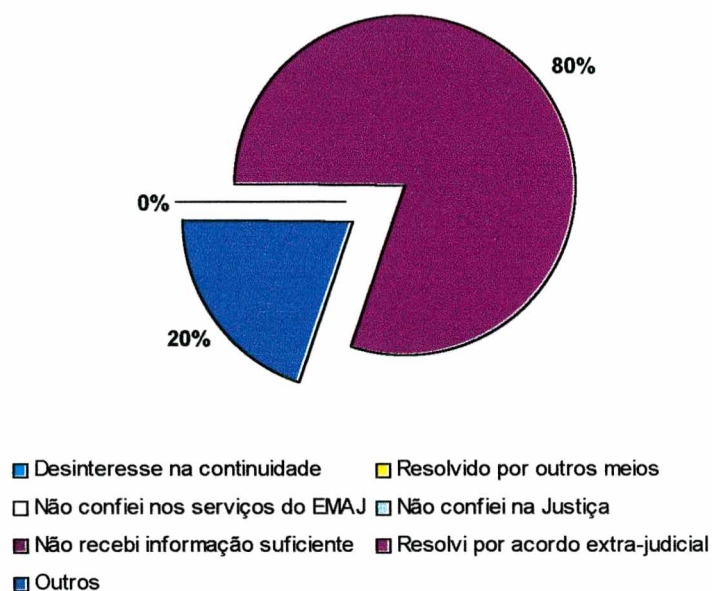


GRÁFICO 10 - *Se solicitou arquivamento do processo antes do seu término, por quê o fez?*

Fonte: Projeto de Pesquisa – Sirlane de Fátima Melo Brüggemann.

5 dos 6 processos ajuizados pelo EMAJ e não concluídos, solicitaram o arquivamento do processo, sendo que 4 destes (80 % dos casos) foram resolvidos por acordo extra-judicial promovido pelo EMAJ no transcorrer do litígio. Um processo encontra-se suspenso aguardando providências à cargo de outra instituição (INSS). O caso restante foi arquivado por ser outra a comarca competente para o ajuizamento da ação.

Processos Ajuizados		
Sim	38	76%
Não	12	24%
Total	50	100%

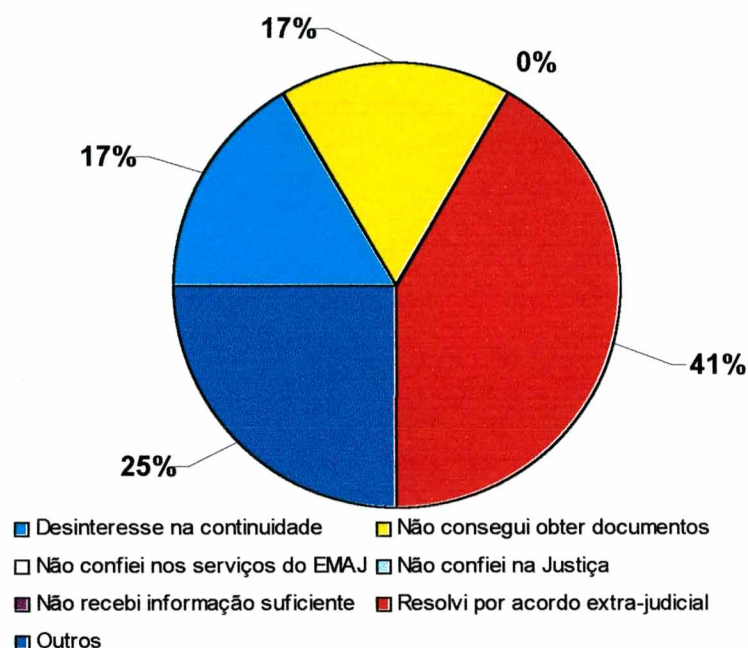
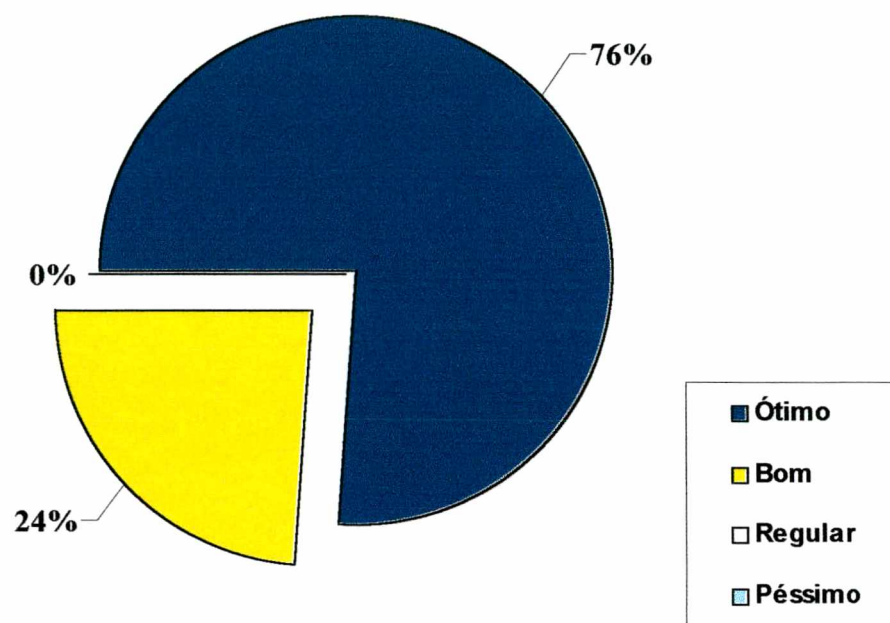


GRÁFICO 11 - *Se solicitou o não ajuizamento da ação por que o fez?*

Fonte: Projeto de Pesquisa – Sirlane de Fátima Melo Brüggemann.

Dos casos de não ajuizamento, 42% foram resolvidos através de acordo prévio promovido com a participação do EMAJ. Dos demais casos, dois clientes (17%) não conseguiram obter a documentação necessária para o ajuizamento da ação. Na prática diária observou-se ser relativamente freqüente a ocorrência destes problemas por parte dos clientes. Outros 17% se desinteressaram pela continuidade do processo. Os três demais casos restantes dizem respeito a um processo de outra jurisdição e dois processos de cliente que se reservaram no direito de não explicitar o motivo da desistência.

Neste item, fica registrado a considerável atuação do EMAJ no conciliamento de significativa parte dos casos que se apresentam.



Fonte: Projeto de Pesquisa – Sirlane de Fátima Melo Brüggemann.

Quanto a qualidade do atendimento prestado pelo EMAJ, 76% dos clientes o consideraram ótimo, e 24% bom.

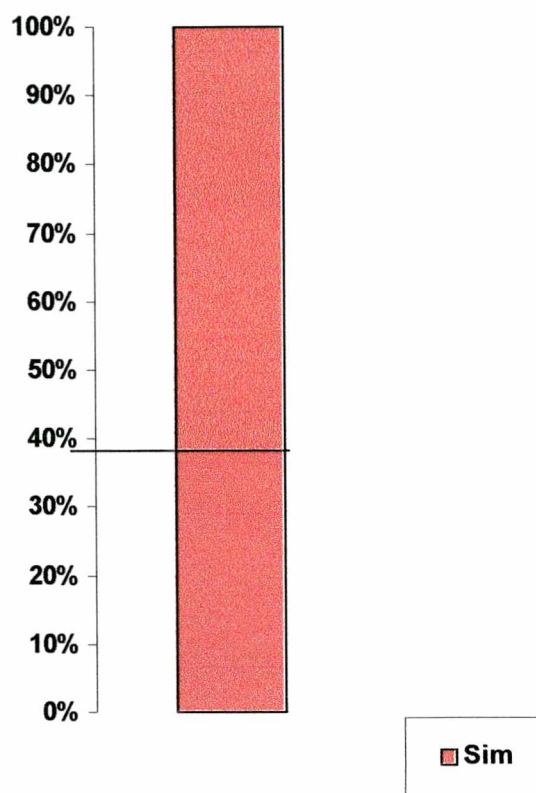


GRÁFICO 13 - *Se tivesse outro problema na área jurídica, procuraria o EMAJ novamente?*

Fonte: Projeto de Pesquisa – Sirlane de Fátima Melo Brüggemann.

Questionados os clientes sobre a propensão para procurar o EMAJ novamente, caso tivessem outro problema na área jurídica, todos responderam afirmativamente.

Da análise da pesquisa é possível concluir o seguinte:

1 – Dentre os pesquisados, 98% procurou pela primeira vez os serviços do EMAJ, sendo que 64% não procurou outros profissionais da área jurídica antes de ir ao EMAJ. Isso significa que o EMAJ de Lages é referência para estas pessoas, ou seja, sequer procuraram outros profissionais, indo diretamente ao EMAJ na busca de solução para seus problemas jurídicos.

2 – No que se refere à origem de encaminhamento dos pesquisados para o EMAJ, observa-se que inclusive advogados fazem esse encaminhamento, demonstrando a seriedade e credibilidade do EMAJ. Por outro lado, a grande maioria dos encaminhamentos é feita através de vizinhos e parentes do convívio do cliente. Fica claro que o núcleo de amizade e familiar, por ser confiável, é um grande divulgador dos serviços do EMAJ na prestação do serviço.

3 – Nas perguntas de número 4 e 5, 94% dos pesquisados afirmaram que obtiveram orientações claras sobre os seus direitos. Da mesma forma, no que se refere a orientação sobre as possibilidades jurídicas de resolução dos problemas dos pesquisados, onde 98% respondeu afirmativamente. Restando dessa forma, evidenciado que o EMAJ vem proporcionando a conscientização dos direitos do cidadão, com orientações jurídicas claras. O acesso efetivo à justiça, que envolve também as orientações pré-processuais, está sendo trabalhado pelo EMAJ, demonstrando que ele proporciona o acesso efetivo à justiça neste ponto. Conclui-se também, pelo viés pedagógico, que os estagiários, através de seus conhecimentos adquiridos no curso de Direito são conhecedores de seu papel social e profissional quanto à conscientização da sociedade em que estão inseridos.

4 – Quanto ao ajuizamento da ação e informações sobre o andamento do processo, os pesquisados entenderam que tais serviços estão satisfatórios. Entretanto, consta-se no dia-a-dia do atendimento que os clientes têm dificuldades em distinguir as funções do EMAJ das funções do Poder Judiciário (Fórum), claramente observadas quando da aplicação da pergunta número 7. Nas respostas a essa pergunta, os pesquisados comumente reclamaram da demora no andamento de seus processos no Fórum, por vezes sem entender que a etapa até o ajuizamento da ação é a que esta afeta ao EMAJ. É de serem

considerados essas dúvidas dos clientes para esclarecê-los melhor. Uma opção pode se dar através da realização de curtas palestras no momento em que os clientes se encontram no aguardo do seu atendimento. Isto pode ser feito em conjunto, pelos estagiários e assistente social, amparados pelo professor orientador, no início de cada período de funcionamento do estágio.

5 – Quanto à orientação pós-processual, outro elemento do efetivo acesso à justiça, quando das respostas à pergunta número 8, observou-se que esse serviço vem sendo prestado. Porém, é necessário enfatizar regularmente aos estagiários, que quando do atendimento aos clientes, os informem com linguagem compreensível, sobre os encaminhamentos quando do término do processo, para que eles não tenham dúvidas sobre o que fazer com a prestação jurisdicional já concluída.

6 – Nas respostas às perguntas de número 9 e 10, restou evidenciado que o EMAJ vem promovendo a resolução dos conflitos, sem necessidade de ajuizamento da ação, o mesmo acontecendo com as ações já ajuizadas. Importante destacar que mesmo a ação estando ajuizada, o EMAJ empenha-se para a realização de acordo, sendo tais acordos trabalhados em conjunto pelos estagiários, professores orientadores e assistentes social. Esse fato leva a conclusão de que o EMAJ é uma alternativa eficiente, um estimulador da resolução de conflitos, sem a interferência do Judiciário, o que desafoga a Justiça, e faz com que a população de Lages e região sintam-se satisfeita e mais feliz pela solução de seus conflitos com rapidez.

7 – No que tange à qualidade do atendimento prestado pelo EMAJ existe manifesta satisfação dos clientes em relação à prestação dos serviços, particularmente no que se refere à atuação da equipe de pessoal, restando claro que essa parcela da população está sendo tratada com respeito, seriedade e dignidade, e não de forma paternalista. Este fato é corroborado quando das respostas à pergunta de número 12, onde os pesquisados afirmaram em unanimidade que se tivessem outro problema na área jurídica procurariam novamente o EMAJ.

Por fim, a presente pesquisa levou à conclusão de que o EMAJ é um órgão importante no resgate dos direitos e obrigações do cidadão, na educação para a cidadania, na aproximação da população à justiça, em Lages e região, cumprindo a um só tempo sua

função pedagógica e social, proporcionando o Estágio de Prática Jurídica aos seus acadêmicos com qualidade e propiciando, com eficiência, o efetivo acesso à justiça.

3.11 Estágio de prática jurídica: potencialidades

O vocabulário estágio significa “exercício, prática, tirocínio”, conforme FERREIRA¹⁴⁴, e por tirocínio CURY, explica que em “latim significa recruta, soldado recém-alistado, e por comparação, significa também novato, aprendiz que é exatamente o sinônimo mais próximo de estagiário¹⁴⁵”.

Desta forma por estágio entende-se a formação prático-profissional necessária em determinada área.

O estágio curricular obrigatório do Curso de Direito de Lages (SC), atento a determinação da Portaria 1886/94-MEC, também está preocupado com a qualidade dessa formação, e por consequência, que os futuros profissionais que ele coloca no mercado, sejam conscientes de seu papel transformador na sociedade.

Para análise do estágio curricular de prática jurídica, RODRIGUES, diz ser o estágio um “conjunto de atividades destinadas ao aprendizado técnico de uma profissão¹⁴⁶”. Pretendendo com essa afirmação dizer que é necessário o aprendizado técnico, proporcionando ao acadêmico acesso a uma variedade de atividades, não ficando adstrito apenas nas atividades do advogado, mas também nas demais atividades dos operadores do direito. É certo que os Cursos de Direito devem dar a visão geral das demais atividades dos operadores jurídicos, uma vez que seria um tanto difícil, para os cursos capacitarem os alunos para as várias atividades jurídicas.

¹⁴⁴ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo dicionário da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.579.

¹⁴⁵ CURY, Carlos Roberto Jamil, *Anais. I Encontro Nacional de Estágios: aspectos éticos e legais.*, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997, p. 38.

¹⁴⁶ RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Ensino jurídico e direito alternativo*, São Paulo: Acadêmica, 1993, p.219.

Nos moldes da portaria 1886/94 do MEC, que fixa as novas diretrizes curriculares para o Curso de Direito, LÔBO ao analisar a portaria compreende que “*o estágio assumiu sua real função pedagógica, a de formação prática do estudante de direito, sem a característica anômala de alternativa para seleção profissional*¹⁴⁷”.

Como visto, para além da questão pedagógica e/ou da formação profissional do operador do Direito, na medida em que as atividades desenvolvidas pelos escritórios de prática jurídica visam, além de proporcionar o estágio obrigatório aos acadêmicos, objetivam também, a garantia do acesso à justiça, através da prestação de assistência jurídica gratuita, na forma do Artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição brasileira, é inegável que sua existência, manutenção e aprimoramento prestam-se, em última análise, a contribuir para o efetivo exercício da cidadania daqueles que procuram ali a solução para seus conflitos jurídicos advindos das relações em sociedade, com o que se constituem instrumentos relevantes para este fim.

As atividades desenvolvidas pelo Estágio de Prática Jurídica necessitam, em nome da qualidade do ensino, de constante aprimoramento, sempre com o fito de não só possibilitar maior acesso à justiça das pessoas e comunidades carentes, como também viabilizar uma desejável integração universidade-sociedade, como um importante instrumento de cidadania.

Conforme a pesquisa realizada neste trabalho, o EMAJ demonstrou ser um instrumento eficiente de aproximação do cidadão à justiça, assim como um transformador da sociedade em que está inserido, uma vez que vem proporcionando o efetivo acesso à justiça conscientizando a população carente sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

O Estágio de Prática Jurídica do curso de Direito da UNIPLAC, pode ir além, pois seu potencial é grande, não em número de atividades, além das que já exerce, mas em continuar prestando tais atividades com qualidade e seriedade, preparando seus alunos para a realidade social que os espera, enquanto operadores do direito, e não apenas como técnicos jurídicos.

¹⁴⁷ LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Comentários ao estatuto da advocacia**, Brasília: Jurídica, 1996, p.82.

Dentre as potencialidades do Estágio de Prática Jurídica, as quais são desenvolvidas no EMAJ, através da Assistência Jurídica Gratuita, identificam-se as seguintes:

- a) tendo em vista o horário atual de funcionamento do EMAJ, que é no período matutino das 8h às 12h, e no vespertino das 13h30min. às 17h30min., importante seja repensado esse horário, entre a UNIPLAC, Coordenação do Curso de Direito e Coordenação do Estágio, pois seria importante seu funcionamento à noite, onde se atenderia às necessidades da clientela que está impossibilitada de procurar os serviços do EMAJ no horário em que ele está disponível;
- b) propiciar estágio integrado com os alunos do Curso de Psicologia, recentemente instalado na UNIPLAC;
- c) fazer convênios com órgãos e instituições, onde seus funcionários que tenham baixa renda possam ser atendidos pelos serviços disponibilizados pelo EMAJ;
- d) promover palestras, através de convênios, com escolas Municipais de Lages e região, sobre os direitos e deveres do cidadão, sendo que os próprios acadêmicos seriam os palestrantes, previamente orientados pelos professores orientadores;
- e) firmar convênio entre a Universidade, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, visando a instalação de unidade jurisdicional (vara), assim como juizados de pequenas causas, dentro do campus, instituindo um instrumento efetivo de melhoria da qualidade do ensino do Curso de Direito, proporcionando e agilizando o acesso à Justiça;
- f) expandir o atendimento, propiciando o deslocamento com regularidade dos estagiários e professores, ou seja, dos serviços do EMAJ, as comunidades vizinhas, para prestarem atendimento jurídico e palestras sobre direitos e deveres do cidadão, assim como sobre áreas do Direito que forem previamente solicitadas pela comunidade;

- g) promover cursos nas mais diversas áreas do Direito, em especial sobre Direitos e Deveres Fundamentais do cidadão. Estes cursos podem ser ministrados para uma clientela variada tais como: acadêmicos de outros cursos da UNIPLAC, grupos de terceira idade, alunos do ensino fundamental e médio, professores das escolas de Lages e região, funcionários de empresas privadas ou não e à população, através das associações de moradores dos bairros.

Destaca-se que estas atividades não se esgotam nas acima elencadas, mas as identificadas, se colocadas em prática, trariam sem dúvida, benefícios aos futuros operadores do direito e à sociedade de Lages e região.

Por certo que essas potencialidades não deixam de ser um desafio para o Curso de Direito, e para o estágio que ele proporciona. Por outro lado os desafios são postos para serem vencidos, e os Cursos de Direito, através de seus estágios, possuem plenas condições de enfrentar esses desafios e vencê-los. E chegado o momento de os estágios saírem de seus casulos, abandonar a prestação de assistência paternalista, para colaborarem de forma expressiva para a libertação dos cidadãos, através da conscientização de seus direitos, e isto não é utopia!

A experiência do EMAJ, ministrando palestras e atendendo á população carente de Lages e região, demonstra que é possível fazer mais, ir além, firmando convênios com os órgãos e instituições interessadas, a fim de mudar a realidade que ora se apresenta.

A sociedade tem fome de conhecimento, porém, se ela não pode ir até a Universidade para saciar essa fome, é urgente que a Universidade saia para além de seus muros, e vá ao encontro dela. O EMAJ de Lages (SC), comprovou que a sociedade espera a Universidade de braços e coração abertos, sempre.

Não resta dúvida de que a Universidade, através do Curso de Direito, por meio do Estágio de Prática Jurídica é o elo entre a educação e a cidadania, ambas tão escassas no Brasil, mas essenciais para que a dignidade da pessoa humana não seja apenas promessa, mas realidade.

Importante ressaltar, que o EMAJ , além do acesso que proporciona, e por causa dessas atividades que desenvolve é um gerador de mudanças na formação profissional, bem como no perfil dos novos operadores do Direito. Desta forma, vem cumprindo os princípios que norteiam o estágio de Prática Jurídica, de promoção da dignidade da pessoa humana e dos direitos a ela inerentes, prestigiando a prestação de serviços comunitários através da prática pedagógica, pesquisa e extensão. Assim, insere o estagiário nos problemas sociais da vida comunitária, prezando sempre pela ética como instrumento de aprimoramento humano e profissional, promovendo por meio do estágio, conforme já demonstrado, o seu comprometimento com o ensino aprendizagem, com vistas a uma formação humanística e crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas primeiras páginas do trabalho, demonstrou-se que o modelo jurisdicional adotado pelo Estado contemporâneo é fruto de profundas e freqüentes modificações ao longo do desenvolvimento das sociedades. Atualmente, nota-se uma monopolização – e neste aspecto nem poderia deixar de ser – por parte do Estado na tarefa de disciplinar a convivência social.

O Estado, desta forma, como detentor exclusivo de solução de conflitos não consegue cumprir sua função, e não consegue enxergar que a sociedade, devido à dinâmica social, assiste ao nascimento de novos direitos, e ansiosa por solucionar com rapidez e com menos custos os processos, entre tantas outras necessidades, reclama com urgência por soluções alternativas de seus conflitos.

A busca pela pacificação social, mesmo que a solução não venha do Estado. Ressalte-se que o legislador brasileiro, atento e sensível aos reclamos da sociedade atual, de aproximar e relacionar os aspectos jurídicos, sociais e políticos dentro do sistema processual, criou formas de atuação inovadoras, tais como a Ação Popular (Lei 4.717/65); os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei 9.099/95) a Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), a Defensoria Pública – ficando sob sua responsabilidade a orientação e defesa dos necessitados, como a determinação que a assistência jurídica integral e gratuita será prestada aos que comprovarem insuficiências de recursos, entre outras.

Frente a essas novas perspectivas, é que o presente trabalho tratou do Acesso à Justiça, conforme delineado na Constituição brasileira de 1988, considerada de vanguarda em alguns aspectos, traz, com sua promulgação uma série de modificações, demonstrando a dinâmica do pensamento do legislador, tendente a proporcionar um mais efetivo acesso à justiça. Entretanto, suas promessas não restaram concretizadas.

Inegável é que a Constituição de 1988 preocupou-se em assegurar os direitos fundamentais do cidadão, entre eles, o acesso à justiça. Fenômenos como a globalização está levando as populações mais pobres a um empobrecimento cada vez maior- o que atinge diretamente o Brasil -, sendo elas as grandes vítimas das desigualdades e injustiças sociais, o que as leva necessariamente a não poderem exercer seus direitos, pois eles estão diariamente sendo violados, levando a triste constatação de que a cidadania é inexistente ou lhes foi castrada.

A visão de cidadania adotada pela Constituição brasileira de 1988, onde ser cidadão significa participar no processo do poder, ter consciência de seus direitos e deveres, de forma a contribuir para o crescimento de todos, sendo desta forma senhor do seu próprio destino, é apenas uma expectativa. Os brasileiros sequer sabem o que é ser cidadão. E isso não é apatia, eles têm outras preocupações primordiais como: alimentação, educação, saúde e moradia. O mínimo, para viverem com dignidade

É responsabilidade de toda a sociedade e do Estado comprometer-se nesse processo moroso e árido de fazer com que a dignidade da pessoa humana saia do papel, e se concretize afinal, diminuindo as desigualdades sociais. Quanto à conscientização para educação em Direitos, ela não é utopia. Há possibilidade para sua realização desde que a sociedade se organize para participar. Não basta ser cidadãos, é necessário sê-lo na sua integralidade ou se estará fazendo da democracia um faz-de-conta. A população há de participar para libertar-se.

Desta forma, não é suficiente que os direitos estejam constitucionalmente assegurados, é necessário que tais direitos sejam de fato acessíveis e palpáveis, que os meios de acesso à justiça sejam proporcionados não para uma minoria, mas que todos possam usufruir desses meios em sua integralidade.

Existe ainda, um sentimento generalizado de preocupação sobre as dificuldades em que se encontra o Poder Judiciário Nacional, de forma a exercer suas funções jurisdicionais com imparcialidade, celeridade e segurança.

Essa realidade afeta diretamente o acesso à justiça, pois o sentimento de descrédito em relação ao Poder Judiciário tornou-se voz corrente entre a população.

Em que pesem as tentativas, algumas bem sucedidas do judiciário em buscar formas alternativas de resolução das disputas, como a conciliação, mediação e arbitragem, fatores outros interferem, levando à população a desacreditar no judiciário, tais como: a morosidade e o grande volume dos processos, números restrito de servidores e juízes eminentemente técnicos. Ainda há que ser ressaltado o truncamento assinalado na lei processual que acaba por burocratizar e emperrar o já tortuoso caminho judicial.

Diante destas constatações, o cidadão está cada vez mais distante do judiciário, porém, novas práticas de aproximação do cidadão ao judiciário, e de efetivo exercício da cidadania estão a cada dia mais presentes. Entre tantas, é a assistência jurídica gratuita, objeto do presente trabalho, remodelada, dinâmica e conscientizadora, seja através das Defensorias Públicas, de associações de bairros, ou através dos Escritórios Modelo do Curso de Direito.

No Estado de Santa Catarina o acesso à justiça é apenas “parcial”, pois não foi implantada a Defensoria Pública, e sim outra forma, cuja prestação é feita pela OAB, que são: a Defensoria Dativa e a Assistência Judiciária Gratuita, a ser prestada por advogado. A comunidade carente tem que contar com a disponibilidade de advogado para prestar o serviço, serviço esse que se restringe ao ajuizamento da ação tão-somente, não existindo assim, o serviço de conscientização jurídica do cidadão. A assistência jurídica integral e gratuita está sendo prestada com distinção pelos Escritórios Modelo dos Cursos de Direito existentes no Estado.

Tem se destacado como um meio eficaz de democratização da justiça, o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos estudantes de Direito, através do Escritório Modelo de

Assistência Jurídica Gratuita de Lages (SC), que buscam de forma personalizada proporcionar o acesso à justiça integral à população desprovida de recursos.

Procura-se manter a qualidade do serviço prestado pelos dos estagiários através de constantes atualizações teóricas desenvolvidas pelos profissionais que geram suas atividades junto aos Escritórios Modelo e pela interdisciplinaridade cada vez mais presente nesses estágios, pelo trabalho conjunto, com assistentes sociais e psicólogos, entre outros profissionais. Em alguns cursos de direito já estão implantadas as varas universitárias, o que só vem agregar valor para a qualidade do ensino e para proporcionar o acesso à justiça de forma organizada e competente, a um número cada vez maior da população. Mostram-se os estágios jurídicos, especialmente o modelo de Lages (SC), com competência para proporcionar o efetivo o acesso à justiça, demonstrando dessa forma seu comprometimento com o ensino e com a transformação da sociedade.

Buscar o resgate ou implantar mecanismos no sentido de fazer valer os direitos do cidadão, com o efetivo acesso à justiça, envolve não só, especificamente, os objetivos do Curso de Direito da Universidade do Planalto Catarinense, mas deve ultrapassar a academia, atingindo toda a sociedade.

A experiência do estágio do Curso de Direito de Lages, demonstrou através da amostragem realizada, que a população pesquisada está realmente sendo conscientizada de seus direitos e, como consequência natural, está apta a exercitá-los, contribuindo dessa forma para a transformação da sociedade em que estão inseridos.

Restou comprovado que o EMAJ do Curso de Direito da UNIPLAC, através de seus estagiários é um instrumento de conscientização da cidadania, sendo portanto, um elo importante de aproximação entre a população pesquisada e a justiça, demonstrando assim, que ele cumpre seu objetivo sócio-pedagógico, confirmando o objetivo do presente estudo.

GLOSSÁRIO

ACESSO À JUSTIÇA: É a garantia que o cidadão possui, como faculdade, de acionar o judiciário.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA: é aquela que “propicie ao interessado todos os instrumentos jurídicos necessários antes, durante e posteriormente ao processo judicial e mesmo extrajudicialmente, quando aquele não for necessário.” (Horacio Wanderlei RODRIGUES, **Acesso à justiça no direito processual brasileiro**, p.59). E por gratuita deve-se entender, que o interessado que fizer uso dela ficará isento de despesas.

CIDADANIA: além de gozar o cidadão dos direitos políticos, e ter assegurado os direitos fundamentais, a idéia de cidadania hoje é de participação do indivíduo, do seu agir de modo a construir seu destino.

CIDADÃO: aquele que possui e exerce os direitos fundamentais constitucionalmente assegurados.

DEMOCRACIA: “é um processo de convivência social em que o poder emana do povo, há de ser exercido diretamente ou indiretamente pelo povo e em proveito do povo; é um meio para que se realizem valores essenciais de convivência humana, que se

traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem.” (José Afonso da SILVA, **Curso de direito constitucional positivo**, p. 111)

DIREITOS SOCIAIS: “são direitos que objetivam criar condições materiais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade e referem-se à seguridade, ao trabalhador, educação, cultura, família, criança, adolescente, idoso e meio ambiente.” (Idem, p.253-4)

ESTADO: “é a ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território”. (Dalmo de Abreu Dallari, **Elementos da teoria geral do estado**, p.101).

ESTADO DE DIREITO: o Estado deve ter como objetivo principal a harmonia dos poderes legislativo, executivo e judiciário, de forma que o poder público tenha no seu agir transparência de seus atos.

ESTADO SOCIAL: o individualismo liberal gerou uma minoria detentora dos meios de produção, e por outro lado, gerou uma maioria sacrificada pela grande carga horária de trabalho e remuneração insuficiente, fazendo nascer as desigualdades sociais. O Estado Social, “Welfare State”, ou Estado Providência, por seu turno, objetivando mudar a realidade até então vivida, assume uma nova postura, sendo intervencionista, preocupado com o social.

ESTÁGIO: “é atividade teórica preparadora de uma práxis, enquanto estágios curriculares são as atividades que os alunos deverão realizar durante o seu curso de formação, junto ao campo futuro de trabalho.” (Selma Garrido PIMENTA, **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?**, p.21).

EMAJ: Escritório Modelo de Prática Jurídica.

JURISDIÇÃO: o Estado chama a si a solução dos conflitos e atua como substituto das partes legitimadas a agir, fazendo a atuação da vontade imparcial, neutra e concreta da Lei, através da execução de seus julgados.

PROCESSO: “é a seqüência de atos, praticados pelos órgãos judiciários e pelas partes, necessários à produção de um resultado final, que é a concretização do direito, ou seja, a sua realização no caso concreto e em última instância.” (Leonel Severo ROCHA, **Teoria geral do processo**, p.161)

PESSOA CARENTE: é aquela pessoa que não possui condições financeiras de arcar com as despesas inerentes ao acesso à justiça, sem prejuízo do seu próprio sustento.

PODER JUDICIÁRIO: é um dos três poderes da República, ao qual é incumbida a tarefa de aplicar a lei, uma vez provocado pela parte interessada.

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

UNIPLAC: Universidade do Planalto Catarinense

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Roberto A. R. de. **A crise da advocacia no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1991.

_____. **O que é justiça - uma abordagem dialética**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

ALVES, Catão. **Do conceito do direito**. Brasília: TRF 1ª Região, 1993.

ALVES, J. A. Lindgren. Cidadania, direitos humanos e globalização. **Revista Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro, n.7, p.92-110, 2º sem. 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **Justiça: Promessa e Realidade - O Acesso à Justiça em Países Ibero Americanos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

BASTOS, Celso R; MARTINS, Ives G. **Comentários da Constituição do Brasil**. v.2, São Paulo: Saraiva, 1989.

BLASI, Paulo Henrique. **A descentralização como instrumento da Justiça Social**. Conferência Nacional da OAB. Florianópolis, maio 1982.

BUENO, Cassio Scarpinella. Reforma processual e acesso à justiça. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 772, p. 79-85, fev. 2000.

BULHÕES, Antonio Nabor A. **Legislação Processual e Acesso à Justiça**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB, XV, 1995, Foz do Iguaçu. São Paulo, JBA Comunicações, 1994.

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Constituições do Brasil**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1981.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Antonio Fabris: 1988.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. **Acesso à justiça: juizados especiais cíveis e ação civil pública: uma nova sistematização da teoria geral do processo**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

CARVALHO, Luiz Paulo Vieira. Acesso à Justiça: Defensoria Pública e reforma do Judiciário. **Revista Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro, n.7, p. 51-54, 1999.

CINTRA, Antônio Carlos de A. GRINOVER, Ada P. e DINAMARCO, Cândido R. 17. ed. **Teoria geral do processo**. São Paulo: Malheiros, 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. A nova cidadania. In: **Conferência Nacional da OAB**, XIV, Brasília: OAB, set. 1993.

Constituição da República Federativa do Brasil, 27 Ed. Atualizada. São Paulo: Saraiva, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estágio nas licenciaturas. In: **Encontro Nacional de Estágios: aspectos éticos e legais**. I. 1997, Curitiba. Anais...Curitiba:Universidade Federal do Paraná, 1997.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O futuro do estado**. São Paulo: Moderna, 1980.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM.
www.gdde.pt/pt/dh/ijdh/ptdh 1.htm.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 9. ed. São Paulo:Malheiros, 2001.

DOBROWOLSKI, Silvio. Harmonização, no âmbito do mercosul, das garantias constitucionais e processuais dos direitos fundamentais e o acesso à justiça. **Seqüência**. Florianópolis, UFSC, n.37, p. dez. 1998.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 12.ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FARIA, José Eduardo (Org.). **Direito e justiça : A função social do judiciário**. São Paulo: Ática, 1989.

FELIX, Loussia P. Musse. **Avaliação dos cursos jurídicos: trajetória e bases conceituais**. Ensino Jurídico da OAB, Brasília: Conselho Federal da OAB, 1997.

FRANCO, Vera Lúcia A.A.M. **Conclusões da área de ciências jurídicas**. In:I Encontro Nacional dos Estágios: aspectos éticos e legais, Curitiba, UFPR, ago., 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**.São Paulo:Atlas, 1991.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Assistência judiciária e acesso à justiça. In: **Novas tendências do direito processual**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

GUÉRIOS, Cristiana Melo Matiniuk. **O acesso à justiça através da assistência jurídica gratuita: limitações e avanços**. Dissertação não publicada da UFSC, 1999.

GUSMÃO, Paulo Dourado. **Introdução à ciência do direito**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

KELSEN, Hans. *¿Qué es justicia?* Barcelona: Ariel, 1982.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LAVIGNE JR., Arthur. As liberdades econômicas e o princípio da igualdade. In **CONFERÊNCIA NACIONAL DOS ADVOGADOS**. VIII. 1980, Manaus. Anais...Manaus: 1980.

LEAL, Luciana Nunes. **Indicadores sociais dão salto em 7 anos**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 5 abr. 2001.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica**. 5. ed. São Paulo:Revista dos Tribunais, 2001.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. Justiça social: acesso às maiorias não privilegiadas. In **Anais da IX Conferência Nacional dos Advogados**. Justiça social. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 1982.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao estatuto da advocacia**. 2. ed. Brasília: Jurídica, 1996.

MAMEDE, Gladston. **Hipocrisia: o mito da cidadania no Brasil**. On Line (abril/2001). Endereço Eletrônico: www.jus.com.br.

_____. Neoliberalismo e desadministrativização. **Revista de Informação Legislativa**. n. 81, jul./set, p. 151-159, 1995.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. **Assistência Jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil : o acesso à justiça e os institutos fundamentais do direito processual**. São Paulo: RT, 1993.

MAZZILI, Hugo Nigro. O acesso à justiça e o ministério público. **Revista dos Tribunais**. n. 638, p. 241-249, dez. 1988.

MORAIS, José Luis Bolzan de. **Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição**. Porto Alegre:Livraria do Advogado, 1999.

NALINI, José Renato. **O juiz e o acesso à justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Manual da monografia jurídica**. 3. ed. São Paulo:Saraiva, 2001.

OLIVEIRA, Olga Maria B.A. **Monografia Jurídica: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de curso**. Porto Alegre: Síntese, 1999.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** São Paulo: Pioneira, 1999.

PASOLD, Luiz Cesar. **A função social do estado contemporâneo.** Florianópolis: ed. do Autor, 1984.

PILATI, José Isaac. O ensino Jurídico na Universidade e depois da Universidade. Florianópolis: **Álter Ágora**. n.5, p. 70-76, fev. 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

ROCHA, José de Albuquerque. **Estudos sobre o poder judiciário.** São Paulo: Malheiros, 1995.

_____. **Teoria geral do processo.** São Paulo: Saraiva, 1986.

ROCHA, Leonel Severo. Ensino Jurídico e Cultura Política. **Seqüência**, Florianópolis, n.19, p. 78-94, dez. 1989.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Acesso à justiça no direito processual brasileiro.** São Paulo: Acadêmica, 1994.

ROCHA, Leonel Severo. **Ensino jurídico e direito alternativo.** São Paulo: Acadêmica, 1993.

ROCHA, Leonel Severo. Ensino jurídico e realidade social. **Seqüência**, Florianópolis, n. 17, p. 77-87, dez. 1988.

SANCHES, Sydney. Acesso à justiça. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, n. 621, p. 266-269, jul. 1987.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética.** 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SCAFF, Fernando Facury. **Ensino jurídico: o controle público e social da atividade educacional.** OAB Recomenda: Um retrato dos Cursos Jurídicos. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 20. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico.** 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional.** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

SILVA, Octacílio Paula. **Ética do magistrado à luz do direito comparado.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo – a fenomenologia – o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1992.

VIANNA, Luiz Wernneck et al. **Corpo e alma da magistratura brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIEIRA, Francisco Xavier Medeiros. **Cidadania contestada**. Diário Catarinense. Florianópolis. 14 maio 2001.

VIEIRA, Francisco Xavier Medeiros. **Juizados da cidadania. Capacitação à distância**. UFSC, 2000.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes. **Ação civil pública**, 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coord.). **Curso avançado de processo civil**. In: WAMBIER, L.R., 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.1, 2000.

WARAT, Luis Alberto. **Eco- Cidadania e Direito: Alguns aspectos da modernidade, sua decadência e transformação. Sequência**. Florianópolis, n. 21, p. 96-110, jun. 1994.

WATANABE, Kazuo. **Acesso à justiça e sociedade moderna**. In: GRINOVER, Ada Pellegrini, DINAMARCO, Cândido Rangel, WATANABE, Kazuo (Coords.). **Participação e Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

_____. **Assistência judiciária e o juizado especial de pequenas causas**. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 617, p. 251-253, mar. 1987.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

_____. **Ideologia, estado e direito**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

_____. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 2. ed. São Paulo: Acadêmica, 1995.

_____. **Pluralismo jurídico - Fundamentos de uma nova cultura no direito**. São Paulo: Alfa-Omega, 1994.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl . **Poder judiciário - Crise, acertos e desacertos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

ZANON, Artêmio. **Da Assistência jurídica integral e gratuita: comentários á lei da assistência judiciária (lei n.1060, de 5-2-1950, à luz da CF de 5-10-1988)**. São Paulo: Saraiva, 1990.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Legislação Federal.

- a) A Assistência Jurídica Gratuita na Constituição Brasileira de 1988.
- b) A Defensoria Pública na Constituição Brasileira.
- c) Assistência Jurídica Gratuita no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Regulamento Geral do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.
- e) Lei n.º 1060 de 5 de fevereiro de 1950.
- f) Lei Complementar n.º 80 de 12 de janeiro de 1994.

ANEXO 2 – Legislação Estadual.

- a) Assistência Jurídica Gratuita na Constituição do Estado de Santa Catarina.
- b) A Defensoria Pública na Constituição do Estado de Santa Catarina.
- c) Lei Complementar n.º 155 de 15 de abril de 1997.

ANEXO 3 – Legislações Diversas

- a) A Assistência Judiciária Gratuita na Lei n.º 9099, de 26 de setembro de 1995 – Juizados Especiais.
- b) A Assistência Judiciária Gratuita na Lei 8078 – Código de Defesa do Consumidor.
- c) A Assistência Judiciária Gratuita na Lei 8069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

ANEXO 4 – Portarias

- a) Portaria n.º 1886, de 30 de dezembro de 1994, do MEC.
- b) Portaria n.º 3, de 9 de janeiro de 1996, do MEC.

ANEXO 5 – Legislação UNIPLAC.

- a) Regulamento do Estágio de Prática Judiciária, do Curso de Direito da UNIPLAC.

ANEXO 6 – Instrumento de Pesquisa.

ANEXO 7 – Identificação dos Pesquisados

ANEXO 1 – Legislação Federal.

- g) A Assistência Jurídica Gratuita na Constituição Brasileira de 1988.
- h) A Defensoria Pública na Constituição Brasileira.
- i) Assistência Jurídica Gratuita no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.
- j) Regulamento Geral do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.
- k) Lei n.º 1060 de 5 de fevereiro de 1950.
- l) Lei Complementar n.º 80 de 12 de janeiro de 1994.

A ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

(...)

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:

(...)

XIII - assistência jurídica e defensoria pública;

(...)

A DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 21 Compete à União:

(...)

XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

(...)

Art. 22 Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XVII - organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

Art.24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIII - assistência jurídica e defensoria pública;

(...)

SEÇÃO III

DA ADVOCACIA E DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 50 LXXIV.

Parágrafo único. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Art. 135. Às carreiras disciplinadas neste Título aplicam-se o princípio do art. 37, XII, e o art. 39 § 1º.

**A ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA NO ESTATUTO DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Lei 8.906 de 04.07.1994

Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

§ 1º. O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço, tem direito aos honorários fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado.

(...)

Art. 34. Constitui infração disciplinar:

(...) XII - recusar-se a prestar, sem justo motivo, assistência jurídica, quando nomeado em virtude de impossibilidade da Defensoria Pública;

(...)

**REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ORDEM DOS
ADVOGADOS DO BRASIL**

**Publicado no Diário da Justiça, Seção 1, do dia 16.11.94,
págs. 31210 a 31220**

(...)

Art. 9º. Exercem a advocacia pública os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das autarquias, das fundações públicas, estando obrigados à inscrição na OAB, para o exercício de suas atividades.

Parágrafo único. Os integrantes da advocacia pública são elegíveis e podem integrar qualquer órgão da OAB.

Art. 10. Os integrantes da advocacia pública, no exercício de atividade privativa prevista no art. 1º do Estatuto, sujeitam-se ao regime do Estatuto, deste Regulamento Geral e do Código de Ética e Disciplina, inclusive quanto às infrações e sanções disciplinares.

LEI N.º 1060 DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950

Organiza a Defensoria Pública da União, do distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.

Art. 1º. Os poderes públicos federal e estadual, independentemente da colaboração que possam receber dos municípios e da Ordem dos Advogados do Brasil OAB, concederão assistência judiciária aos necessitados, nos termos desta lei (Vetado).

Art. 2º. Gozarão dos benefícios desta lei os nacionais ou estrangeiros residente no país, que necessitarem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho.

Parágrafo único. Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Art. 3º. A assistência judiciária compreende as seguintes isenções:

I - das taxas judiciárias e dos selos;

II - dos emolumentos e custas devidos aos juizes, órgãos do Ministério Público e serventuários da Justiça;

III - das despesas com publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;

IV - das indenizações devidas às testemunhas que, quando empregados, receberão do empregador salário integral, como se em serviço estivesse, ressalvado o direito regressivo contra o poder público federal, no distrito Federal e nos Territórios; ou contra o poder público estadual, nos Estados;

V - dos honorários de advogado e peritos.

Parágrafo único. A publicação de edital em jornal encarregado da divulgação de

atos oficiais, na forma do inciso III, dispensa a publicação em outro jornal.

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§ 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, que afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

§ 2º - A impugnação do direito à assistência judiciária não suspende o curso do processo e será feita em autos apartados.

Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

§ 1º. Defendido o pedido, juiz determinará que o serviço de assistência judiciária, organizado e mantido pelo Estado, onde houver, indique, no prazo de dois dias úteis, o advogado que patrocinará a causa do necessitado.

§ 2º. Se o Estado não houver serviço de assistência judiciária, por ele mantido, caberá a indicação à Ordem dos Advogados do Brasil, por suas Seções Estaduais, ou Subseções Municipais.

§ 3º. Nos Municípios em que não existirem subseções da Ordem dos Advogados do Brasil, o próprio juiz fará a nomeação do advogado que patrocinará a causa do necessitado.

§ 4º. Nos Estados onde a Assistência Judiciária seja organizada e por eles mantida, o Defensor Público, ou quem exerça cargo equivalente, será intimado pessoalmente de todos os atos do processo, em ambas as instâncias, contando-se-lhes em dobro todos os prazos.

Art. 6º. O pedido, quando formulado no curso da ação, não a suspenderá, podendo o juiz, em face das provas, conceder ou denegar de plano o benefício de assistência. A petição, neste caso, será autuada em separado, apensando-se os respectivos autos aos da causa principal, depois de resolvido o incidente.

Art. 7º. A parte contrária poderá, em qualquer fase da lide, requerer a revogação dos benefícios da assistência, desde que prove a inexistência ou desaparecimento dos

requisitos essenciais à sua concessão.

Parágrafo único. Tal requerimento não suspenderá o curso da ação, e se processará pela forma estabelecida no final do art. 6º desta lei.

Art. 8º. Ocorrendo as circunstâncias mencionadas no artigo anterior, poderá o juiz, "ex officio", decretar a revogação dos benefícios ouvida a parte interessada dentro de quarenta e oito horas improrrogáveis.

Art. 9º. Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias.

Art. 10. São individuais e concedidos em cada caso ocorrente os benefícios de assistência judiciária, que se não transmitem ao cessionário de direito e se extinguem pela morte do beneficiário, podendo, entretanto, ser concedidos aos herdeiros que continuarem a demanda e que necessitem de tais favores, na forma estabelecida nesta lei.

Art. 11. Os honorários de advogado e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão atribuídos pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.

§ 2º. A parte vencida poderá acionar a vencedora para reaver as despesas do processo, inclusive honorários do advogado, desde que prove ter a última perdido a condição legal de necessitada.

Art. 12. A parte beneficiada pela isenção de pagamento de custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.

Art. 13. Se o assistido puder atender, em parte, as despesas do processo, o juiz mandará pagar as custas, que serão rateadas entre os que tiverem direito ao seu recebimento.

Art. 14. Os profissionais liberais designados para o desempenho do encargo de defensor ou de perito, conforme o caso, salvo justo motivo previsto em lei ou, na sua omissão, a critério da autoridade judiciária competente, são obrigados ao respectivo cumprimento, sob pena de multa de Cr\$ 1.000 (mil cruzeiros) a Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros), sujeita ao reajustamento estabelecido na Lei n. 6.205, de 29 de abril de 1975, sem prejuízo da sanção disciplinar cabível.

§ 1º. Na falta de indicação pela assistência ou pela própria parte, o juiz solicitará a do órgão de classe respectivo.

§ 2º. A multa prevista neste artigo reverterá em benefício do profissional que assumir o encargo na causa.

Art. 15. São motivos para a recusa do mandato pelo advogado destinado ou nomeado:

1º. estar impedido de exercer a advocacia;

2º. ser procurador constituído pela parte contrária ou ter com ela relações profissionais de interesse atual;

3º. ter necessidade de se ausentar da sede do juízo para atender a outro mandato anteriormente outorgado ou para defender interesses próprios inadiáveis;

4º. já ter manifestado por escrito sua opinião contrária ao direito que o necessitado pretende pleitear;

5º. haver dado à parte contrária parecer escrito sobre a contenda.

Parágrafo único. A recusa será solicitada ao juiz, que, de plano, a concederá temporária ou definitivamente ou a denegará.

Art. 16. Se o advogado, ao comparecer em juízo, não exhibir o instrumento do mandato outorgado pelo assistido, o juiz determinará que se exarar na ata da audiência os termos da referida outorga.

Parágrafo único. O instrumento de mandato não será exigido, quando a parte for representada em juízo por advogado integrante de entidade de direito público incumbido, na forma da lei, de prestação de assistência judiciária gratuita, ressalvados: a) os atos previstos no art. 38 do Código de Processo Civil; b) o requerimento de abertura de inquérito por crime de ação privada, a proposição de ação penal privada ou o oferecimento de representação por crime de ação pública condicionada.

Art. 17. Caberá apelação das decisões proferidas em consequência da aplicação desta lei; a apelação será recebida somente no efeito devolutivo quando a sentença conceder o pedido.

Art. 18. Os acadêmicos de direito, a partir da 4a série, poderão ser indicados pela assistência judiciária, ou nomeados pelo juiz para auxiliar o patrocínio das causas dos necessitados, ficando sujeitos às mesmas obrigações impostas por esta lei aos advogados.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor trinta dias depois da sua publicação no diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.
EURICO G. DUTRA - Adroaldo Mesquita da Costa.

DEFENSORIA PÚBLICA (LDP)
LEI COMPLEMENTAR N. 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994

Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita aos necessitados, assim considerados na forma da lei.

Art. 2º. A Defensoria Pública abrange:

- I - A Defensoria Pública da União;
- II - A Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;
- III - As Defensorias Públicas dos Estados.

Art. 3º. São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Parágrafo único (Vetado).

Art. 4º. São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

- I - promover, extrajudicialmente, a conciliação entre as partes em conflito de interesses;
- II - patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública; III - patrocinar ação civil;
- IV - patrocinar defesa em ação penal;
- V - patrocinar defesa em ação civil reconvir;
- VI - atuar como Curador Especial, nos casos previstos em lei;
- VII- exercer a defesa da criança e do adolescente;
- VII - atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando assegurar à pessoa, sob quaisquer circunstâncias, o exercício dos direitos e garantias individuais;
- IX - assegurar aos seus assistidos, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla, com recursos e meios a ela inerentes;
- X - atuar junto aos Juizados Especiais de Pequenas Causas;
- XI - patrocinar os direitos e interesses do consumidor lesado;
- XII - (Vetado)
- XIII - (Vetado)
- § 1º. (Vetado)
- § 2º. As funções institucionais da Defensoria Pública serão exercidas inclusive contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público.
- § 3º. (Vetado)

TITULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

CAPÍTULO I

Art. 5º. A Defensoria Pública da União compreende:

- I - órgãos de administração superior:
 - a) a Defensoria Pública-Geral da União;
 - b) a Subdefensoria Pública-Geral da União;
 - c) o Conselho Superior da Defensoria Pública da União;
 - d) a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União;
- II - órgãos de atuação:

- a) as Defensorias Públicas da União nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios;
- b) os Núcleos da Defensoria Pública da União;

III - órgãos de execução:

- a) os Defensores Públicos da União nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios.

SEÇÃO I

DE DEFENSOR PÚBLICO-GERAL E DO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA UNIÃO

Art. 6º. A Defensoria Pública da União tem por chefe o Defensor Público-Geral, nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova aprovação do Senado Federal.

§ 1º. (Vetado.)

§ 2º. (Vetado.)

Art. 7º. O Defensor Público-Geral será substituído, em suas faltas, impedimentos, licenças e férias pelo Subdefensor Público-Geral, nomeado pelo Presidente da República, dentre os integrantes da Categoria Especial da carreira, escolhidos pelo Conselho superior, para mandato de dois anos.

Parágrafo único. A União poderá, segundo suas necessidades, ter mais de um Subdefensor Público-Geral.

Art. 8º. São atribuições do Defensor Público-Geral, dentre outras:

- I - dirigir a Defensoria Pública da União, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;
- II - representar a Defensoria Pública da União judicial e extrajudicialmente;
- III - velar pelo cumprimento das finalidades da Instituição;
- IV - integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública

da União;

V - baixar o Regimento Interno da Defensoria Pública-Geral da União;

VI - autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública da União;

VII- estabelecer a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública da União;

VIII - dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública da União, com recurso para seu Conselho Superior;

IX - proferir decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares promovidos

pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União;

X - instaurar processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública da União, por recomendação de seu Conselho Superior;

XI - abrir concursos públicos para ingresso na carreira da Defensoria Pública da União;

XII - determinar correições extraordinárias;

XIII - praticar atos de gestão administrativa, financeiro e de pessoal;

XIV - convocar o Conselho Superior da Defensoria Pública da União;

XV - designar membro da Defensoria Pública da União para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso do de sua lotação, em caráter excepcional, perante Juízes, Tribunais ou Ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;

XVI - requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à atuação da Defensoria Pública;

XVII - aplicar a pena da remoção compulsória, aprovada pelo voto de dois terços do Conselho Superior da Defensoria Pública da União, assegurada ampla defesa; XVIII - delegar atribuições a autoridade que lhe seja subordinada, na forma da lei.

Parágrafo único. Ao Subdefensor Público-Geral, além da atribuição prevista no art. 7º desta Lei Complementar, compete:

I - auxiliar o Defensor Público-Geral nos assuntos de interesse da Instituição;

II - desincumbir-se das tarefas e delegações que lhe forem determinadas pelo Defensor Público-Geral.

SEÇÃO II

DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Art. 9º. O Conselho Superior da Defensoria Pública da União é composto pelo Defensor Público-Geral, pelo Subdefensor Público-Geral e pelo Corregedor-Geral, como membros natos e por igual número de representantes da categoria mais elevada da carreira~eleitos pelo voto obrigatório, por todos os integrantes da Instituição.

§ 1º. O Conselho Superior é presidido pelo Defensor Público-Geral, que, além do seu voto de membro, tem o de qualidade, exceto em matéria de remoção e promoção, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos.

§ 2º. As eleições serão realizadas em conformidade com as instruções baixadas pelo Defensor Público-Geral.

§ 3º. Os membros do Conselho Superior são eleitos para mandato de dois anos, mediante voto nominal, direto e secreto.

§ 4º. São elegíveis dos Defensores Públicos da União que não estejam afastados da carreira.

§ 5º. São suplentes dos membros eleitos de que trata o caput deste artigo os demais votados, em ordem decrescente.

§ 6º. Qualquer membro, exceto os natos, pode desistir de sua participação no Conselho Superior, assumindo, imediatamente, o cargo, o respectivo suplente.

Art. 10. Ao Conselho Superior da Defensoria Pública da União compete:

- I - exercer o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública da União;
- II - opinar, por solicitação do Defensor Público-Geral, sobre matéria pertinente à autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública da União;
- III - elaborar lista tripartite destinada à promoção por merecimento;
- IV - aprovar a lista de antigüidade dos membros da Defensoria Pública da União e decidir sobre as reclamações a ela concernentes;
- V - recomendar ao Defensor Público-Geral a instauração de processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública da União;
- VI - conhecer e julgar recurso contra decisão em processo administrativo disciplinar;
- VII - decidir sobre pedido de revisão de processo administrativo disciplinar;

VIII - decidir acerca da remoção voluntária dos integrantes da carreira da Defensoria Pública da União;

IX - decidir sobre a avaliação do estágio probatório dos membros da Defensoria Pública da União, submetendo sua decisão à homologação do Defensor Público-Geral;

X - decidir acerca da destituição do Corregedor-Geral, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;

XI - deliberar sobre a organização de concurso para ingresso na carreira e designar os representantes da Defensoria Pública da união que integrarão a Comissão de Concurso;

XII - organizar os concursos para provimento dos cargos da carreira de Defensoria Pública da União e os seus respectivos regulamentos;

XIII - indicar os seis nomes dos membros da classe mais elevada da carreira para que o Presidente da República nomeie, dentre eles, o Subdefensor Público-Geral e Corregedor-Geral.

Parágrafo único. As decisões do Conselho Superior serão motivadas e publicadas, salvo as hipóteses legais de sigilo.

SEÇÃO III

DA CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Art. 11. A Corregedoria-Geral da União da Defensoria Pública da União é órgão de (fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Defensoria Pública da União.

Art. 12. A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União é exercida pelo Corregedor-Geral, indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da carreira pelo Conselho Superior e nomeado pelo Presidente da República para mandato de dois anos. Parágrafo único. O Corregedor-Geral poderá ser destituído, antes do término do mandato, por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Superior, assegurada ampla defesa.

Art. 13. À Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União compete:

- I - realizar correição e inspeções funcionais;
- II - sugerir ao Defensor Público-Geral o afastamento de Defensor Público que esteja sendo submetido a correição, sindicância ou processo administrativo, quando cabível;
- III - propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membros da Defensoria Pública da União;
- IV - receber e processar as representações contra os membros da Defensoria Pública da União, encaminhando-as, com parecer, ao Conselho Superior;
- V - apresentar ao Defensor Público-Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior;
- VI - propor a instauração de processo disciplinar contra membros da Defensoria Pública da União e seus servidores;
- VII - acompanhar o estágio probatório dos membros da Defensoria Pública da União;
- VIII - propor a exoneração de membros da Defensoria Pública da União que não cumprirem as condições do estágio probatório.

SEÇÃO IV

DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NOS ESTADOS, NO DISTRITO FEDERAL E NOS TERRITÓRIOS

Art. 14. A Defensoria Pública da União atuará nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, junto às Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar, Tribunais Superiores e instâncias administrativas da União.

Art. 15. Os órgãos de atuação da Defensoria Pública da União em cada Estado, no Distrito Federal e nos Territórios serão dirigidos por Defensor Público-Chefe, designado pelo Defensor Público-Geral, dentre os integrantes da carreira.

Parágrafo único. Ao defensor Público-Chefe, sem prejuízo de suas funções institucionais, compete, especialmente:

- I - coordenar as atividades desenvolvidas pelos Defensores da União que atuem em sua área de competência;
- II - sugerir ao Defensor Público-Geral providências para o aperfeiçoamento das atividades

institucionais em sua área de competência;

III - deferir ao membro da Defensoria Pública da União sob sua coordenação direitos e vantagens legalmente autorizados, por expressa delegação de competência do Defensor Público-Geral;

IV - solicitar providências correcionais ao Defensor Público-Geral, em sua área de competência;

V - remeter, semestralmente, ao Corregedor-Geral, relatório das atividades na sua área de competência.

SEÇÃO V

DOS NÚCLEOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NOS ESTADOS, NO DISTRITO FEDERAL E NOS TERRITÓRIOS

Art. 16. A Defensoria Pública da União nos Estados, no Distrito Federal e Territórios poderá atuar por meio de Núcleos.

Art. 17. Os Núcleos são dirigidos por Defensor Público-Chefe, nos tempos do art. 15 desta Lei Complementar.

SEÇÃO VI

DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA UNIÃO

Art. 18. Aos Defensores Públicos da União incumbe o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses dos necessitados, cabendo-lhes, especialmente:

I - atender às partes e aos interessados;

II - postular a concessão de gratuidade de justiça para os necessitados;

III - tentar a conciliação das partes, antes de promover a ação cabível;

IV - interpor recurso para qualquer grau de jurisdição e promover revisão criminal, quando cabível;

VI - sustentar, oralmente ou por memorial, os recursos interpostos e as razões apresentadas por intermédio da Defensoria Pública da União; VII- defender os acusados em processo disciplinar.

CAPÍTULO II

DA CARREIRA

Art. 19. A Defensoria Pública da União é integrada pela carreira de Defensor Público da União, composta de três categorias de cargos efetivos:

- I - Defensor Público da União de 2º Categoria (inicial);
- II - Defensor Público da União de 1º Categoria (intermediária);
- III - Defensor Público da União de Categoria Especial (final).

Art. 20. Os Defensores Públicos da União de 2º Categoria atuarão junto aos Juízos Federais, às Juntas de Conciliação e Julgamento, às Juntas e aos Juizes Eleitorais, aos Juizes Militares, nas Auditorias Militares, ao Tribunal Marítimo e às instâncias administrativas.

Art. 21. Defensores Públicos da União de 1ª Categoria atuarão junto aos Tribunais Regionais Federais, aos Tribunais do Trabalho e aos Tribunais Regionais Eleitorais.

Art. 22. Os Defensores Públicos da União de Categoria Especial atuarão junto ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Superior Tribunal Militar.

Parágrafo único. (Vetado.)

Art. 23. O Defensor Público-Geral atuará junto ao Supremo Tribunal Federal.

SEÇÃO I

DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 24. O ingresso na Carreira da Defensoria Pública da União far-se-á mediante aprovação prévia em concurso público, de âmbito nacional, de provas e títulos, com a

participação da Ordem dos Advogados do Brasil, no cargo inicial de Defensor Público da União de 2º Categoria.

§ 1º. Do regulamento do concurso constarão os programas das disciplinas sobre as quais versarão as provas, bem como outras disposições pertinentes à sua organização e realização.

§ 2º. O edital de abertura de inscrições no concurso indicará, obrigatoriamente, o número de cargos vagos na categoria inicial da carreira.

Art. 25. O concurso de ingresso realizar-se-á, obrigatoriamente, quando o número de vagas exceder a um quinto dos cargos iniciais da carreira e, facultativamente, quando o exigir o interesse da administração.

Art. 26. O candidato, no momento da inscrição, deve possuir registro na Ordem dos Advogados do Brasil, ressalvada a situação dos proibidos de obtê-la, e comprovar, no mínimo, dois anos de prática forense, devendo indicar sua opção por uma das unidades da Federação onde houver vaga.

§ 1º. Considera-se como prática forense o exercício profissional de consultoria, assessoria, o cumprimento de estágio nas Defensorias Públicas, e o desempenho de cargo, emprego ou função, de nível superior, de atividades eminentemente jurídicas.

§ 2º. Os candidatos proibidos de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil comprovarão o registro até a posse no cargo de Defensor Público.

Art. 27. O concurso será perante bancas examinadoras constituídas pelo Conselho Superior.

SEÇÃO II

DA NOMEAÇÃO, DA LOTAÇÃO E DA DISTRIBUIÇÃO

Art. 28. O candidato aprovado no concurso público para ingresso na carreira da Defensoria Pública será nomeado pelo Presidente da República para o cargo inicial da carreira, respeitada a ordem de classificação e o número de vagas existentes.

Art. 29. Os Defensores Públicos da União serão lotados e distribuídos pelo Defensor Público-Geral, assegurado aos nomeados para os cargos iniciais o direito de escolha do órgão de atuação, desde que vago e obedecida a ordem de classificação no concurso.

SEÇÃO III

DA PROMOÇÃO

Art. 30. A promoção consiste no acesso imediato dos membros efetivos da Defensoria Pública da União de uma categoria para outra da carreira.

Art. 31. As promoções obedecerão aos critérios de antigüidade e merecimento alternadamente.

§ 1º. A antigüidade será apurada na categoria e determinada pelo tempo de efetivo exercício na mesma.

§ 2º. A promoção por merecimento dependerá de lista triplice para cada vaga, organizada pelo Conselho Superior, em sessão secreta, com ocupantes da lista de antigüidade, em seu primeiro terço.

§ 3º. Os membros da Defensoria Pública somente poderão ser promovidos após dois anos de efetivo exercício na categoria, dispensado o interstício se não houver quem preencha tal requisito ou se quem o preencher recusar a promoção.

§ 4º. As promoções serão efetivadas por ato do Presidente da República.

Art. 32. É facultada a recusa de promoção, sem prejuízo do critério para o preenchimento da vaga recusada.

Art. 33. O Conselho Superior fixará os critérios de ordem objetiva para a aferição de merecimento dos membros da Instituição, considerando-se, entre outros, a eficiência e a presteza demonstradas no desempenho da função e aprovação em cursos de aperfeiçoamento, de natureza jurídica, promovidos pela Instituição, ou por estabelecimentos de ensino superior oficialmente reconhecidos.

§ 1º. Os cursos de aperfeiçoamento de que trata este artigo compreenderão, necessariamente, as seguintes atividades: a) apresentação de trabalho escrito sobre assunto de relevância jurídica; b) defesa oral do trabalho que tenha sido aceito por banca examinadora.

§ 2º. Não poderá concorrer à promoção por merecimento quem tenha sofrido penalidade

de advertência ou suspensão, no período de um ano imediatamente anterior à ocorrência da vaga, em caso de advertência, ou de dois anos, em caso de suspensão.

§ 3º. É obrigatória a promoção do Defensor Público que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento, ressalvada a hipótese do § 2º.

CAPÍTULO III

DA INAMOVIBILIDADE E DA REMOÇÃO

Art. 34. Os membros da Defensoria Pública da União são inamovíveis, salvo se apenados com remoção compulsória, na forma desta Lei Complementar.

Art. 35. A remoção será feita a pedido ou por permuta, sempre entre membros da mesma categoria da carreira.

Art. 36. A remoção compulsória somente será aplicada com prévio parecer do Conselho Superior, assegurada ampla defesa em processo administrativo disciplinar.

Art. 37. A remoção a pedido far-se-á mediante requerimento ao Defensor Público-Geral, nos quinze dias seguintes à publicação, no Diário Oficial, do aviso de existência de vaga.

§ 1º. Findo o prazo fixado no caput deste artigo e, havendo mais de um candidato à remoção, será removido o mais antigo na categoria e, ocorrendo empate, sucessivamente, o mais antigo na carreira, no serviço público da União, no serviço público em geral, o mais idoso e o mais bem classificado no concurso para ingresso na Defensoria Pública.

§ 2º. A remoção precederá o preenchimento da vaga por promoção.

Art. 38. Quando por permuta, a remoção será concedida mediante requerimento dos interessados, atendida a conveniência do serviço.

CAPÍTULO IV
DOS DIREITOS, DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS DOS MEMBROS
DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

SEÇÃO I
DA REMUNERAÇÃO

Art. 39. À lei cabe fixar a remuneração dos cargos da carreira da Defensoria Pública da União, observado o disposto no art. 135 da Constituição Federal.

§ 1º. (Vetado)

§ 2º. Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas, nos termos da lei, as seguintes vantagens, dentre outras nela estabelecidas:

I - ajuda de custo para despesas de transporte e mudança;

II - (Vetado)

III - salário-família;

IV - diárias;

V - representação;

VI - gratificação pela prestação de serviço especial;

VII - (Vetado)

VIII - gratificação pelo efetivo exercício em local de difícil acesso, assim definido pela lei de organização judiciária.

SEÇÃO II
DAS FÉRIAS E DO AFASTAMENTO

Art. 40. Os membros da Defensoria Pública da União terão direito a férias anuais de sessenta dias, individual ou coletivamente.

Parágrafo único. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até dois dias antes do início do respectivo período, facultada a conversão de um terço das mesmas em abono pecuniário, requerida com, pelo menos, sessenta dias de antecedência.

Art. 41. As férias dos membros da Defensoria Pública da União serão concedidas pelas chefias a que estiverem subordinados.

Art. 42. O afastamento para estudo ou missão no interesse da Defensoria Pública da União será autorizado pelo Defensor Público-Geral.

§ 1º. O afastamento de que trata este artigo somente será concedido pelo Defensor Público-Geral, após o estágio probatório e pelo prazo máximo de dois anos.

§ 2º. Quando o interesse público o exigir, o afastamento poderá ser interrompido ajuízo do Defensor Público-Geral.

SEÇÃO III

DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS

Art. 43. São garantias dos membros da Defensoria Pública da União:

- I - a independência funcional no desempenho de suas atribuições;
- II - a inamovibilidade;
- III - a irredutibilidade de vencimentos;
- IV - a estabilidade.

Art. 44. São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública da União:

- I - receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro todos os prazos;
- II - não ser preso, senão por ordem judicial escrita em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral;
- III - ser recolhido a prisão especial ou sala especial de Estado-Maior, com direito a privacidade e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada, no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena;
- IV - usar vestes talares e as insígnias privativas da Defensoria Pública;
- V - (Vetado)
- VI - ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais;
- VII - comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis;
- VIII - examinar, em qualquer repartição, autos de flagrante, inquérito e processos;
- IX - manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota;

X - requisitar de autoridade pública e de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições;

XI - representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais;

XII - deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proced~;

XIII - ter o mesmo tratamento reservado a Magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais a justiça;

XIV - ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente; XV - (Vetado) XVI - (Vetado)

Parágrafo único. Quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de infração penal por membro da Defensoria Pública da União, a autoridade policial, civil ou militar, comunicará, imediatamente, o fato ao Defensor Público-Geral, que designará membro da Defensoria Pública para acompanhar a apuração.

CAPÍTULO V

DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES, DOS IMPEDIMENTOS E DA RESPONSABILIDADE FUNCIONAL

SEÇÃO I

DOS DEVERES

Art. 45. São deveres dos membros da Defensoria Pública da União:

I - residir na localidade onde exercem suas funções;

II - desempenhar, com zelo e presteza, os serviços a seu cargo;

III - representar ao Defensor Público-Geral sobre as irregularidades de que tiver ciência, em razão do cargo;

IV - prestar informações aos órgãos da administração superior da Defensoria Pública da União, quando solicitadas;

V - atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a

sua presença;

VI - declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;

VII- interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou Tribunal e promover revisão criminal, sempre, que encontrar fundamentos na lei, jurisprudência ou prova dos autos, remetendo cópia à Corregedoria-Geral.

SEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 46. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros da Defensoria Pública da União é vedado:

I - exercer a advocacia fora das atribuições institucionais;

II - requerer, advogar, ou praticar em Juízo ou fora dele, atos que de qualquer forma colidam com as funções inerentes ao seu cargo, ou com os preceitos éticos da sua profissão;

III - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições;

IV - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como corista ou acionista;

V - exercer atividade político-partidária, enquanto atuar junto à justiça eleitoral.

SEÇÃO III DOS IMPEDIMENTOS

Art. 47. Ao membro da Defensoria Pública da União é defeso exercer suas funções em processo ou procedimento:

I - em que seja parte ou, de qualquer forma, interessado;

II - em que haja atuado como representante da parte, perito, Juiz, membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Escrivão de Polícia, Auxiliar de Justiça ou prestado depoimento como testemunha;

III - em que for interessado, cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

IV - no qual haja postulado como advogado de qualquer das pessoas mencionadas no

inciso anterior;

V - em que qualquer das pessoas mencionadas no inciso III funcione ou haja funcionado como Magistrado, membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Escrivão de Polícia ou Auxiliar de Justiça;

VI - em que houver dado à parte contrária parecer verbal ou escrito sobre o objeto da demanda;

VII- em outras hipóteses previstas em lei.

Art. 48. Os membros da Defensoria Pública da União não podem participar de comissão, banca de concurso, ou qualquer decisão, quando o julgamento ou votação disser respeito a seu cônjuge ou companheiro, ou parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

SEÇÃO IV

DA RESPONSABILIDADE FUNCIONAL

Art. 49. A atividade funcional dos membros da Defensoria Pública da União está sujeita a:

I - correição ordinária, realizada anualmente pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, para verificar a regularidade e eficiência dos serviços;

II - correição extraordinária, realizada pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, de ofício ou por determinação do Defensor Público-Geral.

§ 1º. Cabe ao Corregedor-Geral, concluída a correição, apresentar ao Defensor Público-Geral relatório dos fatos apurados e das providências a serem adotadas.

§ 2º. Qualquer pessoa pode representar ao Corregedor-Geral sobre os abusos, erros ou omissões dos membros da Defensoria Pública da União.

Art. 50. Constituem infrações disciplinares, além de outras definidas em Lei Complementar, a violação dos deveres funcionais e vedações contidas nesta Lei Complementar, bem como a prática de crime contra a Administração Pública ou ato de improbidade administrativa.

§ 1º. Os membros da Defensoria Pública da União são passíveis das seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão por até noventa dias;

III - remoção compulsória;

IV - demissão;

V - cassação da aposentadoria.

§ 2º. A advertência será aplicada por escrito nos casos de violação dos deveres e das proibições funcionais, quando o fato não justificar a imposição de pena mais grave.

§ 3º. A suspensão será aplicada em caso de reincidência em falta punida com advertência ou quando a infração dos deveres ou das proibições funcionais, pela sua gravidade, justificar a sua imposição.

§ 4º. A remoção compulsória será aplicada sempre que a falta praticada, pela sua gravidade e repercussão, tornar incompatível a permanência do faltoso no órgão de atuação de sua lotação.

§ 5º. A pena de demissão será aplicada nas hipóteses previstas em lei, e no caso de reincidência em falta punida com suspensão ou remoção compulsória.

§ 6º. As penas de demissão e cassação da aposentadoria serão aplicadas pelo Presidente da República e as demais pelo Defensor Público-Geral, garantida sempre a ampla defesa, sendo obrigatório o inquérito administrativo nos casos de aplicação da remoção compulsória, suspensão, demissão e cassação da aposentadoria.

§ 7º. Prescrevem em dois anos, a contar da data em que foram cometidas, as faltas puníveis com advertência, suspensão e remoção compulsória, aplicando-se, quanto às demais, os prazos previstos em lei.

Art. 51. A qualquer tempo poderá ser requerida revisão do processo disciplinar, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de provar, a inocência do apenado ou de justificar a imposição de pena mais branda.

§ 1º. Poderá requerer a instauração de processo revisional o próprio interessado ou, se falecido ou interdito, o seu cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente ou irmão.

§ 2º. Se for procedente a revisão, será tomado sem efeito o ato punitivo ou aplicada a penalidade adequada restabelecendo-se os direitos atingidos pela punição, na sua plenitude.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA

Art. 52. A Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios é organizada e mantida pela União.

Art. 53. A Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios compreende:

I - órgãos de administração superior:

- a) a Defensoria Pública-Geral do Distrito Federal e dos Territórios;
- b) a Subdefensoria Pública-Geral do Distrito Federal e dos Territórios;
- c) o Conselho Superior da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;
- d) a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

II - órgãos de atuação:

- a) as Defensorias Públicas do Distrito Federal e dos Territórios;
- b) os Núcleos da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

III - órgãos de execução: os Defensores Públicos do Distrito Federal e dos Territórios.

SEÇÃO I

DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL E DO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Art. 54. A Defensoria Pública-Geral do Distrito Federal e dos Territórios tem por Chefe o Defensor Público-Geral, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores-de trinta e cinco anos, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. (Vetado)

Art. 55. O Defensor Público-Geral será substituído, em suas faltas, impedimentos,

licenças e férias, pelo Subdefensor Público-Geral, nomeado pelo Presidente da República, dentre os integrantes da Categoria Especial da carreira, escolhidos pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos.

Art. 56. São atribuições do Defensor Público-Geral:

I - dirigir a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;

II - representar a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios judicial e extrajudicialmente;

III - velar pelo cumprimento das finalidades da Instituição;

IV - integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

V - baixar o Regimento Interno da Defensoria Pública-Geral do Distrito Federal e dos Territórios;

VI - autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

VII- estabelecer a lotação e a distribuição dos membros e servidores da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

VIII - dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, com recurso para seu Conselho Superior;

IX - proferir decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral do Distrito Federal e Territórios;

X - instaurar processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

XI - abrir concursos públicos para ingresso na carreira da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

XII - determinar correições extraordinárias;

XIII - praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal;

XIV - convocar o Conselho Superior da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios e dar execução às suas deliberações;

XV - designar membro da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios para exercício de suas atribuições em órgãos de atuação diverso do de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou Ofícios diferentes dos estabelecidos para cada

categoria;

XVI - requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias/t atuação da Defensoria Pública;

XVII - aplicar a pena de remoção compulsória, aprovada pelo voto de dois terços do Conselho Superior, aos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios; XVIII - delegar atribuições a autoridade que lhe seja subordinada, na forma da lei.

Parágrafo único. Ao Subdefensor Público-Geral, além da atribuição prevista no art. 55 desta Lei Complementar, com pete:

- a) auxiliar o Defensor Público-Geral nos assuntos de interesse da Instituição;
- b) desincumbir-se das tarefas e delegações que lhe forem determinadas pelo Defensor Público-Geral.

SEÇÃO II

DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Art. 57. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios é composto pelo Defensor Público-Geral, pelo Subdefensor Público-Geral e pelo Corregedor-Geral, como membros natos e por igual número de representantes da categoria mais elevada da carreira, eleitos pelo voto obrigatório, por todos os integrantes da Instituição.

§ 1º. O Conselho Superior é presidido pelo Defensor Público-Geral, que, além do seu voto de membro, tem o de qualidade, exceto em matéria de remoção e promoção, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos.

§ 2º. As eleições serão realizadas em conformidade com as instmções baixadas pelo Defensor Público-Geral.

§ 3º. Os membros do Conselho Superior são eleitos para mandato de dois anos, mediante voto nominal, direto e secreto.

§ 4º. São elegíveis dos Defensores Públicos do Distrito Federal e dos Territórios que não estejam afastados da carreira.

§ 5º. São suplentes dos membros eleitos de que trata o caput deste artigo os demais votados, em ordem decrescente.

§ 6º. Qualquer membro, exceto o nato, pode desistir de sua participação no Conselho Superior, assumindo, imediatamente, o cargo, o respectivo suplente.

Art. 58. Ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios compete:

I - exercer o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

II - opinar, por solicitação do Defensor Público-Geral, sobre matéria pertinente à autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

III - elaborar lista tríplice destinada à promoção por merecimento;

IV - aprovar a lista de antigüidade dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios e decidir sobre as reclamações a ela concernentes;

V - recomendar ao Defensor Público-Geral a instauração de processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

VI - conhecer e julgar recurso contra decisão em processo administrativo-disciplinar;

VII - decidir sobre pedido de revisão de processo administrativo-disciplinar;

VIII - decidir acerca da remoção dos integrantes da carreira da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

IX - decidir sobre a avaliação do estágio probatório dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, submetendo sua decisão à homologação do Defensor Público-Geral;

X - decidir, por voto de dois terços de seus membros, acerca da destituição do Corregedor-Geral;

XI - deliberar sobre a organização de concurso para ingresso na carreira e designar os representantes da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios que integrarão a Comissão de Concurso;

XII - organizar os concursos para provimento dos cargos da carreira de Defensor Público do Distrito Federal e dos Territórios e os seus respectivos regulamentos;

XIII - recomendar correições extraordinárias;

XIV - indicar os seis nomes dos membros da classe mais elevada da carreira para que o Presidente da República nomeie, dentre estes, o Subdefensor Público-Geral e o Corregedor- Geral.

Parágrafo único. As decisão do Conselho Superior serão motivadas e publicada, salvo as hipóteses legais de sigilo

SEÇÃO III

DA CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Art. 59. A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios é órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 60. A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios é exercida pelo Corregedor-Geral, indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da carreira pelo Conselho Superior e nomeado pelo Presidente da República, para mandato de dois anos.

Parágrafo Único. O Corregedor-Geral poderá ser destimido por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Superior, antes do término do mandato.

Art. 61. À Corregedofia-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios compete:

I - realizar correições e inspeções funcionais;

II - sugerir ao Defensor Público-Geral o afastamento do Defensor Público que esteja sendo submetido a correição, sindicância ou processo administrativo disciplinar, quando cabível;

III - propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Terdtórios;

IV - receber e processar as representações contra os membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, encaminhando-as, com parecer ao Conselho Superior;

V - apresentar ao Defensor Público-Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades

desenvolvidos no ano anterior;

VI - propor a instauração de processo disciplinar contra membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios e seus servidores;

VII- acompanhar o estágio probatório dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

VIII - propor a exoneração de membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios que não cumprirem as condições do estágio probatório.

SEÇÃO IV

DOS NÚCLEOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Art. 62. A Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios exercerá suas funções institucionais através de Núcleos.

Art. 63. Os Núcleos da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios são dirigidos por Defensor Público-Chefe, designado pelo Defensor Público-Geral, dentre integrantes da carreira, competindo-lhe, no exercício de suas funções institucionais:

I - prestar, no Distrito Federal e nos Territórios, assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados;

II - integrar e orientar as atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos que atuem em sua área de competência;

III - remeter, semestralmente, ao Corregedor-Geral, relatório de suas atividades;

IV - exercer as funções que lhe forem delegadas pelo Defensor Público-Geral.

SEÇÃO V

DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Art. 64. Aos Defensores Públicos do Distrito Federal e dos Territórios incumbe o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses dos necessitados, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas, cabendo-lhes, especialmente:

- I - atender às partes e aos interessados;
- II - postular a concessão de gratuidade de justiça para os necessitados;
- III - tentar a conciliação das partes, antes de pmmover a ação cabível;
- IV - acompanhar e comparecer aos atos processuais e impulsionar os atos do processo;
- V - interpor recurso para qualquer grau de jurisdição e promover Revisão Criminal, quando cabível;
- VI - sustentar, oralmente ou por memorial, os recursos interpostos e as razões apresentadas por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios; VII - defender os acusados em processo disciplinar.

CAPÍTULO II

DA CARREIRA

Art. 65. A Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios é integrada pela carreira de Defensor Público do Distrito Federal e dos Territórios, composta de três categorias de cargos efetivos:

- I - Defensor Público do Distrito Federal e dos Territórios de 2ª Categoria (inicial);
- II - Defensor Público do Distrito Federal e dos Territórios de 1ª Categoria (intermediária);
- III - Defensor Público do Distrito Federal e dos Territórios de Categoria Especial (final);

Art. 66. Os Defensores Públicos do Distrito Federal de 2ª Categoria atuarão nos Núcleos das Cidades Satélites, junto aos Juizes de Direito e às instâncias administrativas do Distrito Federal e dos Territórios, ou em função de auxílio ou substituição nos Núcleos do Plano Piloto.

Art. 67. Os Defensores Públicos do Distrito Federal e dos Territórios de 1ª Categoria atuarão nos Núcleos do Distrito Federal e dos Territórios, ou em função de auxílio ou substituição junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Art. 68. Os Defensores Públicos do Distrito Federal e dos Territórios de Categoria Especial atuarão junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, e aos Tribunais Superiores, quando couber (art. 22, parágrafo único).

SEÇÃO I

DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 69. O ingresso na Carreira da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios far-se-á mediante aprovação prévia em concurso público, de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, no cargo inicial de Defensor Público do Distrito Federal e dos Territórios de 2ª Categoria.

§ 1º. Do regulamento do concurso constarão os programas das disciplinas sobre as quais versarão as provas, bem como outras disposições pertinentes à sua organização e realização.

§ 2º. O edital de abertura de inscrições no concurso indicará, obrigatoriamente, o número de cargos vagos na categoria inicial da carreira.

Art. 70. O concurso de ingresso realizar-se-á, obrigatoriamente, quando o número de vagas exceder a um quinto dos cargos iniciais da carreira e, facultativamente, quando o exigir o interesse da administração.

Art. 71. O candidato, no momento da inscrição, deve possuir o registro na Ordem dos Advogados do Brasil, ressalvada a situação dos proibidos de obtê-la, e comprovar, no mínimo, dois anos de prática forense.

§ 1º. Considera-se como prática forense o exercício profissional de consultoria, assessoria, o cumprimento de estágio nas Defensorias Públicas e o desempenho de cargo, emprego ou função de nível superior, de atividades eminentemente jurídicas.

§ 2º. Os candidatos proibidos de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil comprovarão o registro até a posse no cargo de Defensor Público.

Art. 72. O concurso será realizado perante bancas examinadoras constituídas pelo Conselho Superior.

SEÇÃO II

DA NOMEAÇÃO, DA LOTAÇÃO E DA DISTRIBUIÇÃO

Art. 73. O candidato aprovado no concurso público para ingresso na carreira da Defensoria Pública será nomeado pelo Presidente da República para cargo inicial da carreira, respeitada a ordem de classificação e o número de vagas existentes.

Art. 74. Os Defensores Públicos do Distrito Federal e dos Territórios serão lotados e distribuídos pelo Defensor Público-Geral, assegurado aos nomeados para os cargos iniciais o direito de escolha do órgão de atuação, desde que vago e obedecida a ordem de classificação no concurso.

SEÇÃO III

DA PROMOÇÃO

Art. 75. A promoção consiste no acesso imediato dos membros efetivos da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios de uma categoria para outra da carreira.

Art. 76. As promoções obedecerão aos critérios de antigüidade e merecimento alternadamente.

§ 1º. A antigüidade será apurada na categoria e determinada pelo tempo de efetivo exercício na mesma.

§ 2º. A promoção por merecimento dependerá de lista triplice para cada vaga, organizada pelo Conselho Superior, em sessão secreta, com ocupantes da lista de antigüidade, em seu primeiro terço.

§ 3º. Os membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios somente poderão ser promovidos depois de dois anos de efetivo exercício na categoria, dispensado o interstício se não houver quem preencher tal requisito ou se quem preencher recusar a promoção.

§ 4º. As promoções serão efetivadas por ato do Defensor Público-Geral.

Art. 77. É facultada a recusa à promoção, sem prejuízo do critério para o preenchimento da vaga recusada.

Art. 78. O Conselho Superior fixará os critérios de ordem objetiva para a aferição de merecimento dos membros da Instituição, considerando-se entre outros, a eficiência e a presteza demonstradas no desempenho da função e a aprovação em cursos de aperfeiçoamento, de natureza jurídica, promovidos pela Instituição, ou por estabelecimento de ensino superior, oficialmente reconhecidos.

§ 1º. Os cursos de aperfeiçoamento de que trata este artigo compreenderão, necessariamente, as seguintes atividades: a) apresentação de trabalho escrito sobre assunto de relevância jurídica; b) defesa oral do trabalho que tenha sido aceito por banca examinadora.

§ 2º. Não poderá concorrer à promoção por merecimento quem tenha sofrido penalidade de advertência ou suspensão; no período de uma ano imediatamente anterior à ocorrência da vaga, no caso de advertência; ou de dois anos, em caso de suspensão.

§ 3º. É obrigatória a promoção de Defensor Público que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento, ressalvada a hipótese do § 2º.

CAPÍTULO III

DA INAMOVIBILIDADE E DA REMOÇÃO

Art. 79. Os membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios são inamovíveis, salvo se apenados com remoção compulsória, na forma desta Lei complementar.

Art. 80. A remoção será feita a pedido ou por permuta, sempre entre membros da mesma categoria da carreira.

Art. 81. A remoção compulsória somente será aplicada com prévio parecer do Conselho Superior, assegurada ampla defesa em processo administrativo disciplinar.

Art. 82. A remoção a pedido far-se-á mediante requerimento ao Defensor Público-Geral, nos quinze dias seguintes à publicação, no Diário Oficial, do aviso de existência da vaga.

§ 1º. Findo o prazo fixado no caput deste artigo e, havendo mais de um candidato à

remoção, será removido o mais antigo na categoria e, ocorrendo empate, sucessivamente, o mais antigo na carreira, no serviço público da União, no serviço público em geral, o mais idoso e o mais bem classificado no concurso para ingresso na Defensoria Pública.

§ 2º. A remoção precederá o preenchimento de vaga por promoção.

Art. 83. Quando por permuta, a promoção será concedida mediante requerimento dos interessados, atendida a conveniência do serviço.

Art. 87. O afastamento para estudo ou missão no interesse da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios será autorizado pelo Defensor Público-Geral.

§ 1º. O afastamento de que trata este artigo somente será concedido pelo Defensor Público-Geral, após o estágio probatório e pelo prazo máximo de dois anos.

§ 2º. Quando o interesse público o exigir, o afastamento poderá ser interrompido a juízo do Defensor Público-Geral.

SEÇÃO I

DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS

Art. 88. São garantias dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios:

- I - a independência funcional no desempenho de suas atribuições;
- II - a inamovibilidade;
- III - a irredutibilidade de vencimentos;
- IV - a estabilidade.

Art. 89. São prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios:

- I - receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro todos os prazos;
- II - não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral;
- III - ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado-Maior, com direito a privacidade e, após a sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada, no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena;

IV - usar veste talares e as insígnias privativas da Defensoria Pública:

V - (Vetado)

VI - ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretaria, ressalvadas as vedações legais;

VII- comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis;

VIII - examinar, em qualquer repartição, autos de flagrante, inquérito e processos;

IX - manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota;

X - requisitar de autoridade pública e de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições;

XI - representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais;

XII - deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder;

XIII - ter o mesmo tratamento reservado a Magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça;

XIV - ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente;

XV - (Vetado)

Parágrafo único. Quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de infração penal por membro da Defensoria Pública da União, a autoridade policial, civil ou militar, comunicará, imediatamente, o fato ao Defensor Público-Geral, que designará membro da Defensoria Pública para acompanhar a apuração.

CAPÍTULO V
DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES, DOS IMPEDIMENTOS E DA
RESPONSABILIDADE FUNCIONAL

SEÇÃO V
DOS DEVERES

Art. 90. São deveres dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios:

- I - residir na localidade onde exercem suas funções;
- II - desempenhar, com zelo e presteza, os serviços a seu cargo;
- III - representar ao Defensor Público-Geral sobre as irregularidades de que tiver ciência, em razão do cargo;
- IV - prestar informações aos órgãos da administração superior da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, quando solicitadas;
- V - atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a sua presença;
- VI - declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;
- VII - interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou Tribunal e promover revisão criminal, sempre que encontrar fundamentos na lei, jurisprudência ou prova dos autos, remetendo cópia à Corregedoria-Geral.

SEÇÃO II
DAS PROIBIÇÕES

Art. 91. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios é vedado:

- I - exercer a advocacia fora das atribuições institucionais;
- II - requerer, advogar, ou praticar em Juízo ou fora dele, atos que de qualquer forma colidam com as funções inerentes ao seu cargo, ou com os preceitos éticos da sua profissão;
- III - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições;
- IV - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou

acionista;

V - exercer atividade político-partidária, enquanto atuar junto à justiça eleitoral.

SEÇÃO DOS IMPEDIMENTOS

Art. 92. Ao membro da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios é defeso exercer suas funções em processo ou procedimento:

I - em que seja parte ou, de qualquer forma interessado;

II - em que haja atuado como representante da parte, perito, Juiz, membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Escrivão de Polícia, Auxiliar de Justiça ou prestado depoimento como testemunha;

III - em que for interessado, cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

IV - no qual haja postulado como advogado de qualquer das pessoas mencionadas no inciso anterior;

V - em que qualquer das pessoas mencionadas no inciso II[funcione ou haja funcionado como Magistrado, membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Escrivão de Polícia ou Auxiliar de Justiça;

VI - em que houver dado à parte contrária parecer verbal ou escrito sobre o objeto da demanda;

VII - em outras hipóteses previstas em lei.

Art. 93. Os membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios não podem participar de comissão, banca de concurso, ou qualquer decisão, quando o julgamento ou votação disser respeito a seu cônjuge ou companheiro, ou parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

SEÇÃO IV DA RESPONSABILIDADE FUNCIONAL

Art. 94. A atividade funcional dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios está sujeita a:

I - correição ordinária, realizada anualmente pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, para verificar a regularidade e eficiência dos serviços; II - correição extraordinária, realizada pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, de ofício ou por determinação do Defensor Público-Geral.

§ 1º. Cabe ao Corregedor-Geral, concluída a correição, apresentar ao Defensor Público-Geral relatório dos fatos apurados e das providências a serem adotadas.

§ 2º. Qualquer pessoa pode representar ao Corregedor-Geral sobre os abusos, erros ou omissões dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 95. Constituem infrações disciplinares, além de outras definidas em Lei Complementar, a violação dos deveres funcionais e vedações contidas nesta Lei Complementar, bem como a prática de crime contra a Administração Pública ou ato de improbidade administrativa.

§ 1º. Os membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios são passíveis das seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão por até noventa dias;

III - remoção compulsória;

IV - demissão;

V - cassação da aposentadoria.

§ 2º. A advertência será aplicada por escrito nos casos de violação dos deveres e das proibições funcionais, quando o fato não justificar a imposição de pena mais grave.

§ 3º. A suspensão será aplicada em caso de reincidência em falta punida com advertência ou quando a infração dos deveres ou das proibições funcionais, pela sua gravidade, justificar a sua imposição.

§ 4º. A remoção compulsória será aplicada sempre que a falta praticada, pela sua gravidade e repemissão, tornar incompatível a permanência do faltoso no órgão de atuação de sua lotação.

§ 5º. A pena de demissão será aplicada nas hipóteses previstas em lei, e no caso de reincidência em falta punida com suspensão ou remoção compulsória.

§ 6º. As penas de demissão e cassação da aposentadoria serão aplicadas pelo Presidente da República e as demais pelo Defensor Público-Geral, garantida sempre a ampla defesa,

sendo obrigatório o inquérito administrativo nos casos de aplicação da remoção compulsória, suspensão, demissão e cassação da aposentadoria.

§ 7º. Prescrevem em dois anos, a contar da data em que foram cometidas, as faltas puníveis com advertência, suspensão e remoção compulsória, aplicando-se, quanto às demais, os prazos previstos em lei.

Art. 96. A qualquer tempo poderá ser requerida revisão do processo disciplinar, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de provar, a inocência do apenado ou de justificar a imposição de pena mais branda.

§ 1º. Poderá requerer a instauração de processo revisional o próprio interessado ou, se falecido ou interdito, o seu cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente ou irmão.

§ 2º. Se for procedente a revisão, será tomado sem efeito o ato punitivo ou aplicada a penalidade adequada restabelecendo-se os direitos atingidos pela punição, na sua plenitude.

TÍTULO IV

DAS NORMAS GERAIS PARA A ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DOS ESTADOS

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO

Art. 97. A Defensoria Pública dos Estados organizar-se-á de acordo com as normas gerais estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 98. A Defensoria Pública dos Estados compreende:

I - órgãos de administração superior:

- a) a Defensoria Pública-Geral do Estado;
- b) a Subdefensoria Pública-Geral do Estado;
- c) o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado;
- d) a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado;

II - órgãos de atuação:

- a) as Defensorias Públicas dos Estados;

b) os Núcleos da Defensoria Pública do Estado;

III - órgãos de execução:

a) os Defensores Públicos do Estado.

SEÇÃO I

DE DEFENSOR PÚBLICO-GERAL E DO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO

Art. 99. A Defensoria Pública do Estado tem por chefe o Defensor Público-Geral, nomeado pelo Governador do Estado, dentre integrantes da carreira maiores de trinta e cinco anos, na forma disciplinada pela legislação estadual.

§ 1º. O Defensor Público-Geral será substituído, em suas faltas, licenças, férias e impedimentos, pelo Subdefensor Público-Geral, nomeado pelo Governador do Estado, dentre os integrantes da carreira, na forma da legislação estadual.

§ 2º. Os Estados, segundo suas necessidades, poderão ter mais de um Subdefensor Público-Geral.

Art. 100. Ao Defensor Público-Geral do Estado compete dirigir a Defensoria Pública do Estado, superintender e coordenar suas atividades, orientando sua atuação, e representando-a judicial e extrajudicialmente.

Art. 101. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é composto pelo Defensor Público-Geral, pelo Subdefensor Público-Geral e pelo Corregedor-Geral como membros natos e por igual número de representantes da categoria mais elevada da carreira, em número e forma a serem fixados em lei estadual.

Parágrafo único. O Conselho Superior é presidido pelo Defensor Público-Geral.

Art. 102. Ao Conselho Superior compete exercer as atividades consultivas, normativas e decisórias a serem previstas na lei estadual.

SEÇÃO II

DA CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNLJ-O

Art. 103. A Corregedoria-Geral é órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Instituição.

Art. 104. A Corregedoria-Geral é exercida pelo Corregedor-Geral, indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da carreira em lista sêxtupla fofinada pelo Conselho Superior e nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos.

Parágrafo único. O Corregedor-Geral poderá ser destituído, por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Superior, antes do término do mandato.

Art. 105. À Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado compete:

- I - realizar correição e inspeções funcionais;
- II - sugerir ao Defensor Público-Geral o aiaastamento de Defensor Público que esteja sendo submetido a correição, sindicância ou processo administrativo, quando cabível;
- III propor, fiandamentadamente, ao. Conselho Saperior a suspensão do estágio probatório de membros da Defensoria Pública do Estado;
- IV apresentar ao Defensor Público-Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidos no ano anterior;
- V - receber e processar as representações contra os membros da Defensoria Pública do Estado, encaminhando-as, com parecer, ao Conselho Superior;
- VI - propor a instauração de processo disciplinar contra membros da Defensofia Pública do Estado e seus se~Sdores;
- VII - acompanhar o estágio probatório dos membros da Defensoria Pública do Estado;
- VIII - propor a exoneração de membros da Defensoria Pública da União que não cumprirem as condições do estágio probatório.

SEÇÃO III

DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Art. 106. A Defensoria Pública do Estado prestará assistência jurídica aos necessitados, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas do Estado.

Parágrafo único. À Defensoria Pública do Estado caberá interpor recursos aos Tribunais Superiores, quando cabíveis.

SEÇÃO IV

DOS NÚCLEOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Art. 107. A Defensoria Pública do Estado poderá atuar através de Núcleos.

SEÇÃO V

DOS DEFENSORES PÚBLICOS DOS ESTADOS

Art. 108. Aos Defensores Públicos do Estado incumbe, dentre outras atribuições estabelecidas pela lei estadual, o desempenho da função de orientação e defesa dos necessitados, no âmbito judicial, extrajudicial e administrativo do respectivo Estado.

SEÇÃO VI

DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 109. Cabe à lei estadual disciplinar os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo, organizando-o em quadro próprio, com cargos que atendam às peculiaridades e às necessidades da administração e das atividades funcionais da Instituição.

CAPÍTULO II

DA CARREIRA

Art. 110. A Defensoria Pública do Estado é integrada pela carreira de Defensor Público do Estado, composta das categorias de cargos efetivos necessários ao cumprimento das suas

funções, na forma a ser estabelecida na legislação estadual.

Art. 111. O Defensor Público do Estado atuará, na forma do que dispuser a legislação estadual, junto a todos os Juízos de 1º grau de jurisdição, núcleos, órgãos judiciários de 2º grau de jurisdição, instâncias administrativas e Tribunais Superiores (art. 22, parágrafo único).

SEÇÃO I

DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 112. O ingresso nos cargos iniciais da carreira far-se-á mediante aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º. Do regulamento do concurso constarão os programas das disciplinas sobre as quais versarão as provas, bem como outras disposições pertinentes à sua organização e realização.

§ 2º. O edital de abertura de inscrições no concurso indicará, obrigatoriamente, o número de cargos vagos na categoria inicial da carreira.

SEÇÃO II

DA NOMEAÇÃO E DA ESCOLHA DAS VAGAS

Art. 113. O candidato aprovado no concurso público para ingresso na carreira da Defensoria Pública do Estado será nomeado pelo Governador do Estado para cargo inicial na carreira, respeitada a ordem de classificação e o número de vagas existentes.

Art. 114. O candidato aprovado poderá renunciar à nomeação correspondente à sua classificação, antecipadamente ou até o termo final do prazo de posse, caso em que, optando o renunciante, será deslocado para o último lugar da lista de classificação.

SEÇÃO III

DA PROMOÇÃO

Art. 115. A promoção consiste no acesso imediato dos membros efetivos da Defensoria Pública do Estado de uma categoria para outra da carreira.

Art. 116. As promoções serão efetivadas por ato do Defensor Público-Geral do Estado, obedecidos, alternadamente os critérios de antigüidade e merecimento.

§ 1º. É facultada a recusa à promoção, sem prejuízo do critério do preenchimento da vaga recusada.

§ 2º. a antigüidade será apurada na categoria e determinada pelo tempo de efetivo exercício na mesma.

§ 3º. A promoção por merecimento dependerá de lista tríplice para cada vaga, organizada pelo Conselho Superior, em sessão secreta, com ocupantes do primeiro terço da lista de antigüidade.

§ 4º. Os membros da Defensoria Pública do Estado somente poderão ser promovidos após dois anos de efetivo exercício na categoria, dispensado o interstício se não houver quem preencha tal requisito ou se quem o preencher recusar a promoção.

§ 5º. É obrigatória a promoção do Defensor Público que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento, ressalvada a hipótese do art. 117, § 2º.

Art. 117. O Conselho Superior fixará os critérios de ordem objetiva para a aferição de merecimento dos membros da Instituição, considerando-se, entre outros, a eficiência e a presteza demonstradas no desempenho da função e aprovação em cursos de aperfeiçoamento, de natureza jurídica, promovidos pela Instituição, ou por estabelecimentos de ensino superior oficialmente reconhecidos.

§1º. Os cursos de aperfeiçoamento de que trata este artigo compreenderão, necessariamente, as seguintes atividades:

- a) apresentação de trabalho escrito sobre assunto de relevância jurídica;
- b) defesa oral do trabalho que tenha sido aceito por banca examinadora.

§ 2º. A lei estadual estabelecerá os prazos durante os quais estará impedido de concorrer à promoção por merecimento o membro da Instituição que tiver sofrido

imposição de penalidade em processo administrativo disciplinar.

CAPÍTULO III

DA INAMOVIBILIDADE E DA REMOÇÃO

Art. 118. Os membros da Defensoria Pública do Estado são inamovíveis, salvo se apenados com remoção compulsória, na forma da lei estadual.

Art. 119. A remoção será feita a pedido ou por permuta, sempre entre membros da mesma categoria da carreira.

Art. 120. A remoção compulsória somente será aplicada com prévio parecer do Conselho Superior, assegurada ampla defesa em processo administrativo disciplinar.

Art. 121. A remoção a pedido far-se-á mediante requerimento ao Defensor Público- Geral, nos quinze dias seguintes à publicação, no Diário Oficial, do aviso de existência de vaga.

Parágrafo único. Findo o prazo fixado no neste artigo e, havendo mais de um candidato à remoção, será removido o mais antigo na categoria e, ocorrendo empate, sucessivamente, o mais antigo na carreira, no serviço público do Estado, no serviço público em geral, o mais idoso e o mais bem classificado no concurso para ingresso na Defensoria Pública.

Art. 122. A remoção precederá o preenchimento da vaga por merecimento.

Art. 123. Quando por permuta, a remoção será concedida mediante requerimento dos interessados, na forma disciplinada pela legislação estadual.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS, DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS DOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚBLICA DOS ESTADOS

SEÇÃO I DA REMUNERAÇÃO

Art. 124. À lei estadual cabe fixar a remuneração dos cargos da carreira da Defensoria Pública da União, observado o disposto no art. 135 da Constituição Federal.

§ 1º. (Vetado)

§2º. Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas, nos termos da lei, as seguintes vantagens, dentre outras nela estabelecidas:

I - ajuda de custo para despesas de transporte e mudança;

II - (Vetado)

III - salário-família;

IV - diárias;

V - representação;

VI - gratificação pela prestação de serviço especial;

VII- (Vetado)

VIII - gratificação pelo efetivo exercício em local de difícil acesso, assim definido pela lei de organização judiciária.

SEÇÃO II DAS FÉRIAS E DO AFASTAMENTO

Art. 125. As férias dos membros da Defensoria Pública do Estado serão concedidas de acordo com a lei estadual.

Art. 126. O afastamento para estudo ou missão no interesse da Defensoria Pública da União será autorizado pelo Defensor Público-Geral.

§ 1º. O afastamento de que trata este artigo somente será concedido pelo Defensor Público-

Geral, após o estágio probatório e pelo prazo máximo de dois anos.

§ 2º. Quando o interesse público o exigir, o afastamento poderá ser interrompido ajuízo do Defensor Público-Geral.

SEÇÃO III

DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS

Art. 127. São garantias dos membros da Defensoria Pública do Estado, sem prejuízo de outras que a lei estadual estabelecer:

- I - a independência funcional no desempenho de suas atribuições;
- II - a inamovibilidade;
- III - a irredutibilidade de vencimentos;
- IV - a estabilidade.

Art. 128. São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado:

- I - receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro todos os prazos;
- II - não ser preso, senão por ordem judicial escrita em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral;
- III - ser recolhido a prisão especial ou sala especial de Estado-Maior, com direito a privacidade e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada, no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena;
- IV - usar vestes talaras e as insígnias privativas da Defensoria Pública;
- V - (Vetado)
- VI - comunicar-se, pessoalmente e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis;
- VII - ter vista pessoal dos processos e autos dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais;
- VIII - examinar, em qualquer repartição, autos de flagrante, inquérito e processos;
- IX - manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota;
- X - requisitar de autoridade pública e de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições;

XI - representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato. ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais;

XII - deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral. com as razões de seu proceder;

XIII - ter o mesmo tratamento reservado a Magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça;

XIV - ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente; XV - (Vetado) XVI - (Vetado)

Parágrafo único. Quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de infração penal por membro da Defensoria Pública do Estado, a autoridade policial, civil ou militar, comunicará, imediatamente, o fato ao Defensor Público-Geral, que designará membro da Defensoria Pública para acompanhar a apuração.

CAPÍTULO V

DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES, DOS IMPEDIMENTOS E DA RESPONSABILIDADE FUNCIONAL

SEÇÃO I

DOS DEVERES

Art. 129. São deveres dos membros da Defensoria Pública dos Estados:

I - residir na localidade onde exercem suas funções na forma do que dispuser a lei estadual;

II - desempenhar, com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhes sejam atribuídos pelo Defensor Público-Geral;

III - representar ao Defensor Público-Geral sobre as irregularidades de que tiver ciência, em razão do cargo;

IV - prestar informações aos órgãos da administração superior da Defensoria Pública do Estado, quando solieitadas;

V - atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a

sua presença;

VI - declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;

VII - interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou Tribunal e promover revisão criminal, sempre que encontrar fundamentos na lei, jurisprudência ou prova dos autos, remetendo cópia à Corregedoria-Geral.

SEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 130. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros da Defensoria Pública do Estado é vedado:

I - exercer a advocacia fora das atribuições institucionais;

II - requerer, advogar, ou praticar em Juízo ou fora dele, atos que de qualquer forma colidam com as funções inerentes ao seu cargo, ou com os preceitos éticos da sua profissão;

III - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições;

IV - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

V - exercer atividade político-partidária, enquanto atuar junto à Justiça Eleitoral.

SEÇÃO III DOS IMPEDIMENTOS

Art. 131. É defeso ao membro da Defensoria Pública do Estado exercer suas funções em processo ou procedimento:

I - em que seja parte ou, de qualquer forma, interessado;

II - em que haja atuado como representante da parte, perito, Juiz, membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Escrivão de Polícia, Auxiliar de Justiça ou prestado depoimento como testemunha;

III - em que for interessado cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

IV - no qual haja postulado como advogado de qualquer das pessoas mencionadas no

inciso anterior;

V - em que qualquer das pessoas mencionadas no inciso [II funcione ou haja funcionado como Magistrado, membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Escrivão de Polícia ou Auxiliar de Justiça;

VI - em que houver dado à parte contrária parecer verbal ou escrito sobre o objeto da demanda;

VII- em outras hipóteses previstas em lei.

Art. 132. Os membros da Defensoria Pública do Estado não podem participar de comissão, banca de concurso, ou qualquer decisão, quando o julgamento ou votação disser respeito a seu cônjuge ou companheiro, ou parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

SEÇÃO IV

DA RESPONSABILIDADE FUNCIONAL

Art. 133. A atividade funcional dos membros da Defensoria Pública da União está sujeita a:

I - correição ordinária, realizada anualmente pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, para verificar a regularidade e eficiência dos serviços;

II - correição extraordinária, realizada pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, para verificar a regularidade e eficiência dos serviços.

§ 1º. Cabe ao Corregedor-Geral, concluída a correição, apresentar ao Defensor Público-Geral relatório dos fatos apurados e das providências a serem adotadas.

§ 2º. Qualquer pessoa pode representar ao Corregedor-Geral sobre os abusos, erros ou omissões dos membros da Defensoria Pública dos Estados.

Art. 134. A lei estadual estabelecerá as infrações disciplinares, com as respectivas sanções, procedimentos cabíveis e prazos prescricionais.

§ 1º. A lei estadual preverá a pena de remoção compulsória nas hipóteses que estabelecer, e sempre que a falta praticada, pela sua gravidade e repercussão, tornar incompatível a permanência do faltoso no órgão de atuação de sua lotação.

§ 2º. Caberá ao Defensor Público-Geral aplicar as penalidades previstas em lei, exceto no

caso de demissão e cassação de aposentadoria, em que será competente para aplicá-las o Governador do Estado.

§ 3º. Nenhuma penalidade será aplicada sem que se garanta ampla defesa, sendo obrigatório o inquérito administrativo nos casos de aplicação de remoção compulsória.

Art. 135. A lei estadual preverá a revisão disciplinar, estabelecendo as hipóteses de cabimento e as pessoas habilitadas a requerê-la.

Parágrafo único. Procedente a revisão, será tomado sem efeito o ato punitivo ou aplicada a penalidade adequada restabelecendo-se os direitos atingidos pela punição, na sua plenitude.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 136. Os Defensores Públicos da União, do Distrito Federal e dos Territórios estão sujeitos ao regime jurídico especial desta Lei Complementar e gozam de independência no exercício de suas funções, aplicando-se-lhes, subsidiariamente, o instituído pela Lei n. 8. 112, de 11 de junho de 1990.

Art. 137. Aos Defensores Públicos investidos na função até a data da instalação da Assembleia Nacional Constituinte é assegurado o direito de opção pela carreira, garantida a inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições constitucionais

Parágrafo único. (Vetado)

Art. 138. Os atuais cargos de Advogado de Ofício e de Advogado de Ofício Substituto da Justiça Militar e de Advogado de Ofício da Procuradoria Especial da Marinha, cujos ocupantes tenham sido aprovados em concurso público de provas e títulos e optem pela carreira, são transformados em cargos de Defensor Público da União.

§ 1º. Os cargos a que se refere este artigo passam a integrar o Quadro Permanente da Defensoria Pública da União, nos seguintes termos:

I- os cargos de Advogado de Ofício passam a denominar-se Defensores Públicos da União

de 1ª Categoria;

II - os cargos de Advogado de Ofício Substituto da Justiça Militar passam a denominar-se Defensores Públicos da União de 12 Categoria;

III - os cargos de Advogado de Ofício da Procuradoria Especial da Marinha passam a denominar-se Defensores Públicos da União de 1ª Categoria;

§ 2º. Os cargos de Defensor Público cujos ocupantes optarem pela carreira são transformados em cargos integrantes do Quadro Permanente da Defensoria Pública da União, respeitadas as diferenças existentes entre eles, de conformidade com o disposto na Lei n. 7.384, de 18 de outubro de 1985, que reestrukturou em carreira a Defensoria de Ofício da Justiça Militar Federal.

§ 3º. São estendidos aos inativos os benefícios e vantagens decorrentes da transformação dos cargos previstos nesta Lei Complementar, nos termos da Constituição Federal, art. 40, § 4º.

§ 4º. O disposto neste artigo somente surtirá efeitos financeiros a partir da vigência da lei a que se refere o parágrafo único do art. 146, observada a existência de prévia dotação orçamentária.

Art. 139. É assegurado aos ocupantes de cargos efetivos de assistente jurídico, lotados no Centro de Assistência Judiciária da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, o ingresso, mediante opção, na carreira da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.

Parágrafo único. Serão estendidos aos inativos em situação idêntica os benefícios e vantagens previstos nesta Lei Complementar.

Art. 140. Os concursos públicos para preenchimento dos cargos transformados em cargos do Quadro Permanente da Defensoria Pública da União, cujo prazo de validade não se tenha expirado, habilitam os aprovados, obedecida a ordem de classificação, a preenchimento das vagas existentes no Quadro Permanente da Defensoria Pública da União.

Art. 141. As leis estaduais estenderão os benefícios e vantagens decorrentes da aplicação do art. 137 desta Lei Complementar aos inativos aposentados como titulares dos cargos transformados em cargos do Quadro de Carreira de Defensor Público.

Art. 142. Os Estados adaptarão a organização de suas Defensorias Públicas aos preceitos desta Lei Complementar, no prazo de cento e oitenta dias.

Art. 143. À Comissão de Concurso incumbe realizar a seleção dos candidatos ao ingresso na Carreira da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 144. Cabe fi lei dispor sobre os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo, que serão organizados em quadro próprio, composto de cargos que atendam às peculiaridades e às necessidades da administração e das atividades funcionais da Instituição.

Art. 145. As Defensorias Públicas da União, do Distrito Federal e dos Territórios e dos Estados adotarão providências no sentido de selecionar, como estagiários, os acadêmicos de Direito que, comprovadamente, estejam matriculados nos quatro últimos semestres de cursos mantidos por estabelecimentos de ensino oficialmente reconhecidos.

§ 1º. Os estagiários serão designados pelo Defensor Público-Geral, pelo período de um ano, podendo este prazo ser prorrogado por igual período.

§ 2º. Os estagiários poderão ser dispensados do estágio, antes de decorrido o prazo de sua duração, nas seguintes hipóteses: a) a pedido; b) por prática de ato que justifique seu desligamento.

§ 3º. O tempo de estágio será considerado serviço público relevante e como prática forense.

Art. 146. Os preceitos desta Lei Complementar aplicam-se imediatamente aos membros da Defensoria Pública de Ofício da Justiça Militar, que continuarão subordinados, administrativamente, ao Superior Tribunal Militar, até a nomeação e posse do Defensor Público-Geral da União.

Parágrafo único. Após a aprovação das dotações orçamentárias necessárias para fazer face às despesas decorrentes desta Lei Complementar, o Poder Executivo enviará projeto de lei dimensionando o Quadro Permanente dos agentes das Defensorias Públicas da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e de seu pessoal de apoio.

Art. 147. Ficam criados os cargos, de natureza especial, de Defensor Público-Geral e de

Subdefensor Público-Geral da União e de Defensor Público-Geral e de Subdefensor Público- Geral do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 148. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 149. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de janeiro de 1994, 173º da Independência e 106º da República - ITAMAR FRANCO - Mauricio Corrêa.

ANEXO 2 – Legislação Estadual.

- d) Assistência Jurídica Gratuita na Constituição do Estado de Santa Catarina.
- e) A Defensoria Pública na Constituição do Estado de Santa Catarina.
- f) Lei Complementar n.º 155 de 15 de abril de 1997.

A ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 4º - O Estado, por suas leis e pelos atos de seus agentes, assegurará, em seu território e nos limites de sua competência, os direitos e garantias individuais e coletivos, sociais e políticos previstos na Constituição Federal e nesta Constituição, ou decorrentes dos princípios e do regime por elas adotados, bem como os constantes de tratados internacionais em que o Brasil seja parte, observado o seguinte:

(...)

II – são gratuitos, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

(...)

e) a assistência jurídica integral;

(...)

A DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 104 - A Defensoria Pública será exercida pela Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita, nos termos de lei complementar.

LEI COMPLEMENTAR 155 DE 15 DE ABRIL DE 1997

Institui a Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina.

Eu, Deputado Francisco Küster, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o parágrafo 7º do artigo 54 da Constituição Estadual, promulgo a presente Lei Complementar:

Art. 1º. Fica instituída, pela presente Lei Complementar, na forma do art. 104 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a Defensoria Pública, que será exercida pela Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita, organizada pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina - OAB/SC.

§ 1º. A OAB/SC obriga-se a organizar, em todas as Comarcas do Estado, diretamente ou pelas Subseções, listas de advogados aptos à prestação dos serviços da Defensoria Pública e Assistência Judiciária Gratuita.

§ 2º. Cada subseção da OAB/SC organizará as listas a que se refere o parágrafo anterior, incluindo, mediante requerimento, os advogados que nela tenham sede principal de atividade. Na Comarca da Capital a confecção da lista caberá à Diretoria da OAB/SC.

§ 3º. As listas serão organizadas de acordo com a especialidade dos advogados, indicada no requerimento a que se refere o parágrafo anterior, podendo o advogado constar em mais de uma área de atuação profissional.

§ 4º. Somente poderão ser incluídos nas listas os advogados que assinarem termo de compromisso e aceitação das condições estabelecidas na presente Lei Complementar, os quais serão designados pela autoridade judiciária competente.

§ 5º. Para efeito de designação de Assistente Judiciário ou Defensor Dativo dever-se-á manter, o quanto possível, sistema de rodízio entre os advogados e militantes em cada Comarca.

Art. 2º. Os serviços da Defensoria Pública e Assistência Judiciária Gratuita serão prestados às pessoas que comprovarem, insuficiência de recursos, nos termos da Constituição Federal (art. 5º, LXXIV) e da Constituição do Estado de Santa Catarina (art. 4º, II, "e").

Art. 3º. Institui-se, nesta Lei, o regime de remuneração, pelo Estado de Santa Catarina, em favor dos advogados que, indicados em listas, na forma dos arts. 1º e seus parágrafos, e designados pela autoridade judiciária competente, promovam, no juízo cível, criminal e varas especializadas, a Defensoria Dativa e Assistência Judiciária às pessoas mencionadas no art. 2º.

Art. 4º. Para os fins da remuneração de que trata esta Lei, o Poder Executivo consignará, no orçamento estadual, dotação específica para atender os encargos decorrentes, tomando-se por base efetuadas no exercício anterior.

§ 1º. Caso a destinação orçamentária não venha a ser suficiente, o Poder Executivo suplementará a quantia necessária para o adimplemento das despesas, mediante prévia aprovação da Assembléia Legislativa do Estado.

§ 2º. Aprovada a matéria pelo Poder Legislativo, fica o Poder Executivo obrigado ao repasse dos valores suplementados.

§ 3º. a liberação dos repasses à OAB/SC será feita Secretaria de Estado da Fazenda em duodécimos, devendo a entidade dos advogados prestar contas, trimestralmente.

§ 4º. Os repasses posteriormente ao trimestre ficarão condicionados à prestação de contas pela OAB/SC à Secretaria de Estado da Fazenda, que após análise e aprovação, encaminhará o processo ao Tribunal de Contas do Estado.

§ 5º. Os recursos financeiros serão depositados no Bando do Estado de Santa Catarina S/A, em conta específica, vinculada à OAB/SC, vedada a transferência para outra conta ou outro estabelecimento bancário.

Art. 5º. A título de indenização pelas despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar, cabe à OAB/SC a importância equivalente a 10% (dez por cento) do total dos repasses financeiros.

Art. 6º. Fica a OAB/SC autorizada a aplicar os recursos oriundos desta Lei Complementar no mercado financeiro, mediante prévio conhecimento da Secretaria de Estado da Fazenda, utilizando os lucros e resultados das aplicações exclusivamente no pagamento da remuneração pelos serviços prestados excetuado o percentual referente a despesas na forma do art. 5º.

Art. 7º. A remuneração pelo Estado ao defensor Dativo e Assistente Judiciário, somente será devida quanto a nomeação decorrer de pedido formulado pela parte interessada, por petição, dirigida ao juiz da Vara, verificada a insuficiência de recursos pelo magistrado ou autoridade judiciária competente para conhecer e julgar a pretensão civil ou criminal.

Art. 8º. A petição deverá conter o nome, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço completo, número de filhos, valor dos rendimentos mensais, se os tiver, e declaração de que não é filiado a entidade sindicai, ou de classe, instruindo-a com os seguintes documentos:

I - declaração de rendimentos, se os tiver, expedida pelo empregador;

II - declaração de que possui, ou não, bens móveis e imóveis, firmada pelo requerente, e de que não tem condições de prover as despesas do processo e dos honorários advocatícios, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§ 1º. Autorizado o pedido pelo Magistrado, o Ministério Público deverá manifestar-se, motivadamente.

§ 2º. O direito à Assistência Judiciária Gratuita será restrito a um só profissional por autor, réu ou acusado, podendo ser concedida em qualquer fase processual, mas sem efeito retroativo.

Art. 9º. O procedimento e as exigências dos arts. 7º e 8º estão dispensados para os casos de nomeação de defensor dativo que promove a defesa do acusado ausente ou foragido, até a sua apresentação, devendo o profissional requerer o benefício aqui estabelecido após a prestação do serviço.

Art. 10. Negando-se o acusado a constituir advogado, para promover a sua defesa, a remuneração do Defensor Dativo somente será devida pelo Estado se o réu não tiver condições econômicas e financeiras para suportar as despesas.

Parágrafo único. O Juiz do processo, na primeira audiência que realizar e, na falta desta, pela forma que entender conveniente, cientificará o assistido de que lhe foi deferido o benefício da Assistência Judiciária, estando isento por este motivo do pagamento de custas e despesas processuais, inclusive honorários advocatícios.

Art. 11. A prestação de assistência judiciária nos termos desta Lei é totalmente gratuita, vedada qualquer cobrança do assistido a título de honorários advocatícios, taxas, custas ou emolumentos.

Art. 12. A remuneração do Assistente Judiciário e do Defensor Dativo, nomeados na forma estabelecida nesta Lei Complementar, para propor ou contestar ação cível, promover a defesa do acusado em processo-crime ou defender criança e adolescente, nos processos em que se fizer necessária a intervenção de advogado, será ficada pelo Juiz, na sentença final, com base na Tabela de Honorários Advocatícios da OAB/SC, em URH's (Unidade Referencial de Honorários) cuja tabela faz parte do Anexo desta Lei, em razão da espécie do procedimento.

Art. 13. Ocorrendo no custo da ação, substituição do Assistente Judiciário ou Defensor Dativo, a remuneração será fixada individualmente a critério do Juiz, na sentença final, com base na tabela mencionada no artigo anterior, verificados os atos praticados, desde que o substituto tenha sido igualmente nomeado pela autoridade judiciária.

Art. 14. O estagiário acadêmico de direito nomeado pelo Juiz, na forma desta Lei, terá direito a perceber 1/5 (um quinto) da remuneração destinada ao Assistente Judiciário ou Defensor Dativo que tiver auxiliado no patrocínio da causa, deduzidos daquele, ficando sujeito às mesmas obrigações impostas aos advogados.

§ 1º. O ato que fixar a remuneração do Assistente Judiciário o do Defensor Dativo estabelecerá a quota-parte destinada ao estagiário acadêmico de direito.

§ 2º. O pagamento da quota-parte do estagiário, nos termos do parágrafo anterior, será efetuado simultaneamente com a remuneração do advogado que auxiliou no patrocínio das causas, salvo se a este não for devida qualquer remuneração.

§ 3º. o pagamento da Assistência Judiciária e da Defensoria Dativa far-se-á pela ordem de apresentação da certidão a que se refere o art. 21.

Art. 15. No caso do Assistente Judiciário ou Defensor Dativo ser removido do processo, por deixar de cumprir suas obrigações profissionais, poderá o direito à percepção da remuneração pelos atos praticados, atribuindo-se ao que for nomeado em seu lugar a remuneração final fixada pelo Juiz.

Art. 16. Constituem-se em obrigações fundamentais para a percepção da remuneração ora instituída:

I - patrocinar a causa do beneficiário com zelo e diligência, usando de todos os recursos técnico-ético-profissionais, até decisão final;

II - comunicar à Seccional da OAB, ou à subseção sua designação para atuar como Assistente Judiciário ou Defensor Dativo;

III - não receber do beneficiário qualquer remuneração a título de honorários profissionais.

§ 1º. O não comparecimento do profissional a todos os atos do processo ou a infringência ao inciso I deste artigo, importa a perda do direito à remuneração, na forma desta Lei Complementar, devendo o Juiz promover a imediata substituição do designado.

§ 2º. O descumprimento do disposto no inciso II deste artigo, importará a devolução do valor recebido, devidamente corrigido, sem prejuízo das sanções administrativas, penais e disciplinares.

Art. 17. Não será devida a remuneração ao Advogado Assistente Judiciário ou Defensor Dativo quando:

I - o beneficiário da Assistência Judiciária for vencedor da causa e tiver o sucumbente condições financeiras de cumprir a sentença quanto ao adimplemento dos honorários;

II - o beneficiário da Assistência Judiciária, qualquer que seja sua situação econômico-financeira, apresentar-se com advogado constituído;

III - mesmo após decisão final, o beneficiário vier a perder a condição legal de necessitado, ou a concessão do benefício decorrer de falsa declaração;

IV - for deferido, no curso da lide, o benefício da Justiça Gratuita, sem ser por atestado de insuficiência de recursos superveniente;

V - ocorrer a extinção do processo na forma do art. 267 e seus incisos do Código de Processo Civil;

VI - ocorrer conciliação ou transação das quais resulte vantagem econômico-financeira para assistido, ou percepção efetiva de honorários para o advogado;

VII - nos procedimentos de jurisdição voluntária, especificamente os do art. 1.112, II, III, IV e V do Código de Processo Civil, bem como dos artigos 1.113, 1.125 a 1.141 e artigos 1.205 a 1.210 do mesmo diploma legal;

VIII - tratando-se de ação de usucapião não contestada, mas provida, independentemente do valor do imóvel usucapiendo;

IX - incorrer o assistido-beneficiário nas sanções dos art.s 16 a 18 do Código de Processo Civil.

Art. 18. Descabe, igualmente a remuneração ao advogado» quando a causa tratar de:

I - processos especiais constantes do Livro II, Título II, Capítulos I a IV, VI e VII do Código de Processo Penal;

II - processos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Justiça, constantes do Livro II, Título, Capítulos I e II do Código de Processo Penal;

III - revisão de processos findos, constantes do Livro III, Título II, do Código de Processo Penal;

IV - beneficiário, filiado a entidade sindical ou órgão de classe que disponha de advogado;

V - causa patrocinada por advogado vinculado às atividades exercentes do Estágio de Prática Forense nos Cursos de Direito.

Art. 19. Compete à OAB/SC e suas Subseções:

I - controlar e fiscalizar o desempenho dos advogados designados, bem como a comprovação de insuficiência de recursos dos beneficiários do Sistema;

II - organizar, por especialidade, e remeter aos Juizes, a relação dos advogados que poderão exercer os encargos remunerados estabelecidos esta Lei Complementar.

III - descredenciar o advogado relacionado, em caso de infringência dos dispositivos desta Lei Complementar.

Art. 20. Transitada em julgado a sentença, o Escrivão, a pedido verbal ou por escrito do Assistente Judiciário ou do Defensor Dativo, expedirá, gratuitamente, a certidão

visada pelo Juiz, na qual deverá constar o valor da remuneração, fixará na decisão, para fins de apresentação e pagamento pela OAB/SC.

Parágrafo único. A certidão deverá conter.

- I - nome completo do autor, réu ou acusado com a indicação do endereço;
- II - número do processo, seu registro e natureza da causa;
- III - nome completo do Assistente Judiciário ou Defensor Dativo, Acadêmico de Direito, Estagiário, com a respectiva inscrição na OAB/SC;
- IV - declaração de que foram cumpridas, ou não, as exigências no art. 16 desta Lei Complementar.

Art. 21. O débito atual do Estado com o advogados Defensores Dativos e Assistentes Judiciários será parcelado mediante acordo entre as partes, com a interveniência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis da Assembléia Legislativa.

Art. 22. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Ficam revogados os Decretos nºs 7.037, de 29 de janeiro de 1979, 7.099, de 18 de julho de 1979, 15.966, de 23 de dezembro de 1981; 8.527, de 17 de agosto de 1979; 678 de 06 de outubro de 1987; 5.506, de 04 de setembro de 1990; e 1.642, de 27 de abril de 1997, bem como a Lei nº 5.387, de 30 de novembro de 1977 e demais disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de abril de 1996.

Deputado Francisco Küster

Presidente

ANEXO 3 – Legislações Diversas

- d) A Assistência Judiciária Gratuita na Lei n.º 9099, de 26 de setembro de 1995 – Juizados Especiais.
- e) A Assistência Judiciária Gratuita na Lei 8078 – Código de Defesa do Consumidor.
- f) A Assistência Judiciária Gratuita na Lei 8069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NA LEI N. 9.099 DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

JUIZADOS ESPECIAIS

Art. 9º. Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

§ 1º. Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

(...)

Art. 56. Instituído o Juizado Especial, serão implantar[as as curadorias necessárias e o serviço de assistência judiciária.

**A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NA LEI N. 8.078 DE
11 DE SETEMBRO DE 1990**

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 5º. Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o Poder Público com os seguintes instrumentos, entre outros:

I - manutenção de assistência jurídica integral e gratuita para o consumidor carente; II - instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público;

III - criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo;

IV - criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo;

V - concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor;

§ 1º. (Vetado.)

§ 2º. (Vetado.)

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

(...)

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;

(...)

A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NA LEI 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 141. É garantido o acesso de toda criança ou adolescente, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.

§ 1º. A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, através de defensor público ou advogado nomeado.

§ 2º. As ações judiciais de competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumento, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.

ANEXO 4 – Portarias

- c) Portaria n.º 1886, de 30 de dezembro de 1994, do MEC.
- d) Portaria n.º 3, de 9 de janeiro de 1996, do MEC.

PORTARIA N. 1.886, DE 30-12-1994, DO MEC

Fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico.

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso das atribuições do Conselho Nacional de Educação, na forma do artigo 4º da Medida Provisória n. 765, de 16 de dezembro de 1994, considerando o que foi recomendado nos Seminários Regionais e Nacionais dos Cursos Jurídicos, e pela Comissão de Especialistas de Ensino de Direito, da SESu-MEC,

Resolve:

Art. 1º O curso jurídico será ministrado no mínimo de 3.300 horas de atividades, cuja integralização se fará em pelo menos cinco e no máximo oito anos letivos.

Art. 2º O curso noturno, que observará o mesmo padrão de desempenho e qualidade do curso no período diurno, terá um máximo diário de quatro horas de atividades didáticas.

Art. 3º O curso jurídico desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão, interligadas e obrigatórias, segundo programação e distribuição aprovadas pela própria instituição de ensino superior, de forma a atender às necessidades de formação fundamental, sócio-política, técnico-jurídica e prática do bacharel em direito.

Art. 4º Independentemente do regime acadêmico que adotar o curso (seriado, créditos ou outro), serão destinados cinco a dez por cento da carga horária total para atividades complementares ajustadas entre o aluno e a direção ou coordenação do curso, incluindo pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica e disciplinas não previstas no currículo pleno.

Art. 5º Cada curso jurídico manterá um acervo bibliográfico atualizado de no mínimo dez mil volumes de obras jurídicas e de referência às matérias do curso, além de periódicos de jurisprudência, doutrina e legislação.

Art. 6º O conteúdo mínimo do curso jurídico, além do estágio, compreenderá as seguintes matérias, que podem estar contidas em uma ou mais disciplinas do currículo pleno de cada curso:

I -- Fundamentais: Introdução ao Direito, Filosofia (geral e jurídica; ética geral e profissional), Sociologia (geral e jurídica), Economia e Ciência Política (com Teoria do Estado);

II -- Profissionalizantes: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito do Trabalho, Direito Comercial e Direito Internacional.

Parágrafo único. As demais matérias e novos direitos serão incluídos nas disciplinas em que se desdobrar o currículo pleno de cada curso, de acordo com suas peculiaridades e com observância de interdisciplinariedade.

Art. 7º A prática de educação física, com predominância desportiva, observará a legislação específica.

Art. 8º A partir do 4º ano ou do período letivo correspondente, e observado o conteúdo mínimo previsto no art. 6º, poderá o curso concentrar-se em uma ou mais áreas de especialização, segundo suas vocações e demandas sociais e de mercado de trabalho.

Art. 9º Para conclusão do curso, será obrigatória apresentação e defesa de monografia final, perante banca examinadora, com tema e orientador escolhidos pelo aluno.

Art. 10. O estágio de prática jurídica, supervisionado pela instituição de ensino superior, será obrigatório e integrante do currículo pleno, em um total mínimo de 300 horas de atividades práticas simuladas e reais desenvolvidas pelo aluno sob controle e orientação do núcleo correspondente.

§ 1º O núcleo de prática jurídica, coordenado por professores do curso, disporá de instalações adequadas para treinamento das atividades profissionais de advocacia, magistratura, Ministério Público, demais profissões jurídicas e para atendimento ao público.

§ 2º As atividades de prática jurídica poderão ser complementadas mediante convênios com a Defensoria Pública e outras entidades públicas, judiciárias, empresariais, comunitárias e sindicais que possibilitem a participação dos alunos na prestação de serviços jurídicos e em assistência jurídica, ou em juizados especiais que venham a ser instalados em dependência da própria instituição de ensino superior.

Art. 11. As atividades do estágio supervisionado serão exclusivamente práticas, incluindo redação de peças processuais e profissionais, rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas a órgãos judiciários, prestação de serviços jurídicos e técnicas de negociações coletivas, arbitragens e conciliação, sob o controle, orientação e avaliação do núcleo de prática jurídica.

Art. 12. O estágio profissional de advocacia, previsto na Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994, de caráter extracurricular, inclusive para graduados, poderá ser oferecido pela instituição de ensino superior, em convênio com a OAB, complementando-se a carga horária efetivamente cumprida no estágio supervisionado, com atividades práticas típicas de advogado e de estudo do Estatuto da Advocacia e da OAB e do Código de Ética e Disciplina.

Parágrafo único. A complementação da carga horária, no total estabelecido no convênio, será efetivada mediante atividades no próprio núcleo de prática jurídica, na Defensoria Pública, em escritórios de advocacia ou em setores jurídicos, públicos ou privados, credenciados e acompanhados pelo núcleo e pela OAB.

Art. 13. O tempo do estágio realizado em Defensoria Pública da União, do Distrito Federal ou dos Estados, na forma do art. 145, da Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994, será considerado para fins de carga horária do estágio curricular previsto

no art. 10 desta Portaria.

Art. 14. As instituições poderão estabelecer convênios de intercâmbio dos alunos e docentes, com aproveitamento das respectivas atividades de ensino, pesquisa, extensão e prática jurídica.

Art. 15. Dentro do prazo de dois anos, a contar desta data, os cursos jurídicos proverão os meios necessários ao integral cumprimento desta Portaria.

Art. 16. As diretrizes curriculares desta Portaria são obrigatórias aos novos alunos matriculados a partir de 1996 nos cursos jurídicos que, no exercício de sua autonomia, poderão aplicá-las imediatamente ⁹⁹. Art. 17. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ¹⁰⁰, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Resoluções 3/72 e 15/73 do extinto Conselho Federal de Educação.

Murilio de Avellar Hingel

PORTARIA N. 3, DE 09-01-1996, DO MEC

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º O Art. 16 da Portaria n.º 1886, de 30 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial de 4 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. As diretrizes curriculares desta Portaria são obrigatórios aos novos alunos matriculados a partir de 1997 nos cursos jurídicos que, no exercício de sua autonomia, poderão aplicá-las imediatamente”.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação”.

Paulo Renato Souza

ANEXO 5 – Legislação UNIPLAC.

- b) Regulamento do Estágio de Prática Judiciária, do Curso de Direito da UNIPLAC.

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC
Departamento de Ciências Jurídicas
Coordenação do Curso de Graduação em Direito
Núcleo de Prática Jurídica

REGULAMENTO DO ESTÁGIO NO CURSO
DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

Lages, junho de 2000

SUMÁRIO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	215
CAPÍTULO I - DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA.....	215
Seção I - Da Competência do Professor Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica	216
Seção II - Dos Professores	217
Seção III - Dos Estagiários do Núcleo de Prática Jurídica	218
Seção IV - Secretaria do Núcleo	218
CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	219
Seção I - Do estagiário	219
Seção II - Da estrutura do estágio	220
Seção III - Da organização didática	221
Seção IV - Da Avaliação	224
Seção V - Da matrícula no estágio	224
Seção VI - Da duração do estágio.....	225
Seção VII - Das prerrogativas dos estagiários	225
Seção VIII - Do relatório do estágio	226
CAPÍTULO III - DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	226
CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	227

REGULAMENTO DO ESTÁGIO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Este Regulamento rege as atividades de estágio de Prática Jurídica do Curso de Graduação em Direito ministrado pela UNIPLAC.

Artigo primeiro - O Estágio de Prática Jurídica obedecerá às prescrições fixadas pelo MEC, na portaria 1886194, de 30.12.1994, as prescrições fixadas pelo Conselho Federal de Educação, pelo Regimento Geral da UNIPLAC - UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE, respeitará também ao estabelecido no artigo 27 a 31 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e ao previsto neste Regulamento de Estágio.

Artigo segundo - O presente Regulamento institui e disciplina, na forma do artigo 10 da Portaria 1.886, de 30 de dezembro de 1994, do Ministério de Educação e Cultura, as atividades do Núcleo de Prática Jurídica, que visa desenvolver as atividades práticas simuladas e reais para treinamento de atividades relativas às profissões jurídicas e prestar serviços à comunidade carente.

CAPÍTULO I

DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Artigo terceiro - O Núcleo de Prática Jurídica, órgão vinculado ao Colegiado do Curso de Graduação em Direito, é integrado pelo Estágio de Prática Jurídica e pelo Serviço de Justiça Gratuita desenvolvido pelo Escritório Modelo, sendo constituído das atividades de Estágio de Prática Jurídica - O Núcleo de Prática Jurídica, coordenado por professor do Curso de Direito, direcionará suas atividades para a formação dos estagiários nas atividades profissionais de advocacia, magistratura, Ministério Público, demais profissões jurídicas e para atendimento ao público.

Parágrafo primeiro - O Estágio de Prática Jurídica, será realizado, em princípio, sob a supervisão do Coordenador do Curso Graduação em Direito, atendido ao disposto nos artigos 80 c/c 78 do Regimento Geral da UNIPLAC.

Parágrafo segundo - O Núcleo de Prática Jurídica será coordenado por um professor, advogado, dentre os professores das disciplinas de estágio nos termos do § 1º, art. 10º da Portaria 1.886 de 30 de dezembro de 1994, indicado pela PRÓ- REITORIA DE ENSINO dentre os professores indicados em lista triplíce apresentada pelo Colegiado do Curso.

a) O Professor Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica exercerá um mandato de 2(dois) anos, podendo ser reconduzido para o cargo.

Parágrafo terceiro - Ao Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica caberá uma remuneração de 12 horas-aula semanais.

Artigo quarto - O Núcleo de Prática Jurídica é formado pelo conjunto de professores vinculados ao Escritório Modelo e ao Laboratório, credenciados para lecionarem a disciplina "Estágio de Prática Jurídica", advogados, funcionários administrativos e bolsistas, além dos alunos estagiários que, temporariamente, estiverem cumprindo sua atividade curricular de estágio.

Seção I

Da Competência do Professor Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica

Artigo quinto - Compete ao Professor Coordenador:

I - orientar e coordenar o Núcleo de Prática Jurídica, Estágio de Prática Jurídica e Serviço de Justiça Gratuita, conforme determinado no art. 10, parágrafo 1º. da Portaria nº. 1.886/94/MEC;

II - acompanhar, com os demais professores advogados, as atividades práticas, simuladas ou reais, desenvolvidas pelos acadêmicos do Curso de Graduação em Direito;

III - assinar as correspondências, certidões, declarações, convênios, referentes às atividades do Estágio, emitir resoluções em conjunto com o Coordenador do Curso de Graduação em Direito e comunicações internas, inerentes ao necessário desempenho do cargo;

IV - propor modificações neste Regulamento ao Coordenador do Curso, após deliberação dos membros do Núcleo de Prática Jurídica, para aprovação pelo Colegiado do Curso;

V - deliberar sobre as modificações nos diversos formulários e programas utilizados no Estágio de prática Jurídica e no Serviço de Justiça Gratuita;

VI - elaborar semestralmente, até o início do período letivo previsto no calendário escolar da Universidade, proposta de distribuição das atividades dos professores do Estágio e Serviço de Justiça Gratuita, encaminhando-a ao Coordenador do Curso;

VII - aprovar projetos de trabalho interdisciplinar a serem desenvolvidos conjuntamente com outros cursos da Universidade;

VIII - autorizar estágio externo extracurricular, aos acadêmicos de direito selecionados na forma e de acordo com os critérios estabelecidos pelo Núcleo de Prática Jurídica, em escritórios de advocacia, Fóruns, Varas da Justiça do Trabalho, Ministério Público, empresa ou entidade conveniada com a Universidade;

IX - elaborar e supervisionar escala de horário dos estagiários junto ao Escritório Modelo integrante do Núcleo de Prática Jurídica;

X - elaborar a escala de horário dos servidores lotados no Núcleo de Prática Jurídica;

XI - promover e aprovar atividades de extensão judiciária, envolvendo os acadêmicos, diretamente ou em convênio com entidades públicas ou privadas, incluindo prestação de serviços e assessoria jurídica a entidades comunitárias;

XII - inspecionar e avaliar como estão sendo desenvolvidas as atividades externas no estágio;

XIII - apresentar semestralmente, ao Coordenador do Curso, relatórios das atividades inerentes ao Núcleo de Prática Jurídica e Serviço de Justiça Gratuita.;

XIV - elaborar o orçamento anual do Núcleo de Prática Jurídica, bem como suas eventuais complementações, encaminhando-o à Pró-Reitoria de Administração, verificando e acompanhando sua execução.

Seção II

Dos Professores

Artigo sexto - Para ser professor habilitado do Núcleo de Prática Jurídica o professor deverá ser credenciado e autorizado para o exercício da advocacia e do magistério na disciplina Estágio de Prática Jurídica, e comprovar o exercício da advocacia por período mínimo de 03(três) anos. Excepcionalmente poderá ser professor do Núcleo de Prática Jurídica o docente que comprove o exercício da Magistratura ou atividade de Promotor de Justiça por período não inferior a 3(três) anos, obedecidas às exigências regimentais para o exercício do magistério superior na UNIPLAC. Compete aos professores:

a) Para todos os níveis do estágio, previstos para o sétimo, oitavo, nono e décimo semestre do Curso de Graduação em Direito:

I - orientar, supervisionar e avaliar as pesquisas, seminários e trabalhos simulados ou reais das equipes ou dos estagiários sob sua responsabilidade;

II - efetuar controle de frequência;

b) No caso dos níveis de estágio III e IV, previstos para o nono e décimo semestres do Curso de Graduação em Direito:

I - participar das audiências acompanhado pelos estagiários;

II - fazer reavaliação da triagem inicial de carência do pretendo cliente;

III - elaborar Plano de Atividades/ Ensino e relatar os resultados que comporão o relatório anual do Núcleo de Prática Jurídica;

IV - desempenhar todas as demais atribuições decorrentes da função;

V - zelar pelo bom estado e preservação das instalações, do acervo instrumental e bibliográfico sob responsabilidade do Núcleo

VI - assinar, as petições elaboradas pelos estagiários, cujo estágio esteja sob sua responsabilidade e demais manifestações encaminhadas ao Poder Judiciário, através do Serviço de Justiça Gratuita;

VII - cumprir as intimações que forem efetuadas nos processos sob sua responsabilidade.

Seção III

Dos Estagiários do Núcleo de Prática Jurídica

Artigo sétimo - Compete aos estagiários do Núcleo de Prática Jurídica, a tarefa de auxiliar os professores/advogados do estágio, bem como auxiliar os alunos estagiários no desempenho de suas atividades inerentes ao estágio curricular.

Parágrafo único - Os estagiários serão contratados, na forma da legislação vigente, por meio de prova seletiva e, preferencialmente, dentre acadêmicos que já tenham desenvolvido pelo menos cinquenta por cento das atividades do Curso de Graduação em Direito, mediante convocação por edital em que serão estabelecidas as condições de admissão e demais informações necessárias.

Seção IV

Secretaria do Núcleo

Artigo oitavo - Compete à Secretaria do Núcleo de Prática Jurídica:

I - manter arquivos dos documentos e da correspondência recebida e expedida no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica;

II - manter arquivos dos requerimentos dos estagiários;

III - manter arquivo com cópias de todos os processos ajuizados e findos do Serviço de Justiça Gratuita;

a) - Os arquivos de todos os processos ajuizados devem ser atualizados pelos estagiários contratado na forma do artigo sétimo;

b) - Os arquivos de processos findos deverão ser mantidos em arquivo por um prazo

mínimo de 05 (cinco) anos, sendo expurgados somente após elaboração de relatório em que registre os dados de identificação do processo, arquivando-se o relatório por prazo indeterminado.

c) - A Secretaria deve dispensar todos os esforços no sentido de informatizar a maior quantidade de dados possíveis, eliminando arquivos inúteis e mantendo a documentação necessária à comprovação de atos praticados.

IV - manter cadastro de clientes do Serviço de Justiça Gratuita;

V - manter uma agenda das audiências referentes aos processos ajuizados através do Serviço de Justiça Gratuita;

VI - controlar toda a tramitação processual de cada cliente;

VII - manter os arquivos de cliente sempre em ordem alfabética, como também revisá-los periodicamente;

VIII - controlar todo material existente, como também as saídas da bibliografia disponibilizada pelo Núcleo de Prática Jurídica, requisitar material de expediente e cumprir as demais atribuições afins.

IX - elaborar todos os relatórios no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Seção I

Do estagiário

Artigo nono - São considerados estagiários, para fins do Estágio curricular, todos os alunos do Curso de Direito matriculados nas disciplinas:

- a) Estágio de Prática Jurídica I, no sétimo semestre do curso;
- b) Estágio de Prática Jurídica II, no oitavo semestre do curso;
- c) Estágio de Prática Jurídica III, no nono semestre do curso, e
- d) Estágio de Prática Jurídica IV, no décimo semestre do curso,

competindo-lhes especialmente;

I - cumprir os horários de atividades junto ao Núcleo de Prática Jurídica, tanto no Laboratório quanto no Escritório Modelo;

II - realizar as pesquisas, petições, seminários e trabalhos simulados orientados, pertencentes ao nível de atividade;

III - atender os clientes, pesquisar, elaborar peças processuais e acompanhar o andamento dos processos em que participe ativamente;

IV - redigir as petições relativas a todos os processos dos quais participem ativamente, orientado pelo professor advogado do Núcleo de Prática Jurídica, responsável pelo acompanhamento do estagiário;

V - agir de acordo com a ética profissional e zelar pela boa reputação do Núcleo de Prática Jurídica;

VI - cumprir este Regulamento e as demais determinações referentes ao Estágio de Prática Jurídica.

Seção II

Da estrutura do estágio

Artigo décimo - O Estágio de Prática Jurídica, atividade curricular obrigatória, será desenvolvido em sala de aula (Laboratório) e no Escritório Modelo que constituem o Núcleo de Prática Jurídica nos períodos matutino e vespertino, e será constituído de duas categorias de estudos e atividades de natureza prática, assim distribuída:

DISCIPLINA / LOCAL	CRÉDITOS	HORAS/AULA
Estágio de Prática Jurídica I (Laboratório)	6 créditos	90 h/a
Estágio de Prática Jurídica II (Laboratório)	6 créditos	90 h/a
Estágio de Prática Jurídica III (Escritório Modelo)	6 créditos	90 h/a
Estágio de Prática Jurídica IV (Escritório Modelo)	6 créditos	90 h/a

Artigo décimo primeiro - As atividades do estágio são preponderantemente práticas e devem proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação, bem como a análise crítica das mesmas.

Parágrafo único - As atividades de estágio devem buscar, em todas as suas variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com o estudo da ética profissional e sua prática deve perpassar todas as atividades vinculadas ao estágio.

Seção III

Da organização didática

Artigo décimo segundo - A aprovação nos planos de ensino e planos de trabalho de Estágio de Prática Jurídica estabelecidos neste artigo e parágrafos, confere ao estagiário a obtenção de 24(vinte e quatro) créditos, correspondendo a 360 (trezentos e sessenta) horas-aula, integrantes do currículo pleno do Curso de Graduação em Direito.

Parágrafo primeiro - As Disciplinas Estágio de Prática Jurídica III e IV previstas no currículo pleno do Curso de Graduação em Direito, consistem no acompanhamento do aluno, seja como assistente ou participante, nas atividades previstas no artigo seguinte.

Parágrafo segundo - Entende-se como participante o estagiário que esteja vinculado ativamente ao processo por ter proposto ou contestado a ação, seja do

Parágrafo terceiro - As atividades que serão desenvolvidas nos níveis III e IV são as seguintes:

ATIVIDADES	NÚMERO E ESPÉCIE DE AUDIÊNCIAS OU ATOS PROCESSUAIS EM CADA NÍVEL			
	Atuação do estagiário	Nível III	Nível IV	Total
a) Audiências e atos de <u>primeira instância</u>:				
a-1) Cível na Justiça Estadual	Como assistente ou participante:			
	Audiência de conciliação	5	5	10
	Audiência de instrução	7	7	14
a-1.1) Criminal na Justiça Estadual	Como assistente ou participante: Audiência de instrução	5	7	12
a-2) Na Justiça do Trabalho	Como assistente ou participante:			
	Audiência de conciliação	3	3	6
	Audiência de instrução	5	5	10
a-3) Na Justiça Federal	Como assistente ou participante: Audiência de conciliação ou de instrução	3	3	6
a-4) Tribunal do Júri	Como assistente	2	3	5
a-4.1) Júri Simulado	Como assistente ou participante:	-	1	1
a-5) Audiências Policiais	Como assistente ou participante:	4	4	8
b) Sessões Judiciais de Segunda Instância	Como assistente	2	2	4

ATIVIDADES	NÚMERO E ESPÉCIE DE AUDIÊNCIAS OU ATOS PROCESSUAIS EM CADA NÍVEL			
c) Atividades diversas - Visita a penitenciárias - Visita a presídios - Visita a Cartórios - Visita a outros órgãos vinculados ao sistema judiciário	Considerando-se somente uma atividade para cada órgão:	3	3	6

Parágrafo quarto - A carga horária das atividades do estágio, por semestre e conteúdos programáticos deverão ser cumpridos da seguinte forma:

SEMESTRE / ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
7º Semestre (nível I) laboratório (atividades simuladas)	Total de 90 horas-aula
8º Semestre (nível II) laboratório (atividades simuladas)	Total de 90 horas-aula
9º Semestre (nível III) - Prática de Escritório - Prática Jurídica	Total de 90 horas-aula 60 horas-aula 30 horas-aula
10º Semestre (nível IV) - Prática de Escritório - Prática Jurídica	Total de 90 horas-aula 60 horas-aula 70 horas-aula

Artigo décimo terceiro - O estágio curricular, obrigatório e supervisionado, será desenvolvido em quatro níveis (I, II, III, e IV), correspondendo cada um deles a 90 (noventa) horas-aula, obedecendo às respectivas ementas, a seguir transcritas:

a) ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA "I " (sétimo semestre do curso)

- a) A advocacia como profissão;
- b) Bibliografia profissional;
- c) Noções práticas sobre o exercício Profissional da Advocacia;
- d) Honorários profissionais;
- e) Comentários ao Código de Direito e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina.

b) ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA "II "(oitavo semestre do curso)

- a) Procuração para o foro em geral;
- b) Importância do Estágio de Prática Jurídica;
- c) Noções sobre o exercício profissional da Advocacia;
- d) Prática de petições iniciais;
- e) Ações Cíveis e Criminais;

c) ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA "III "(nono semestre do curso)

- a) Prática sobre representação em juízo;
- b) Procuração para o foro em geral;
- c) Petição judicial;
- d) Competência;
- e) Procedimento comum;
- f) Procedimento ordinário;
- g) Procedimento sumário;
- h) Procedimento especial.

d) ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA "IV" (décimo semestre do curso)

- a) Exame e estudos de autos em original e cópias de Ações Cíveis;
- b) Exame e estudos de autos de Ações Alimentares e Criminais;
- c) Estudos sobre os aspectos fáticos e judiciais de questões simuladas ou não;
- d) Elaboração de peças profissionais;
- e) Participação em audiências e júris simulados;
- f) Debates orais.

Artigo décimo quarto - A Prática Jurídica será complementada a partir da matrícula no Estágio de Prática Jurídica III, no nono semestre do curso, mediante participação do aluno, devidamente comprovada, em audiências no Juízo de 10 grau, Varas da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal e Tribunais superiores, além de atividades junto a outros órgãos conforme plano de atividades constantes do artigo décimo segundo, fornecido ao aluno quando do início do Estágio junto ao Escritório Modelo.

Parágrafo primeiro - 1/3 (um terço) da carga horária destinada ao Estágio de Prática Jurídica III e IV, será utilizada para efetivação de visitas, audiências e atividades simuladas que poderão ser realizadas pelos estagiários desde a matrícula no Estágio de Prática Jurídica I, no sétimo semestre do curso, mediante comprovação.

I - Das visitas orientadas devem ser redigidos relatórios circunstanciados, devidamente visados, mediante carimbo e aposição de rubrica, pela autoridade competente;

II - As atividades simuladas incluem as práticas processuais e não processuais referentes às disciplinas constantes do currículo pleno do Curso de Graduação em Direito, e as atividades profissionais dos operadores jurídicos;

Parágrafo segundo - O aluno que, no semestre, cumprir, com aproveitamento, as atividades exigidas no nível matriculado será considerado "aprovado" e estará apto para matricular-se no nível seguinte.

Seção IV

Da Avaliação

Artigo décimo quinto - A avaliação do rendimento das atividades inerentes ao Estágio de Prática Jurídica obedecerá, em princípio, às normas regimentais adotadas pela UNIPLAC, nos artigos 65 a 73 do Regimento Geral e demais normas estabelecidas pelos Conselhos da Universidade.

Parágrafo primeiro - A avaliação do aproveitamento no Estágio de Prática Jurídica será feita por nível, (I, II, III e Ir) através de provas, exames, cuja forma poderá ser escrita, oral, prática ou mista, a critério do respectivo professor responsável.

Parágrafo segundo - Será considerado aprovado o aluno que obtiver desempenho correspondente aos conceitos "A", "B" ou "C", ao final do semestre letivo e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), na forma estabelecida no artigo 66 do Regimento Geral da UNIPLAC, desde que tenha cumprido integralmente as atividades previstas no artigo décimo segundo.

Seção V

Da matrícula no estágio

Artigo décimo sexto - Somente poderá inscrever-se no Estágio de Prática Jurídica os alunos regularmente matriculados no Curso de Graduação em Direito, a partir do sétimo semestre do curso e os graduados em Direito por escolas reconhecidas, regularmente funcionando no País, desde que satisfeitos os requisitos regimentais para inscrição.

Artigo décimo sétimo - A inscrição no Estágio de Prática Jurídica ficará sujeita à comprovação de matrícula regular para o respectivo semestre do curso ou comprovação de graduação em Direito, na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. Por ocasião da inscrição o aluno deverá comprovar suficientes conhecimentos de datilografia ou digitação.

Artigo décimo oitavo - Somente depois de cumprida a programação estabelecida o estagiário passará de um nível de estágio para outro.

Parágrafo único. O estagiário somente poderá cumular mais de um nível de estágio no mesmo semestre, se comprovar que esta prática se deve para atualização de seu currículo normal e seja concluinte do curso no mesmo semestre em que ocorrerá acumulação.

Seção VI

Da duração do estágio

Artigo décimo novo - O estágio terá a duração de 2(dois) anos ou 4(quatro) semestres, podendo uma ou mais das atividades que lhe são inerentes, obedecidas às normas contidas no Regimento Geral, e a legislação pertinente, desenvolver-se em períodos especiais, quer seja matutino, vespertino ou noturno.

Seção VII

Das prerrogativas dos estagiários

Artigo vigésimo - A matrícula regular no estágio, para os alunos do curso de Direito ou graduados em escolas brasileiras, possibilita a inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, obedecidas a exigências do artigo 9º da Lei 8.906. de 04 de julho de 1994.

Parágrafo único - O estagiário poderá praticar todos os atos de sua competência, previstos no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, em seu artigo 29.

Artigo vigésimo primeiro - Será conferido o certificado de comprovação do exercício do Estágio de Prática Jurídica ao estagiário que completar integralmente as suas atividades e estudos com aproveitamento, obtendo os créditos respectivos.

Seção VIII

Do relatório do estágio

Artigo vigésimo segundo - Somente terá direito ao certificado, mencionado no artigo anterior, o estagiário que, tendo cumprido todas as etapas e tarefas que lhe foram atribuídas apresentar o relatório final do estágio, em data determinada pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica;

Parágrafo único: Integram o relatório:

- a) cópias das peças produzidas pelo estagiário, juntamente com relatório individual e circunstanciado do andamento processual, elaborado pelo estagiário;
- b) comprovação das visitas efetuadas;
- c) comprovação das atividades simuladas desenvolvidas;
- d) relatórios das audiências assistidas, na forma do artigo décimo segundo;
- e) comprovante de frequência às atividades desenvolvidas junto ao Escritório Modelo.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Artigo vigésimo terceiro - As atividades obrigatórias complementares, previstas no artigo 4o. da Portaria 1.886/94 do MEC deverão ser cumpridas pelos estagiários através de estágio externo em escritórios de advocacia, órgãos ou entidades, empresas públicas ou privadas, desde que credenciados junto a UNIPLAC e OABISC, para receber estagiários do Curso de Graduação em Direito.

Parágrafo primeiro - A carga horária mínima a ser cumprida pelo estagiário, na forma deste artigo, corresponde a 5% (cinco por cento) da carga horária total de 3.660 horas-aula do Curso de Graduação em Direito, e é equivalente a 185 (cento e oitenta e cinco) horas-aula além da carga horária prevista para cumprimento do currículo pleno;

Parágrafo segundo - Nas atividades complementares de que se trata, compreende-se: a) Pesquisa; b) Extensão; c) Seminários; d) Simpósios; e) Congressos; f) Conferências; g) Monitorias; h) Disciplinas não previstas no currículo pleno; i) Outras atividades de interesse do estagiário, sujeitas à aprovação prévia do Professor Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica e mediante ratificação pela maioria simples do Colegiado do Curso, mediante apresentação de projeto pelo estagiário.

Artigo vigésimo quarto - Para cada atividade complementar, desenvolvida pelo estagiário, considerar-se-á o limite máximo de 60 (sessenta) horas-aula, para os efeitos do artigo vigésimo terceiro.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo vigésimo quinto - Os estagiários, regularmente matriculados e inscritos no estágio, deverão comparecer nas respectivas datas e horários para desenvolver suas atividades sob a orientação dos professores e monitores.

Artigo vigésimo sexto - O estagiário terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar do início do período letivo previsto no calendário escolar da UNIPLAC, para inscrever-se junto ao Escritório Modelo para a prática das atividades do estágio curricular nos níveis III e IV.

Parágrafo sétimo - O não cumprimento ou a não integralização das horas-aula e respectivos créditos, no semestre, implicará em nova matrícula para o mesmo nível de estágio.

Artigo vigésimo oitavo - O Escritório Modelo funcionará em dois turnos: matutino e vespertino, podendo, mediante autorização formal da Pró-Reitoria de Ensino, funcionar também no período noturno, desde que adequada à disponibilidade de funcionários e professores e sem prejuízo do atendimento ao público.

Artigo vigésimo nono - É obrigatória a frequência dos estagiários aos períodos previamente estabelecidos para as atividades no Escritório Modelo, não sendo admitidas quaisquer justificativas para o abono de faltas.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, a critério do Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, mediante requerimento formulado pelo estagiário em tempo hábil, poderá ser autorizada a compensação de faltas, desde que atendidas as conveniências das atividades desenvolvidas no Escritório Modelo.

Artigo trigésimo - Somente é permitido aos alunos inscritos nos níveis III e IV, a permanência nas dependências do Escritório Modelo em estrita obediência à escala horária estabelecida quando da inscrição do estagiário para os mencionados níveis.

Artigo trigésimo primeiro - É absolutamente vedada a execução de quaisquer atividades não vinculadas ao estágio durante a escala horária do estagiário.

Artigo trigésimo segundo - Os estagiários têm direito ao cômputo das horas efetivamente trabalhadas e utilizadas com a realização de pesquisas e estudos, não sendo consideradas as horas inativas.

Artigo trigésimo terceiro - É vedado ao estagiário:

I - opinar, no momento do atendimento, sobre o caso conduzido sob a responsabilidade de outro estagiário, ressalvada a situação em que a opinião seja solicitada pelo estagiário que estiver atendendo ao cliente.

II - receber quaisquer importâncias pecuniárias ou quaisquer vantagens em decorrência do atendimento prestado na realização das atividades do Estágio

III - Atender clientes de outros estagiários, salvo quando autorizado pelos professores.

Artigo trigésimo quarto - É expressamente proibida a indicação de escritórios de advocacia pelos estagiários, professores ou funcionários vinculados ao Estágio, para atendimento de clientes que não se enquadrarem no Serviço de Justiça

Gratuita, segundo os critérios estabelecidos pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica.

Artigo trigésimo quinto - Será cancelada a inscrição do estagiário que:

I - Infringir qualquer disposição legal do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei 8906/94 e respectivo Regulamento, do Código de Ética e Disciplina da OAB, do Regimento Geral da UNIPLAC e deste Regulamento de Estágio.

II - Desvirtuar ou fraudar, na realização de qualquer das atividades inerentes ao Estágio, os seus objetivos ou finalidades.

Artigo trigésimo sexto - Será sumário o processo de cancelamento da inscrição do estagiário, consumando-se por ato do Coordenador do Curso de Direito, mediante análise dos fatos, documentalmente relatados pelo professor ou pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica.

Artigo trigésimo sétimo - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as determinações legais, obedecidas às normas fixadas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou estabelecidos em convênios com a Universidade, observado o Regimento Geral da UNIPLAC, e, quando for o caso, mediante prévia manifestação do órgão deliberativo superior competente.

Artigo trigésimo oitavo - Ficará revogado a partir de 15.01.2001, o regimento interno aprovado pelo CEPE em 05.07.1991, e demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito do Departamento de Ciências Jurídicas e da Coordenação do Curso de Graduação em Direito. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pela Pró-Reitoria de Ensino.

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE em 21/09/2000 (Ata no. 037)

ANEXO 6 – Instrumento de Pesquisa.

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Os dados amostrais foram obtidos pela aplicação das seguintes perguntas fechadas:

1 – Antes de ir ao Escritório Modelo, procurou outros profissionais para resolver seu problema?

a) () Sim

b) () Não

2 – Foi esta a primeira vez que procurou o escritório Modelo ?

a) () Sim

b) () Não

3 – Em caso de afirmação positiva, quem o encaminhou?

a) () Advogado particular

b) () Assistente Social do Fórum

c) () Prefeitura

d) () Delegacia de Polícia

e) () Outros

4 - Obteve através do escritório Modelo, orientação clara a respeito dos seus direitos?

a) () Sim

b) () Não

5 – Foi orientado através do Escritório Modelo sobre as possibilidades jurídicas de resolução do seu problema?

a) () Sim

b) () Não

6 – Quanto às orientações e informações sobre o andamento do seu processo prestadas pelo Escritório Modelo:

a) () Não entendi nada

b) () Não foram claras o suficiente

c) () Foram satisfatórias

d) () Foram insatisfatórias

7 – Quanto ao ajuizamento da sua ação, no que dependeu do serviço do escritório Modelo, teve agilidade?

a) () Sim

b) () Não

8 – Quando da conclusão do processo, você obteve orientação do escritório Modelo sobre os seus encaminhamentos ?

- a)(☐) Sim
- b)(☐) Não

9 – Se solicitou o arquivamento do processo antes do seu término, por quê o fez?

- a)(☐) Não tive interesse na continuidade do processo.
- b)(☐) Não confiei nos serviços prestados pelo escritório modelo
- c)(☐) Não confiei na justiça
- d)(☐) Não recebi informação suficiente
- e)(☐) Resolvi por acordo extra-judicial
- f)(☐) Outros.....

10 – Se solicitou o não ajuizamento da ação, por quê o fez?

- a)(☐) Não tive interesse na continuidade do processo.
- b)(☐) Não consegui obter documentos
- c)(☐) Não confiei nos serviços do EMAJ
- d)(☐) Não confiei na justiça
- e)(☐) Não recebi informação suficiente
- f)(☐) Resolvi por acordo extra-judicial
- g)(☐) Outros.....

11 - A qualidade do atendimento prestado pelo Escritório Modelo foi:

- a)(☐) Ótimo
- b)(☐) Bom
- c)(☐) Regular
- d)(☐) Péssimo

12 – Se tivesse outro problema na área jurídica, procuraria o Escritório Modelo novamente?

- a)(☐) Sim
- b)(☐) Não

ANEXO 7 – Identificação dos Pesquisados.

IDENTIFICAÇÃO DOS PESQUISADOS

1. *Adriana Rafaeli da Cruz*
2. *Cenira da Cruz*
3. *Célio Gomes*
4. *Michele Anacleto*
5. *Amélia Oliveira*
6. *Sebastião Lodete*
7. *Marisa F. Varela*
8. *Ivonete dos Santos Pessoa*
9. *Ana Éster da Costa*
10. *Maria Inês Souza*
11. *Lucinéia da Silva*
12. *Sônia Marció*
13. *Denise Ávila*
14. *Roselene Madruga dos Santos*
15. *Maria Castanheiro*
16. *Catarina Cassol*
17. *Maria Shirlei*
18. *Silvana de Fátima Ribeiro*
19. *Maria Lavina*
20. *Iara C. Rodrigues*
21. *Eni Terezinha Martins*
22. *Sueli de Liz*

23. *Almerinda dos Santos Goss*
24. *Rosane Godoy*
25. *Irma Furtado*
26. *Jucelina Bonin Ribeiro Madruga*
27. *Maria Peixe*
28. *Ângela da Luz*
29. *Silvina Gargioni*
30. *Maria Elza*
31. *Deneval Cevey*
32. *Ione Alves*
33. *Maristela Nurber*
34. *Cleusa Santos*
35. *Selma Albertina Lima*
36. *Cereonete Margarida da Rosa*
37. *Maria Vilma Correa*
38. *Viviana Cristina Simões Pires*
39. *Cleyton Carlos Vieira*
40. *Terezinha Moro*
41. *Maria Inácia*
42. *Nilva Batalha*
43. *Leila Santos*
44. *Carmem Regina Costa*
45. *Teresa de Oliveira*
46. *Adilson Melo de Souza*
47. *Roselene Silva*
48. *Marta Aparecida da Cruz*
49. *Célio Gonçalves Farias*
50. *Neusete Aparecida Soares Scoss*